


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara -- SP

**JULIA FUMIKO UEDA**

*ANÁLISE DE CARTAS DE LEITOR DE REVISTA DE  
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*



ARARAQUARA – SÃO PAULO.  
2006

JULIA FUMIKO UEDA

*ANÁLISE DE CARTAS DE LEITOR DE  
REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Lingüística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, SP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu**

ARARAQUARA – SÃO PAULO.  
2006

JULIA FUMIKO UEDA

# *ANÁLISE DE CARTAS DE LEITOR DE REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Nome e título**  
Vínculo  
Universidade.

---

**Membro Titular: Nome e título**  
Vínculo  
Universidade.

---

**Membro Titular: Nome e título**  
Vínculo  
Universidade.

---

**Membro Titular: Nome e título**  
Vínculo  
Universidade.

---

**Membro Titular: Nome e título**  
Vínculo  
Universidade.

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## **DEDICATÓRIA**

Louvo a meu Deus e Senhor que, com sua infinita sabedoria,  
iluminou meu entendimento  
e me ajudou a penetrar os desafiantes enigmas da linguagem humana,  
pálida imagem da misteriosa e exuberante linguagem divina.

A Ele entrego este trabalho, fruto da inteligência que me deu  
e elevo esta prece:

“Bendito seja Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que do alto céu me  
abençoou em Cristo, com todas as bênçãos espirituais” (Ef. 1, 3).

Dedico também a meus filhos:

Carolina, Renato e Ricardo,  
pela paciência e compreensão ao longo desses anos,  
sem os quais não teria chegado aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Minha especial gratidão ao prof. Dr. Antonio Suárez Abreu, meu orientador, e ao prof. Dr. Alceu Dias Lima pela amizade, compreensão e, acima de tudo, pelo exemplo de espírito humanitário que motivaram minha caminhada.

Grata a todos os professores por haverem compartilhado comigo a sua sabedoria.

Meu reconhecimento e gratidão a todos os meus amigos pela amizade, pelo companheirismo e por alguma forma de contribuição, tão importantes na conquista de um objetivo.

## RESUMO

Tem este trabalho o objetivo de estudar, do ponto de vista da análise do discurso e da lingüística cognitiva, o gênero carta, mais especificamente as cartas de leitores dirigidas a uma revista de divulgação científica brasileira chamada de Superinteressante. Constatamos, em nossa análise, que muitas delas apresentam caráter subjetivo, manifestando simpatia pelas matérias da revista, o que inclui também um certo tom confessional. Outras delas manifestam formações discursivas ideológicas distintas, vinculadas ao senso comum ou a heranças culturais passadas. Há ainda outras que se caracterizam por serem cartas de autoridade, ou seja, emitidas por pessoas que têm conhecimento dos temas tratados e que querem fazer críticas positivas ou negativas à maneira como a revista tratou o assunto em questão.

PALAVRAS-CHAVE: cartas, gênero, interação, ideologia.

## **ABSTRACT**

This work has the aim of studying, from the standpoint of the discourse analysis and the cognitive linguistics, a gender of letters, more specifically letters from readers sent to a scientific divulgation magazine called Superinteressante. We have verified, in our analysis, that some of them presented subjective character, expressing sympathy for the subjects of the magazine, which includes also a sort of confessional feature. Some of them presented distinct discursive ideological structures connected to the common wisdom or to ancient cultural heritages. There were others distinguished by being authority letters, that is wrote by people who have knowledge about the treated subjects, who wanted to criticize in a positive or negative way the manner how the magazine dealt with the subject in focus.

**KEY WORDS:** letters, gender, interaction, ideology.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

#### **SEÇÃO I – GÊNEROS TEXTUAIS.....4**

1.1 Gêneros – história e conceito.....	4
1.2 Por uma classificação dos discursos em gêneros .....	8
1.3 Gêneros da ordem do argumentar.....	13
1.4 O gênero epistolar.....	15
1.5 O gênero jornalístico.....	17
1.5.1 Os jornais periódicos.....	17
1.5.2 Fatos que viram notícia.....	18
1.5.3 O jornal como veículo formador de opiniões.....	20

#### **SEÇÃO II – DISCURSO E LINGUAGEM JORNALÍSTICA..... 21**

2.1 Linguagem e ideologia.....	22
2.2 Mídia e poder.....	28
2.3 Mídia na formação da opinião pública.....	32
2.4 O jornalismo científico.....	34

#### **SEÇÃO III – CARTAS DE LEITORES: um gênero jornalístico.....38**

3.1 Identificação ou empatia.....	42
3.2 Afloração de sentimentos.....	43
3.3 Tom confessional.....	43
3.4 Discurso de autoridade.....	46
3.5 Discurso ideológico.....	47
3.6 Discurso do senso comum.....	49
3.7 Discurso irônico .....	52
3.8 Discurso da consciência crítica.....	55

#### **SEÇÃO IV – ANALISANDO AS CARTAS DE LEITORES (AS) DA REVISTA SUPERINTERESSANTE.....58**

4.1 Identificação ou empatia.....	61
4.2 Afloração de sentimentos.....	70
4.3 Tom confessional.....	72
4.4 Discurso de autoridade.....	76
4.5 Discurso ideológico.....	81
4.6 Discurso do senso comum.....	102
4.7 Discurso irônico.....	107
4.8 Discurso da consciência crítica.....	113

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.....140**

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....147**

#### **ANEXOS.....157**



# INTRODUÇÃO

Vivemos numa época em que o tempo exige de nós uma vida muito atarefada, com poucas chances para desenvolver relacionamentos cordiais. Dessa forma, as pessoas procuram se comunicar da maneira mais rápida por intermédio de meios mais práticos, no cotidiano, seja por meios eletrônicos – *e-mails, messenger, orkut, e outros* -, seja pelo telefone, porque, além de uma forma imediata, a interação pode até ocorrer simultaneamente em alguns casos. Outras pessoas ainda preferem o meio tradicional, enviando suas cartas via postal, mas esta prática está se enfraquecendo diante da facilidade com que podemos nos comunicar de forma virtual, embora ainda o computador não seja um instrumento acessível à maioria da população.

Seja através de meios eletrônicos, seja de forma tradicional, as pessoas demonstram um desejo de interagir com seus semelhantes, por uma necessidade inata do ser humano: a de se comunicar. E as cartas de leitores são exemplos disso; se não para desenvolver relacionamentos amigáveis, para manifestar outras intenções.

Neste trabalho, propomos fazer um estudo sobre um gênero - cartas-, no intuito de analisar *cartas de leitores*, uma especificidade comum em jornais e revistas, uma variante do gênero epistolar, cujo destinador envia para um determinado destinatário (editor) para expressar suas emoções, seus sentimentos de alegria ou de indignação, suas opiniões, suas idéias, ou mesmo somente para agradecer, elogiar, pedir sugestões ou esclarecimentos. Nesse caso, são muitos os motivos de manifestação da linguagem, e isso se torna mais fácil quando as cartas são dirigidas a pessoas que não têm um vínculo de proximidade entre si, pelo fato de não se conhecerem pessoalmente, principalmente quando são realizados por veículos rápidos, como são as cartas enviadas por via eletrônica.

Quando nós falamos ou escrevemos às pessoas a quem conhecemos, temos um quadro de informações sobre o interlocutor e o contexto de produção, tais como: o grau de conhecimento sobre o assunto, o nível de escolaridade, o lugar social e outros mais. Esse quadro facilita o processo de interação entre as pessoas, a construção de sentido na atividade interlocutiva. Quando os interlocutores são pessoas desconhecidas, entretanto, torna-se difícil o acesso a tais informações, o que poderá implicar um efeito de sentido outro, que não aquele desejado pelos autores das cartas.

Levando em conta esses aspectos, propomo-nos, em nosso trabalho, fazer uma análise desse gênero do discurso - cartas de leitor- da Revista Superinteressante, observando como certos aspectos ideológicos determinam o discurso dos sujeitos que enunciam, refletindo a forma de perceber a realidade, de estabelecer condutas de identidades e padrões vigentes na sociedade onde estão inseridos. Em outras palavras, procuraremos evidenciar o modo de utilização da linguagem nessas cartas, como forma de persuasão, para legitimar certos padrões de conduta ideológica. Para tanto, serão considerados o sujeito e o contexto sócio-histórico de produção dentro das possíveis captações no discurso manifesto.

Para tal, escolhemos as cartas de revista Superinteressante, publicadas nos meses de: outubro, novembro de 2003; fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2004. É importante lembrarmos que a revista é editada uma vez por mês, perfazendo um total de dez revistas (sem uma seqüência lógica), que compõem o *corpus* da pesquisa. A escolha das edições ocorreu aleatoriamente, pela facilidade de acesso a elas, por estarem disponíveis na biblioteca da instituição em que trabalhamos. Acreditamos, porém, que isso não venha causar danos, comprometendo aquilo que almejamos em nosso trabalho, visto que a leitura das revistas das edições intermediárias, não citadas, também foram necessárias, para compreendermos a razão da produção das cartas editadas.

Os assuntos veiculados na Superinteressante são dos mais variados, sendo a revista considerada de divulgação científica. Nesse sentido, temos matérias que abordam religião, saúde e medicina, curiosidades, informática, ciências físicas, biológicas, meio-ambiente e outras.

Embora a revista possa ser adquirida por um cidadão qualquer, ela não é acessível a todos, seja pelo grau de compreensão que exige para a leitura, seja pelo fator econômico envolvido em sua aquisição. Mas é uma revista que agrada aos jovens, principalmente, e aos adultos comuns ou profissionais de diferentes áreas.

Para chegarmos à etapa da análise, os procedimentos foram os seguintes: selecionamos, dentre as cartas, aquelas cujo tema referia-se a uma matéria que suscitara interesses por parte dos leitores. Foi possível observar isso pelo número de cartas editadas sobre determinados assuntos.

Num segundo momento, ocorreu a digitação de acordo com a ordem temporal da publicação. Como já observamos, algumas cartas foram excluídas porque constituíam repetições devido à semelhança de assunto e ao motivo que levaram os indivíduos a escrever.

Num momento posterior, procuramos categorizá-las, levando em consideração a relação leitor/veículo, observando segundo a intenção estabelecida por cada autor, com o

propósito de elogiar, agradecer, criticar, opinar, refutar, etc., e enquadramo-las dentro das categorias que elaboramos, conforme as características apresentadas na seção III. Nesse sentido, algumas se agrupam como carta de manifestação de discurso de empatia, de antipatia, de afloração de sentimentos, de senso comum, de senso crítico, de ironia, de ideologia, por apresentarem marcas lingüísticas e aspectos extra-lingüísticos, que nos permitiram tais classificações.

Observamos que nem todas as 125 cartas foram analisadas, pois não era de nosso interesse quantificar, mas sim apresentar exemplos, evitando a repetição, para que a leitura não se tornasse exaustiva.

Tomamos como base de nossa análise as orientações de Mikhail Bakhtin, sobre o estudo de gêneros; partimos, também, do princípio de que todo discurso é manifestação da ideologia de uma determinada classe social. E, para depreendermos a ideologia subjacente ao discurso, levamos em conta o contexto sócio-histórico de produção, o sujeito e o discurso manifesto, considerando a intenção inerente ao discurso pronunciado.

Na seção I, fazemos uma explanação sobre os gêneros discursivos (história, conceitos, classificação); apresentamos alguns conceitos de argumentação e, também, as especificidades do gênero epistolar, uma vez que as *cartas de leitores* fazem parte desta categoria; finalmente, fazemos uma abordagem de alguns aspectos do discurso científico, pelo fato de havermos escolhido uma revista, cuja característica maior constitui o conteúdo científico.

Na seção II, tratamos da mídia do poder que ela exerce sobre a massa, e, mais especificamente, sobre o jornalismo, de suas estratégias de persuasão, para tornar-se um meio de veicular determinadas ideologias, criando pensamentos e intervindo no processo de formação de identidades. Enfim, como a mídia pode constituir um meio poderoso de manipulação para atingir determinados fins.

Na seção III, fazemos uma abordagem das cartas de leitor, como um gênero jornalístico, apresentando diferentes manifestações de sentimento, de intenções, através de formas de utilização da linguagem.

E, na seção IV, efetuamos a análise das cartas de leitores(as), enquadrando-as, por vezes, em uma ou mais categorias, considerando que podem manifestar mais de uma característica das apresentadas na seção anterior.

Esperamos poder contribuir, de certa forma, com os estudos de gêneros discursivos, em especial, as cartas de leitores (as), que constituem um gênero ainda não muito explorado por especialistas da linguagem.

# SEÇÃO I - GÊNEROS TEXTUAIS

## 1.1 Gêneros – história e conceito

Em “Os gêneros do Discurso”, Todorov (1980, p. 46) fala acerca da origem dos gêneros. E esclarece que estes vêm simplesmente de outros gêneros: “um novo gênero é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos”, seja por inversão, por deslocamento ou por combinação. Para o autor, ainda, um “texto” de hoje é um gênero que descende de um poema ou romance do século XIX, da mesma forma que uma “comédia lacrimajante” é a combinação de elementos da comédia e da tragédia do século precedente. A literatura não existe fora dos gêneros, constituindo-se um sistema em contínua transformação.

Também para Brandão (2002), a expressão gênero sempre esteve presente na tradição ocidental, especialmente ligada aos gêneros literários. E desde Platão e Aristóteles, a noção de gêneros constitui uma preocupação, pois a clássica distinção entre a poesia e a prosa era problemática; a prosa pode abarcar tanto a prosa literária quanto tudo que não é literário. As três formas fundamentais ou mesmo chamadas “naturais” da literatura (lírico, épico, dramático), conhecidas desde Platão, perduram até os dias atuais. Uma outra classificação muito antiga opõe tragédia à comédia. A primeira se caracteriza pelo caráter sério da ação, pela dignidade dos personagens e pelo final infeliz, enquanto a última, pelas ações corriqueiras, personagens de baixa condição e final feliz.

Em Reboul (2000), observamos que, entre os antigos, os gêneros oratórios eram divididos em três: o jurídico, deliberativo (ou político) e o epidítico. A ação dos três era diferente, e também o público a quem direcionava era distinto, pois, como dizia Aristóteles, falamos de maneira diferente conforme a quem nos dirigimos. No primeiro, o orador acusa ou defende e é direcionado a um auditório especializado. No segundo, aconselha ou desaconselha em todas as questões referentes à cidade: guerra, orçamento, impostos, etc., e o público alvo é o móvel e menos culto, e o argumento utilizado, nesse caso, é o exemplo. O epidítico censura na maioria das vezes e louva um homem ou categoria de homens, recorrendo à amplificação, pois os fatos são de conhecimento do público.

Uma outra distinção clássica refere-se à teoria dos três estilos, presentes nas obras Virgílio: elevado (em a Eneida), médio (nas Geórgicas) e humilde (nas Bucólicas). A questão

do gênero primeiramente foi preocupação da Poética e da Retórica e não da Lingüística, porque esta, enquanto ciência específica da linguagem, é recente, e, também, sua preocupação inicial foi com as unidades menores que o texto (fonemas, palavras, frases). E só na medida em que ela passa a se interessar pelo texto é que começa a se preocupar com a questão do gênero.

Dessa forma, a expressão gênero sempre esteve presente na tradição ocidental, mas ligada aos gêneros literários, como podemos observar também em Medeiros (1988), em que gênero é o veículo que serve para expressar o pensamento e os sentimentos. Em outras palavras, aborda o conjunto de caracteres que distingue, por exemplo, uma poesia lírica de uma poesia épica, um romance dramático de histórico.

Na atualidade, não nos referimos mais a esse tipo de gênero, apenas, mas a inúmeros outros que foram surgindo ao longo dos anos, com os avanços na área da comunicação. Logo, a necessidade de formas diferentes para comunicar gerou inúmeros gêneros e as mais diversas concepções. Alguns estudiosos adotaram o termo Gêneros Textuais, e outros, Gêneros Discursivos por razões diversas, mas há os que adotam um e outro como sinônimos. E, desta forma, ao enunciar o conceito sobre gêneros, veremos diferenças em relação ao referente, com posturas também diferentes.

A noção de gêneros, nos dias atuais, abarca uma série de conceitos, pois passou a constituir objeto de pesquisa de um número infinito de estudiosos. E, encontra uma extensão considerável, pela primeira vez, na obra de Bakhtin (2003, p. 25):

Cada esfera de troca social elabora tipos relativamente estáveis de enunciados: os gêneros; três elementos os caracterizam: conteúdo temático – estilo – e construção composicional; a escolha de um gênero se determina pela esfera, as necessidades da temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor.

Segundo o autor, ainda, a cada tipo de atividade humana que implica o uso de linguagem correspondem enunciados particulares, os gêneros do discurso. Ou seja, a diversidade de atividades sociais que as pessoas realizam e com as quais se envolvem conduz a uma diversidade de produções de linguagem. Cada esfera de utilização da língua elabora “tipos relativamente estáveis”, que são os chamados gêneros do discurso pelo autor,

caracterizados pelos seus conteúdos e pelos meios lingüísticos que eles utilizam. Para Bakhtin, os gêneros podem ser marcados pela regularidade, pela repetibilidade e de relativa estabilidade, mas essa estabilidade sofre a constante ameaça de forças que atuam sobre as coerções genéricas. Essas forças garantem a estabilidade do sistema, possibilitam as relações de comunicação entre membros de um determinado grupo social, a elaboração e inovação de estilos de textos pelos membros do grupo social.

Ainda, conforme Bakhtin (2003), gênero é um instrumento semiótico complexo, ou seja, uma forma de linguagem prescritiva, que permite a produção e a compreensão de textos ao mesmo tempo. Se não existissem, se não dominássemos os gêneros do discurso e tivéssemos que criá-los a cada momento de nossa fala, se tivéssemos que construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. O que determina a escolha do gênero é a definição dos parâmetros da situação que guiam a ação, existindo uma relação entre o meio e o fim.

Seguindo a mesma linha, ainda, afirma Brait (2001, p.29), que necessariamente “ao enunciar, expressamos num determinado gênero, mas o nosso enunciado, o nosso discurso, nosso texto será sempre uma resposta aos que vieram antes, suscitando respostas futuras”. Em outras palavras, apossamo-nos de um gênero já existente e damos um novo tom, uma nova dimensão, sendo por isso responsáveis no sentido bakhtiniano. E continua a autora dizendo que não podemos falar de gêneros sem pensar na esfera de atividades específicas em que eles se constituem e atuam, aí implicadas as condições de produção, de circulação e de recepção. Pois, caso excluamos um desses ingredientes, poderemos cair numa idéia mecanicista de gênero discursivo, escamoteando um fato fundamental da teoria de Bakhtin, ou seja, a atenção dada às especificidades das atividades humanas e às especificidades dos gêneros discursivos que as constituem e que com elas entretêm uma relação inteiramente dialética.

Dolz e Scheneuwly apresentam a seguinte explicação para a compreensão do que seja o gênero:

Como toda ação humana, [...] vai usar um instrumento – ou um conjunto de instrumentos – para agir: um garfo para comer, um serra para derrubar uma árvore. A ação de falar realiza-se com a ajuda de um gênero, que é um instrumento para agir lingüisticamente. É um instrumento semiótico, constituído por signos organizados de maneira regular; esse instrumento é complexo e compreende diferentes níveis [...]. Eis por que, às vezes, o chamamos “megainstrumento”, para dizer que se trata

de um conjunto articulado de instrumentos, um pouco como uma fábrica. Mas fundamentalmente se trata de um instrumento que permite realizar uma ação numa situação particular. E aprender a falar é apropriar-se dos instrumentos para falar em situações de linguagem diversa, isto é, apropriar-se dos gêneros (2004, p.171).

Completam, também, os autores dizendo que, quando nos comunicamos, adaptamo-nos à situação de comunicação, ou seja, não falamos ou escrevemos da mesma forma em situações diferentes. Os textos orais ou escritos que produzimos são diferentes uns dos outros e isso porque são produzidos em condições diferentes. E mesmo com essa diversidade de gêneros, podemos verificar regularidades. Em situações semelhantes, produzimos textos com características semelhantes, que podem ser chamados de **gêneros de textos**, que facilitam a comunicação.

Já, para Machado (2004, p.18), o gênero “é aquilo que existe nas práticas de linguagem de uma sociedade ou aquilo que sabemos que existe nas práticas de linguagem de uma sociedade”. Os gêneros textuais existem antes de nossas ações no cotidiano e são, obviamente, necessários para realizações de diversas ações. São, para a autora, “mecanismos fundamentais de socialização, de possibilidade de inserção prática dos indivíduos nas atividades comunicativas humanas”. Constituem instrumentos que fundam a possibilidade de comunicação. Trata-se de formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais das práticas de linguagem. Todo ato comunicativo, toda prática da linguagem são fenômenos ligados a gêneros. Dessa forma, o gênero pode ser considerado um “modelo comum, uma representação integrante”, para os usuários da linguagem de uma dada língua.

Na opinião de Marcuschi (2003), os gêneros textuais são realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas, considerados fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social; eles contribuem para ordenar e estabilizar as atividades do dia-a-dia. Segundo o autor, os gêneros, embora apresentem alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, não são instrumentos estanques e enrijecedores de ação criativa; são como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.

Segundo o autor supracitado (2003), os mais variados gêneros surgem conforme as necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas,

considerando a quantidade de gêneros textuais que circulam hoje. As novas tecnologias, principalmente ligadas à área de comunicação: o rádio, a televisão, a revista, o jornal, a internet, por serem presenças marcantes e de centrabilidade nas atividades comunicativas da realidade social, propiciam e exigem gêneros novos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como: editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, teleconferências, videoconferências, telemensagens, bate-papos virtuais (chats), aulas virtuais, etc. São inúmeros os gêneros existentes atualmente, tanto é que alguns lingüistas alemães detectaram mais de 4000 deles em circulação, formando uma imensa constelação de gêneros. Estes permitem maior integração entre os vários tipos de semiose: signos verbais, sons com imagens e formas em movimento, tornando a linguagem cada vez mais plástica, com semelhança à coreografia. Ainda, segundo o autor, os gêneros distribuem-se pelas duas modalidades – oral e escrito - num contínuo, desde os mais informais aos mais formais e em diferentes contextos e situações da vida quotidiana. Há, porém, alguns gêneros que são só recebidos na forma oral, embora tenham sido produzidos na forma escrita: notícias de televisão ou rádio. Nós ouvimos as notícias, mas elas foram escritas previamente para serem lidas oralmente pelo locutor. É o caso, também, das ladainhas, novenas e jaculatórias, todas escritas e seu uso nas atividades religiosas ocorre pela oralidade.

## 1.2 Por uma classificação dos discursos em gêneros

Ao questionarmos a necessidade de uma classificação dos discursos em gêneros, Brandão (2002) justifica tal questão com base em dois motivos:

a) colocar em ordem a heterogeneidade de textos com que nos deparamos no campo da linguagem, identificando-os, ordenando-os, organizando-os, para melhor compreendê-los;

b) atribuir um caráter científico aos estudos da linguagem, buscando objetividade, classificando e categorizando o material de análise do discurso.

Como observa a autora acima, a idéia de classificação teve uma ancoragem forte no modelo estruturalista, que tem como método de estudo as classificações, as ordens, os agenciamentos. Seu objetivo primordial é a taxionomia ou o modelo distribucional imposto para toda obra humana, pois, para o estruturalismo não existe cultura sem classificação. O que



os estruturalistas pretendiam eram modelos classificatórios abstratos com efeitos de normatividade, não considerando o heterogêneo. Suas tipologias do discurso apresentam um caráter formal, abstrato, generalizante e descontextualizante.

Nos tempos modernos, muitos pesquisadores têm-se dedicado ao estudo das tipologias de texto. A pesquisa de classificação parece estar mais limitada ao campo da didática da língua ou ao domínio da literatura, pois os lingüistas têm mostrado uma desconfiança quanto à tipologização de textos pelo seu caráter complexo e delicado.

Pela necessidade de melhor entender os princípios que regem a organização textual, tem surgido, no campo da lingüística, uma variedade imensa de tipologias. Toda tipologia, porém, apresenta problemas, ou porque são restritas ou porque são amplas demais, mas compreensíveis devido ao caráter heterogêneo e complexo do texto (Brandão, 2002).

Brandão, ainda, apresenta, dentre essa variedade existente de tipologias, quatro tipos de classificação:

- a) as tipologias funcionais, com base no estudo das funções (de Bühler e Jakobson);
- b) as tipologias enunciativas, que tratam da influência das condições de enunciação, principalmente (interlocutores, lugar, tempo) sobre a organização discursiva (modelos inspirados em Benveniste e Bronckart);
- c) as tipologias cognitivas, que tratam principalmente da organização cognitiva, pré-lingüística, subjacente à organização de certas seqüências (narrativa, descritiva, etc.) (modelo de Adam);
- d) a tipologia sócio-interacionista (de Bakhtin).

Na primeira, **as tipologias funcionais**, Jakobson parte do modelo de Karl Bühler, que reconhecia três tipos básicos de mensagens, conforme a ênfase dada a cada um dos elementos, como veremos: para o destinador (mensagens de caráter emotivo ou expressivo), com base na primeira pessoa do discurso – que fala -; para o destinatário (mensagens de caráter apelativo), na segunda pessoa do discurso – com quem se fala -; para o contexto (mensagem de caráter informativo), na terceira pessoa do discurso de que(m) se fala. Tal classificação era chamada funcional. Jakobson acrescenta a esse modelo mais três fatores: o código, o canal e a mensagem; Este modelo estruturalista-funcional, embora centrado no ato da comunicação verbal, exclui de sua base a dinâmica da interlocução.

Quanto às **tipologias enunciativas**, essas “estão fundadas nas diferentes formas da presença das marcas da enunciação no discurso. Essas marcas remetem aos componentes da

cena enunciativa: interlocutores, lugar, tempo”. Conforme a manifestação dessas marcas, distinguem-se:

a) o discurso centrado no locutor (a linguagem de um diário juvenil ou poesia lírica), em oposição àquele centrado no alocutário ou destinatário (a linguagem persuasiva da propaganda ou discurso político);

b) o discurso explícito ou autônomo em relação à situação (a linguagem do discurso da ciência) em oposição ao discurso implícito ou de situação (a linguagem prática do cotidiano);

c) o discurso econômico em indicações sobre sua enunciação em oposição ao discurso a que a ela se refere, constantemente:

Relacionado a esta última classificação, Benveniste (1996), apud Brandão (2002, p. 24) faz uma distinção entre a enunciação histórica e a enunciação no plano do discurso; quanto à enunciação histórica, “trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”. A narrativa histórica, segundo ele, é o modo de enunciação que exclui toda forma lingüística autobiográfica, ou seja, o historiador não dirá eu e tu nem aqui nem agora, não existindo lugar para a relação de pessoa eu e tu. Observaremos, apenas, formas de terceira pessoa. Em oposição à enunciação histórica, Benveniste contrapõe o discurso, que “emprega todas as formas pessoais do verbo, tanto eu, tu como ele. Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte” (apud. Brandão, 2002, p.24)

Bronckart, citado por Brandão (2002), também em sua tipologia enunciativa, releva a situação material de produção – pessoa, lugar e tempo. Para ele, a significação não procede de uma relação apenas entre coisa e a palavra, sendo necessário distinguir um sentido literal ou denotativo, apreensível em língua de um sentido ligado às condições de funcionamento extralingüístico. Nessa perspectiva, a significação implica aspectos centrados sobre a enunciação, o contexto e as condições de produção dos enunciados. Com base nos estudos de Bakhtin, Bronckart propõe analisar a linguagem como prática social levando em conta seus aspectos sociais, interacionais, convencionais e ativos. Para essa finalidade, preconiza uma tipologia que tenha como objetivo articular a análise das capacidades psicológicas universais (competências sócio-cognitivas) com a da diversidade e heterogeneidade fundamentais das manifestações da linguagem. E, para desenvolver essa teoria, elabora os conceitos centrais de atos/ações de linguagem, representação, decisão discursiva e tipos de discurso.

Para o autor, os seres humanos constituem e funcionam em grupos; suas condutas, desenvolvendo-se num quadro de interações diversas, constituem um conjunto organizado de

ações que orientam os sujeitos, agentes ativos no mundo dos fatos e dos objetos. E a linguagem é considerada uma “superatividade” que se realiza sob a forma de ações diversas. As ações se definem pelos modos de cooperação social nos quais se inserem e pelos fins visados. E quanto aos modos de cooperação, segundo Bronckart apud Brandão (2002), neles se incluem o lugar social (instituições, aparelhos ideológicos, espaço das práticas cotidianas, etc.) o destinatário (ou o público) e o enunciador (papel social atribuído ao agente ativo). E os fins são os efeitos da ação sobre os destinatários. Esses fatores todos definem a situação material da enunciação, chamada situação de produção.

As **tipologias cognitivas** classificam os textos conforme o modo de organização cognitiva dos conteúdos. Estas abordagens visam a uma compreensão do funcionamento textual por meio de uma definição das operações subjacentes à compreensão de conteúdos pelo locutor ou pelo receptor (Brandão, 2002).

Finalmente, as **tipologias sócio-interacionistas** de Bakhtin, as quais têm trazido grandes contribuições para os estudos da linguagem. Bakhtin insiste no caráter social dos fatos de linguagem, considerando o enunciado (ou o texto) como produto da interação social, em que cada palavra é definida como produto de trocas sociais. O enunciado está tanto ligado a uma situação material concreta como ao contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma comunidade lingüística dada. Insiste, ainda, sobre a diversidade dos atos sociais praticados pelos diversos grupos e, conseqüentemente, na diversidade das produções de linguagem, seja língua de trabalho, de anedotas, gírias, provérbios, narrativas literárias, jurídicas, etc., que constituem sistemas diferentes a constituição de um universo polilingüístico. A riqueza e a diversidade neste sentido é grande, mas organizadas. Cada esfera de organização da língua elabora *tipos relativamente estáveis*, isto é, gênero do discurso, que se caracterizam pelos seus conteúdos e pelos meios lingüísticos que eles utilizam.

Bakhtin (1997) critica o subjetivismo idealista que vê o ato da fala de criação individual. Para ele, o centro organizador de toda enunciação não é interior, mas está situado no meio social que envolve o indivíduo. Dito de outra forma, ele rejeita a concepção de linguagem que vê o homem como sujeito falante, como autor, como produtor. Criticou, ainda, o objetivismo abstrato pela prevalência do objeto externo como objeto da lingüística. Nessa visão, faz da língua um objeto que deve ser atingido e decifrado, analisado adquirido (Freitas, 1994). Eis por que, a escola, ao longo dos anos, vinha ensinando aos alunos um conjunto de códigos (fonética, sintaxe, gramática) a serem decifrados. No ponto de vista de Bakhtin, só há compreensão da língua dentro de contexto. Só no contexto real de sua enunciação se torna

possível a concretização da palavra. O significado é definido pelo contexto, havendo tantas significações possíveis quanto forem os contextos possíveis. E, ainda, a língua não se transmite, ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta; quando eles mergulham na corrente da comunicação verbal, a sua consciência desperta e começa a operar. A língua materna não é algo adquirido pelos sujeitos, mas é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (Bakhtin, 2003). Nessa perspectiva, segundo o autor, a língua é um fenômeno puramente histórico e não pode ser estudado sem vínculos com suas funções sociais.

Os gêneros do discurso, segundo a teoria bakhtiniana, pelo fato de implicarem aspectos da ordem da enunciação e do discurso, podem contemplar mais satisfatoriamente o complexo processo de produção/compreensão de textos, como veremos:

A noção de Gênero permite incorporar elementos da ordem social e do histórico [...]; permite considerar a situação de produção de um dado discurso (quem fala, para quem, lugares sociais dos interlocutores, posicionamentos ideológicos, em que situação, em que momento histórico, em que veículo, com que objetivo, finalidade ou intenção, em que registro, etc.); abrange o conteúdo temático – o que pode ser dizível em um dado gênero, a construção composicional – sua forma de dizer, sua organização geral que não é inventada a cada vez nos comunicamos, mas que está disponível em circulação social – seu estilo verbal- seleção de recursos disponibilizados pela língua, orientada pela posição enunciativa do produtor do texto. Neste sentido, a apropriação de um determinado gênero passa, necessariamente, pela vinculação deste com seu contexto sócio-histórico-cultural de circulação. (Barbosa, 2002, p.152 ).

Para Bakhtin (2003), o estudo sobre gêneros assume um percurso histórico, e o autor faz uma distinção entre os *gêneros primários*, de um lado, (aqueles das interações da vida cotidiana), e os *gêneros secundários*, do outro (aqueles dos discursos literários, científicos, ideológicos, etc.) que resultariam de uma complexificação dos gêneros primários.

Os gêneros secundários (complexos) resultam dos gêneros primários (simples), e há uma grande diferença entre eles, e não se trata de uma diferença funcional. Os gêneros

discursivos secundários (complexos: romances, dramas, pesquisas científicas, etc.), no processo de sua formação, incorporam e reelaboram uma diversidade de gêneros primários, que se formaram nas condições de comunicação imediata. Em outras palavras, os gêneros secundários se valem da transformação em diferentes graus dos gêneros primários.

Nos gêneros primários (conversas do cotidiano, cartas, etc.) ocorrem as réplicas entre os sujeitos (o falante e o ouvinte não passivo), ou seja, um falante e o que responde, havendo instâncias de alternâncias entre os sujeitos do discurso, estabelecendo uma atividade responsiva, de interação.

Os gêneros secundários do discurso (científicos e artísticos) são originados pelos gêneros primários e suscitam também uma atividade responsiva. Isso será visto na seção 2.5, quando trataremos do discurso científico.

Ainda com relação à classificação dos gêneros, alguns autores empregam indiferentemente os termos *gênero e tipo de discurso* indistintamente, mas a tendência é a de distingui-los, como faz Maingueneau (2001, p. 61): “os gêneros do discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a **vastos setores de atividade social**”. O autor cita o “talk show” como um *gênero* de discurso no interior do *tipo* de discurso “televisivo”, que também faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso “midiático”, em que figuram também o discurso radiofônico, o da imprensa escrita. Dessa forma, a sociedade é dividida em diferentes setores, seja da produção de mercadorias, administração, lazer, saúde, ensino, etc., setores correspondentes a grandes tipos de discurso.

O autor, ainda, classifica os gêneros de discurso tomando por invariante não apenas um setor de atividade, mas de acordo com o *lugar institucional* (escola, hospital, família, empresa, igreja e outros). Tomando por invariante o hospital, como exemplo, há uma possibilidade de gerar uma série de gêneros de discurso (orais e escritos), como: a consulta, o laudo médico, as reuniões de serviço, relatórios de enfermeiros e muitos outros.

Para Maingueneau, (2001) também é possível tomar como critério o estatuto dos parceiros do discurso, levando-se em conta os diferentes discursos: discursos entre crianças, entre crianças e adultos, entre homens e mulheres, entre mulheres, entre superiores e subordinados, etc.

Além do critério de estatuto dos parceiros, há outros ligados ao posicionamento de natureza ideológica, o que permite uma distinção como: discurso socialista, discurso católico de tal época ou de tal lugar.

### 1.3 Gêneros da ordem do argumentar

A palavra *argumento* vem do latim – *argumentum* -, cujo tema *argu* significa tudo aquilo que ressalta, faz brilhar, faz cintilar uma idéia.

Para Charaudeau & Maingueneau (2004, p.52), “Argumentação está no centro da concepção antiga da retórica”. Afirmam estes que, depois do declínio da retórica e a ascensão de certas formas de cientificismo, os estudos da argumentação foram retomados, adquirindo novas acepções, a partir dos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, Grice, Ducrot e outros mais, na segunda metade do século XX.

Segundo os autores, ainda, “*o discurso argumentativo foi caracterizado de maneira intradiscursiva por suas diferentes formas estruturais, e de maneira extradiscursiva pelo efeito perlocutório ao qual estaria vinculado a persuasão*” (2004 p. 52).

O domínio da argumentação foi além das grandes retóricas tradicionais, coincidindo com o do debate em todas as suas formas. Os autores distinguem a argumentação como **apresentação de um ponto de vista** da argumentação **como composição de enunciados**. Para explicar a primeira, os autores citam o postulado de Grice: a argumentação “é uma atividade que visa a intervir sobre a opinião, a atitude, e mesmo sobre o comportamento de qualquer indivíduo”, por intermédio do discurso. E continuam,

Tal como a compreendo, a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um alter ego que se quer levar a fazer partilhar sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhes atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novidades, tudo isso com a ajuda de uma esquematização apropriada (1990 p.40).

Já, Perelman define o que é argumentação da seguinte maneira:

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos

ouvintes (ou os leitores) a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (1999 p.50).

Este estudioso faz uma distinção entre o ato de *convencer* e o ato de *persuadir* porque o primeiro se identifica unicamente à razão, ou seja, procura alicerçar-se em um raciocínio lógico por meio de provas objetivas, enquanto que o último se dirige ao sentimento do interlocutor por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis. O ato de *convencer* poderia atingir um auditório universal devido ao seu caráter demonstrativo e atemporal, já que as conclusões decorreriam das premissas, como ocorre com o raciocínio matemático, enquanto que o ato de *persuadir* tem como alvo um auditório particular e caracteriza-se pelo seu caráter ideológico, subjetivo e temporal. Em outras palavras, *convencer* conduz a certezas, e *persuadir* suscita inferências que podem levar o interlocutor à adesão aos argumentos apresentados.

Para Tavares (2002), é chamado de texto argumentativo aquele que visa à adesão de um determinado auditório. Em outras palavras, o locutor-enunciador procura envolver seus interlocutores para que estes aceitem o seu ponto de vista, E, para que isso ocorra, é preciso que o locutor-enunciador construa seu raciocínio a partir de *dados*, entendido aqui como evidências e elementos devidamente fundamentados. É necessário, ainda, que exista uma predisposição por parte do auditório em aceitá-los sem muita discussão. Como exemplo, temos: os eventos, as compilações estatísticas, as citações de autoridades.

Para Medeiros (1998, p.264) “*Argumentar é, pois, apresentar a demonstração de um raciocínio, é expor razões para convencer o receptor de uma mensagem; é induzir alguém à persuasão ou convicção*”. Argumento é o raciocínio que convence ou busca convencer alguém. Segundo o autor, ainda, para convencer, é necessário apresentar razões relevantes. Quando um advogado defende a causa de um cliente, ele nada mais faz do que argumentar, apresentando fatos convincentes para inocentar o cliente. Quem argumenta quer provar uma verdade, convencendo a outra de que está com razão.

Há, pois, raciocínios que são válidos apenas aparentemente, chamados sofismas. Vejamos um exemplo de Stuart Mill (Nascimento, 1981 apud Medeiros, 1998) que merece ser citado:

Os fazedores de projeto não merecem confiança.

Ora, este homem fez um projeto.

Logo, este homem não merece confiança.

Garcia (1986) faz uma diferença entre dissertação e argumentação. Naquela, o objetivo é expor ou explicar, explicitar ou interpretar idéias, enquanto que, nesta, objetiva convencer, persuadir, influenciar o receptor. E conclui que, na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto, e, na argumentação, além disso, procuramos formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencer que estamos com a razão, que estamos de posse da verdade. Uma argumentação apóia-se na consistência do raciocínio e na evidência dos fatos (provas). E uma argumentação consistente pode recorrer a ilustrações, exemplos, dados estatísticos, testemunho (citação de uma autoridade no assunto), portanto, consiste em uma declaração acompanhada de provas.

Vimos, portanto, que o conceito de *ato de argumentar*, na visão de alguns autores supracitados (Charaudeau & Maingueneau, Perelman, Medeiros, Tavares, Garcia) condizem com uma mesma forma de pensamento, em que argumentar implica *convencer* um auditório, devido ao seu caráter demonstrativo; o locutor-enunciador procura, através de dados, evidências, demonstrar um raciocínio, conduzindo o interlocutor a certezas. Mas, para Charaudeau & Maingueneau (2004), Medeiros (1998) e Garcia (1986), argumentar inclui também o ato de persuadir; já Perelman (1999) faz uma distinção entre *convencer e persuadir*. Para este autor, *o ato de convencer* pode atingir um auditório universal, tendo em vista o seu caráter demonstrativo e universal, enquanto que *o ato de persuadir* pode atingir apenas um auditório particular, pelo caráter ideológico, subjetivo e temporal.

#### 1.4 O gênero epistolar

O nome *epistolar* vem do latim – *epistolaris* -, relativo à carta epistolar (Ferreira, 1986). O Romance epistolar, uma técnica literária, muito desenvolvida no passado, consistia em desenvolver a história por meio de cartas, embora também usados hoje em entradas de diários e notícias de jornais. O objetivo dessa técnica era dar maior realismo a uma história.



Podemos dizer que o romance epistolar teve o seu auge de popularidade no séc. XVIII, decaindo no século XIX.

*Texto epistolar* é uma designação, que pode ser considerada vaga e vasta, de três cartas principais: 1º) a epístola ou carta em verso; 2º) as cartas em prosa; 3º) romances por cartas ou epistolar.

No primeiro caso, temos as Epístolas aos Pisões (ad Pisones) mais conhecida por Arte Poética de Horácio, esquema usado no classicismo e entre os árcades, geralmente com o uso de verso decassilábico.

No segundo caso, desde as cartas em prosa de Camões, há uma infinidade de autores, resumidos em Epistografia em Portugal, de Anrée C. Rocha. Temos, ainda, as cartas que para lá de missivas normais são de caráter literário, como as de Dom Francisco Manuel de Melo ou do Cavaleiro de Oliveiro (ambas cartas familiares), as cartas de Vieira, a correspondência de Eça e outras.

No último caso, O Romance Epistolar é, sobretudo, uma conquista seiscentista. São conhecidas as Lettres Portugaises de 1699 ou, hoje, o essencial da ficção de Almeida Faria que funciona por cartas.

Vimos, ainda, que a palavra carta, que veio do grego *chártes* e do latim *charta* (*ae*), passou a significar o escrito enviado por uma pessoa a outra, no mesmo lugar ou em lugares diferentes.

No português, esta palavra abrange inúmeros tipos a ponto de Plácido e Silva consignar 51 verbetes, em sua obra *Vocabulário jurídico*: carta de alforria, carta de fiança, carta magna, e outras, com acepções jurídicas. Mas cartas variadas, sem a mesma acepção, são encontradas em Aurélio: carta de baralho, carta de motorista e outras.

Desta forma, existem inúmeras cartas, e, para evitar dúvidas, o legislador forjou a *carta-missiva*. (art. 6º, I, da Lei 5.988 de 1973). Na lei autoral anterior (1898), a palavra cartas referia-se a mapas ou croqui: gravura, litografia, fotografia, ilustrações de qualquer espécie, cartas, planos e esboços (Santos, 1994, p. 21-22).

## 1.5 O gênero jornalístico

Até o século XV, eram os chamados **copistas** que copiavam os mesmos escritos, manuscritamente, várias vezes, para que pudessem ser lidos por diferentes pessoas ao mesmo tempo. Os livros eram, então, copiados na íntegra até meados do século XV, no Ocidente, mas o Oriente já conhecia, nessa época, nos mosteiros, uma técnica de cópia, em que os livros eram impressos por chapa de madeira ou xilogravura. E, nesse sentido, o alemão Gutemberg foi quem deu o grande impulso às técnicas de impressão, por meio da confecção de tipos móveis de metal e os moldes de aço para a produção da escrita em série. E, desde a invenção da imprensa, os meios de comunicação vêm evoluindo a cada dia, até chegarmos às mais avançadas tecnologias como os computadores, transmissões de escritos via internet e via satélite, que tornaram possível a comunicação imediata entre os diferentes povos do nosso planeta, estabelecendo uma relação chamada globalização.

### 1.5.1 Os jornais periódicos

Como seria normal pensar, a imprensa não foi amplamente utilizada após a sua descoberta, levando tempo até chegar à impressão de livros ou de jornais. O registro dos primeiros jornais com edições periódicas regulares data de um século e meio após as invenções de Gutemberg.

As primeiras tiragens de jornal abordavam, em geral, assuntos sobre a economia, o que facilitava a vida da população das cidades onde eles circulavam, pois a informação permitia aos comerciantes e à população, no caso de uma guerra ou de uma seca ou inundação em algumas regiões, saber que determinados produtos iriam faltar. Isso servia de alerta para que as pessoas armazenassem os produtos cultivados nessas regiões para uma temporada de escassez.

Os primeiros jornais tinham um enfoque mais econômico, mas gradativamente foram aparecendo outros, cujo enfoque era político. E, a partir do século XVIII, a imprensa começou a se preocupar com a divulgação de idéias e opiniões. Isso porque a burguesia encontrou nos jornais um meio de combater a aristocracia. Dessa forma, além das notícias, os jornais traziam

textos opinativos, com objetivo de influenciar as pessoas sobre as idéias sustentadas pela burguesia e convencê-las. Esses jornais chegavam a ser censurados, em alguns lugares, pela Igreja e pelo Estado. Os aristocratas, percebendo a manipulação da burguesia por meio dos jornais, resolvem, também, criar seus jornais com os mesmos fins, ou seja, divulgar suas idéias.

O jornal-empresa só surgiu na segunda metade do século XIX, aumentando significativamente a sua tiragem. Podemos citar alguns aspectos que contribuíram para o surgimento dos jornais-empresas, como: a Revolução Industrial, que trouxe máquinas para os jornais, a fim de substituir a prensa manual, possibilitando, assim, a produção de mais exemplares; o processo de arrecadação de custo, através dos anúncios, possibilitando a maior parte dos gastos do jornal; o aumento do número de leitores, que saíram de sua condição simplória, tendo que aprender a ler para o trabalho em escritórios ou com máquinas.

A substituição das prensas manuais pelas máquinas rebaixou o custo de um exemplar de jornal e possibilitou, também, a reprodução em maior escala e em menor tempo.

No Brasil, o primeiro jornal surgiu em 1808, com a vinda de D. João VI, quando foi criada a Imprensa Régia. Nesse mesmo ano, foi publicado o primeiro jornal do Brasil – Gazeta do Rio de Janeiro – que publicava apenas notícias da realeza europeia. Até essa data, qualquer tipo de impressão era proibida pela Corte portuguesa, que procurava controlar as idéias e opiniões com receios de que o domínio dos portugueses no Brasil fosse abalado.

### 1.5.2 Fatos que viram notícia

Muitas coisas acontecem diariamente no mundo, mas nem tudo vira notícia, poucos são veiculados pelos jornais.

A notícia é caracterizada por aquilo que é novo, devendo apresentar algo de novo para despertar interesse e curiosidade dos leitores. As pessoas, em geral, gostam de saber das novidades, sentindo um certo prazer, até quando contam algo de novo para alguém que ainda não sabe nada sobre o assunto. No entanto, qualquer novidade não é do interesse das pessoas, pois é necessário que os fatos estejam, de alguma forma, vinculados ao seu interesse, ou porque chamam a atenção de um grande número de leitores.

Um tipo de novidade que atrai a atenção é aquela que traz em si uma tragédia (como guerras, acidentes) ou escândalos, pois, segundo os estudiosos, esses tipos de fato provocam

um certo fascínio das pessoas. Prova disso é a venda dos jornais e das revistas, que aumenta consideravelmente, e de outros meios midiáticos, como a televisão e rádio, cuja audiência atinge altos padrões. Temos, como exemplo disso, os ataques terroristas ao World Trade Center, que ocasionou centenas de mortes, em Manhattan (NY), em setembro de 2001. As emissoras de TV ficaram dias e dias transmitindo a grande tragédia por meio de cenas dramáticas jamais vistas. A audiência das TVs que transmitiram esse fato foi enorme. Os principais jornais, no dia seguinte, esgotaram sua tiragem, embora muitos delas já tivessem visto a tragédia pela televisão.

É sabido que os jornais não trazem só tragédias e escândalos, mas outros assuntos relacionados com a política, a economia, o esporte, a cultura e outros que fazem parte das notícias. E os critérios de escolha dos assuntos a serem veiculados em jornal têm como objetivo principal atingir o leitor, fazendo-o interessar-se pela leitura. Certamente, não são apenas os escândalos e as tragédias que despertam atenção dos leitores, mas estes constituem matérias de grande interesse.

Além de levar a informação aos leitores, os jornalistas procuram despertar o interesse deles, provocando-lhes sensações, despertando sua curiosidade, utilizando-se de meios para garantir a venda de jornais e revistas e aumentar a audiência dos programas de TV e rádio e isso leva, muitas vezes, a condutas nada éticas por parte de alguns jornais e revistas, que invadem a privacidade de personalidades famosas no intuito de obter matérias para seus noticiários.

Quanto à atribuição de importância a fatos, segundo Barbosa (2001, p. 24), isso varia de comunidade para comunidade, de um jornal para o outro, pois o que é digno de ser notícia para um povo pode não ser para outro. Para ilustrar isso, a autora cita o caso de uma vaca atropelada na zona rural do interior de Minas Gerais, fato que não despertara qualquer interesse dos jornais locais para que viesse a ser noticiado. Mas, se isso ocorresse numa rua da Índia, certamente, seria motivo suficiente para virar manchete.

Mas não podemos negar que, além de levar informações, as empresas jornalísticas visam aos interesses econômicos, não medindo sacrifícios para isso, o que acaba infringindo muitas vezes as normas da ética profissional, através de práticas abusivas.

### 1.5.3 O jornal como veículo formador de opiniões

O mundo a nós apresentado pelos meios de comunicação aparece editado. Em outras palavras, as informações e as notícias que nos chegam através do rádio, da televisão jornais ou revistas passaram nas redações dos veículos por escolhas, filtragens, (re)composições, ou seja, foram editadas. Dessa forma, fica difícil saber se existem nexos de continuidade e linearidade entre fatos e acontecimentos relatados pelos veículos de comunicação de massa e a realidade de onde se afirmam derivarem os eventos (Azeredo, 2001).

Um dos exemplos mais marcantes do que acabamos de falar é o editorial, porque se trata de uma das vias pelas quais se dá a formação de opinião pública e da organização dos consensos de poder normalmente postos em circulação (Azeredo, 2001, p.249). Como procedimento do editorial concorre o jogo entre o signo e a ideologia, palavra e valor, linguagem e conceitos de representação; na seleção, formatação e distribuição das notícias, dos acontecimentos jornalísticos, das entrevistas, campanhas publicitárias, etc. são formuladas as visões de mundo, matizados os (pré) conceitos, cuja circulação social devem ocorrer.

Amaral (1978) faz uma abordagem da influência da imprensa sobre as massas, pois a imprensa é formadora de opinião pública, ou seja, do conjunto de opiniões, juízos, conceitos, apreciações, pontos de vista que a respeito de diferentes aspectos da vida do povo e do Estado imperam nas variadas camadas sociais. E justamente por ser formadora de opinião pública é que se torna objeto de disputa por parte de governantes, que pretendem tirar proveito em benefício de suas preferências políticas e impor suas ideologias, ou por parte de grupos econômicos desejosos em tê-la como aliada na luta por interesses econômicos.

## SEÇÃO II - DISCURSO E LINGUAGEM

### JORNALÍSTICA

Para o profissional do jornalismo, Amaral (1978), existem dois pontos importantes que o jornalista deve considerar: a) o homem moderno é apressado, preocupado e não dispõe de muito tempo para a leitura; b) e o público a quem se destina os jornais e revistas é um público variado com diferentes graus de escolarização. Consciente desses fatos, o jornalista, ao escrever a matéria, deve ser conciso, evitando a prolixidade; tomar por base não os seus eventuais leitores cultos, mas os menos escolarizados, o que implica dizer linguagem simples e clara.

Dessa forma, o emprego de determinada linguagem pressupõe, na mídia em geral, um estudo prévio do mercado. Há de se conhecer de antemão a que tipo de público é destinado o veículo, o grau de instrução dos prováveis leitores, necessidades imediatas, gostos e costumes, para garantir maior êxito.

A diferença na seleção do material e no tratamento que lhe é dispensado redacionalmente pode ser notado facilmente quando comparamos diferentes jornais ou revistas, pois cada qual tem sua destinação própria, faixa de leitores, estilo característico. Essas distinções são observáveis de Estado para Estado, na maneira como manipulam a notícia e fazem o comentário. Às vezes, a variedade está na escolha das palavras e no tom da informação. E essa escolha não é aleatória, pois, como já vimos, entra em jogo toda uma forma de persuasão, de como o jornal gostaria que as informações fossem recebidas.

Ao leitor, então, cabe adquirir a competência como leitor, para melhor compreender o conjunto de informações a que tem acesso. Há de se proceder a uma leitura retrospectiva, evocando a sua memória discursiva, através do saber do passado, do que já foi visto ou dito, experimentado. No texto, ele deve reconhecer as marcas lingüísticas, o dito, que está representando o plano de conteúdo, também chamado a estrutura profunda, que permite acesso ao dizer e suas possíveis intencionalidades (Mosca, 2002).

## 2.1 Linguagem e ideologia

Numa abordagem sobre o discurso e linguagem jornalística, seria muito oportuna uma observação sobre a relação entre a linguagem e a ideologia, tendo em vista que o discurso jornalístico é um meio de fazer circular determinadas formações discursivas e o faz com o manejo de inúmeras estratégias que a linguagem (verbal ou não-verbal) possibilita, com a finalidade de persuadir os seus leitores.

Ao longo dos anos, o conceito de linguagem tem variado, conforme os diferentes usos a que se presta. Muitos estudiosos da língua definem-na como um *meio de comunicação*, por influência de avanços no campo das tecnologias da comunicação. Nessa perspectiva, a linguagem é vista como código que deve ser decifrado, como um fim em si. Mas, hoje, para muitos estudiosos, a linguagem já não é vista no sentido que acabamos de ver; a linguagem é concebida como um *meio de interação*. Por meio dela, é possível o estabelecimento de réplicas entre interlocutores, seja em uma conversa do cotidiano, face-a-face, ou por meio de formas impressas, estabelecendo um vínculo entre o produtor e o leitor, por meio de uma relação dialógica. E a interação não se refere apenas ao discurso oral, mas também ao ato da fala impresso, pois neste caso também se estabelece uma relação dialógica, dependendo da esfera de atividade (Bakhtin, 2003).

A linguagem é considerada um instrumento de poder, um meio de veicular a ideologia da classe dominante. A língua nunca é neutra, porque, por trás de sua aparente neutralidade, subjazem marcas ideológicas que funcionam como marco estrutural, através da qual se configura e se legitima a visão de mundo do produtor (Orlandi, 1988). Discurso neutro é um mito, pois o próprio discurso que se pretende neutro é ideológico (Koch, 1984). Onde há manifestação de um signo, encontra-se também o ideológico tudo que é ideológico possui um valor semiótico (Bakhtin, 2003).

Fiorin (1990), em sua abordagem sobre o discurso, procura demonstrar como a linguagem é manipulada para firmar determinadas ideologias que circulam nos meios sociais. E nesse sentido, o autor observa que o discurso é estruturado e, no seu interior, havemos de

reconhecer uma *sintaxe* e uma *semântica*. E fazem parte da *sintaxe discursiva* os processos de estruturação do discurso (o uso da primeira ou terceira pessoa do discurso, discurso direto, indireto ou indireto livre). Já a *semântica discursiva* engloba “os conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos” (p. 18). Em outras palavras, o mecanismo abstrato do discurso direto, em que um narrador delega a palavra ao personagem, é um fenômeno sintático, mas o que é dito pelo personagem pertence ao campo semântico.

Portanto, no discurso, é possível observar o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente, sendo que a *sintaxe discursiva* é o campo da manipulação consciente, pois, aqui, o falante pode utilizar-se de estratégias argumentativas e de outros recursos da *sintaxe discursiva* para criar efeitos de sentido de veracidade no intuito de convencer o seu interlocutor. O falante faz uso de determinada estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do seu interlocutor, a imagem que ele deseja transmitir ao interlocutor, e outras mais. Mesmo considerando a *sintaxe* o campo da manipulação consciente, o hábito de utilizar seus procedimentos pode tornar-se um ato inconsciente.

Num discurso, existem possibilidades de uso da linguagem, ou seja, existem diferentes maneiras de dizer a mesma coisa: modos concretos e abstratos para fazermos isso. Vejamos os exemplos apresentados por Fiorin (1990) para melhor esclarecer esses fatos:

Texto A

Um cavalo, quase morto de fome e de sede, caminhava em busca de água e de comida. De repente, deparou com um campo de feno, ao lado do qual corria um regato de águas cristalinas. O cavalo, não sabendo se primeiro bebia da água ou comia do feno, morreu de fome e de sede.

Texto B

Há pessoas tão indecisas que são incapazes de realizar qualquer escolha e acabam perdendo muitas oportunidades na vida.

Segundo o autor supracitado (1990), observamos que há, no primeiro texto, o uso de elementos do mundo natural, como água, riacho, feno, cavalo, etc., sendo, por isso, um texto mais concreto, enquanto que o segundo texto pode ser considerado mais abstrato, pois apresenta elementos semânticos que se referem a coisas que em si não existem no mundo natural, ou seja, que não têm existência própria: escolha, incapacidade, indecisão. Logo, podemos afirmar que o primeiro texto é figurativo, e o segundo, temático. “Temas e figuras são dois níveis de concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda” (id., p. 24). Para compreendermos um discurso figurativo, é necessário apreendermos o discurso temático subjacente a ele. Não existem textos exclusivamente figurativos ou temáticos; o que pode



ocorrer é a predominância de um ou do outro. Nos textos não-figurativos, a ideologia manifesta-se no nível dos temas, enquanto que, nos textos figurativos, essa manifestação pode ser vista na relação temas-figuras.

Já vimos uma narrativa como esta de uma família pobre, cujo pai de família sai cedo para voltar à noite do trabalho, cuja mãe faz os trabalhos domésticos, passando por privações, mas com sorriso nos lábios. Os temas para isso podem ser resumidos em: dinheiro não traz felicidade, pois esta se encontra no íntimo de cada indivíduo; o espaço da mulher é o lar, enquanto que o do homem, o trabalho fora dele. Nessa relação temas e figuras, podemos observar a manifestação de um universo ideológico que considera a família a célula básica da sociedade, que vê os papéis sociais com naturalidade, que apregoa que cada um deve aceitar a sua situação social, contentando-se com o que possui.

Numa abordagem sobre o *discurso*, é imprescindível um esclarecimento sobre a ideologia, pois, como já observamos, esta é inerente a todos os discursos, e não há também discurso sem sujeito. Em outras palavras, não há discurso sem ideologia, pois aquele é o lugar de manifestação desta.

Em uma formação social, podemos constatar dois níveis de realidade, um de essência e outro de aparência, ou seja, um profundo e outro superficial; um não-visível e outro, fenomênico. Para explicar isso, Fiorin (1990) cita o exemplo de Karl Marx. No nível da aparência, o salário apresenta-se como pagamento da realização de um trabalho, como uma troca entre indivíduos livres e iguais; *livres* porque podem vender o seu trabalho para qualquer pessoa, sem ficarem presos a um sistema escravagista, e *iguais* por serem donos de uma mercadoria da qual podem efetuar uma troca: de venda e de compra. No entanto, ao passar do nível da aparência (circulação de bens) para o da essência (produção), observaremos que não há uma troca igualitária, e o operário não vende apenas o seu trabalho; mas sim a sua força de trabalho, que é algo dispendioso, que exige da sua capacidade de trabalhar, de produzir. Ao trabalhar cem horas e receber apenas vinte como pagamento, ele não vendeu o trabalho e sim a força de trabalho. E, dessa forma, há um tempo de trabalho necessário e o da jornada de trabalho que o operário produz para pagar o seu salário, e um tempo de trabalho excedente não-pago (tempo em que o operário produz um sobrevalor de que o capitalista se apropria). Se o salário não é a retribuição do trabalho, mas sim a da força do trabalho, então ele constitui um mínimo necessário para a reprodução da mão-de-obra, em outras palavras, o mínimo para que possibilite a sobrevivência do trabalhador e a continuidade de produção.

O salário, como pagamento do trabalho e não da força de trabalho, apaga a distinção entre tempo de trabalho necessário e o tempo não-pago, ou seja, no nível aparente, ocorre uma

relação de troca igualitária. Com isso, o sistema capitalista encontra formas de mascarar a essência, pois não haveria capital sem a apropriação do valor gerado pelo trabalho não-pago. Em outras palavras, no nível fenomênico, ocorre uma inversão da realidade; O que, no nível profundo, são relações de exploração, aparece como uma troca; a opressão como igualdade, e a sujeição como liberdade. As aparentes relações entre indivíduos, no nível de superfície, são, na realidade, uma relação entre classes sociais, visto no nível da essência: uma que se apropria do valor produzido pelo trabalho não-pago, e outra que vende a sua força de trabalho e é roubada. “As relações igualitárias de troca existem apenas no nível fenomênico” (1990, p. 27), ou seja, uma troca equivalente, igualitária, mas não no ponto de vista profundo.

Partindo do nível fenomênico da realidade, é possível compreender as várias idéias circulantes numa dada formação social; idéias estas que procuram justificar e explicar a realidade, como sendo verdadeiras. Isso é fato na sociedade capitalista, que, a partir do nível da aparência faz circular certos conceitos, tais como o da individualidade, como se dependesse do indivíduo; da desigualdade natural dos homens (uns mais inteligentes, e outros menos), daí que as desigualdades sociais são naturais; e, ainda, que a riqueza é fruto do trabalho (não explicitando que é o dos outros); justificando a pobreza e a riqueza como fatores naturais, considerando que a primeira é uma bênção, e a última, só traz preocupações. “A esse conjunto de idéias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros [...] se chama ideologia” (Fiorin, 1990, p. 28).

Para completarmos, ainda, sobre como a ideologia pode manifestar-se por meio da linguagem, tentaremos mostrar uma relação entre formações ideológicas e formações discursivas, com base no mesmo autor. “Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (1990, p. 33). Não existindo idéias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento da comunicação (verbal ou não-verbal), essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Portanto “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (Fiorin, 1990, p. 32). Uma formação discursiva é ensinada a cada indivíduo, como membro de uma sociedade, ao longo do processo de aprendizagem lingüística. Assimilada essa formação discursiva, o homem constrói seus discursos, reagindo lingüisticamente aos acontecimentos. Assim sendo, o discurso é mais um lugar de reprodução que o de criação. Se uma formação ideológica impõe o que uma formação discursiva determina o que dizer, numa

formação social, existem tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Mas é importante lembrarmos que “assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante” (id., p. 32).

Voese (2004) procura mostrar que as limitações e controles a que estão submetidos os sujeitos do discurso, conduzindo, assim, ao assujeitamento dos sujeitos do discurso, podem ser modificados, superados e transformados. Nesse sentido, o autor contrapõe a Foucault, cuja teoria se vincula à Análise do Discurso da escola francesa e admite que o indivíduo tem uma rede incontornável e definidora de controles e submetimentos ao produzir um discurso, em que o torna assujeitado. É, mais especificamente, na obra *A ordem do discurso* que Foucault (2001) descreve uma série de procedimentos e rituais institucionalizados que limitam as possibilidades do acontecimento discursivo, controlando: quem pode falar; o que se pode falar; como e quando se pode falar. Foucault denomina isso de *condições de produção do discurso*. E isso pode ser entendido como uma rede de mecanismos institucionais para controlar os discursos, garantindo a reprodução ou a repetição, mas não uma transformação.

Voese, porém, lembra que,

do ponto de vista do gênero humano, não existe um grupo, uma instituição ou uma ideologia que não tenham resultado da atividade humana e que, como objetividades que os indivíduos tornam discurso, podem ser objeto de apropriação. E, se o produto das atividades dos homens se reveste de uma certa imprevisibilidade quanto à sua trajetória ou seus efeitos é porque isso é determinado pela característica da mediação discursiva, o que, por sua vez, implica dizer que o indivíduo e o grupo podem realizar, nas interações transformações dos sentidos genéricos dos controles e cerceamentos pelos quais zelam as instituições, já que, a cada apropriação e a cada objetivação, as singularizações são, de certo modo, incontroláveis (2004, p.99).

Em outras palavras, atuar dentro dos controles e dos rituais é também apropriar-se deles e singularizá-los. A consciência pode ser moldada, orientada pela pressão das determinações sociais, mas ao retornar, pode atuar sobre o que modela. Para o autor, ainda, o controle não é feito pelas instituições, mas nas instituições (espaço), onde os acordos são feitos (ou desfeitos) e vigiados. Mesmo ocorrendo os acordos através da negociação, o indivíduo não se submete totalmente a eles, não é total. Para exemplificar isso, Voese cita o caso da *proibição*, que deve ser considerada um ato de cerceamento, enquanto produto de ações do homem; mas, enquanto produto apropriável por meio da mediação do discurso, também um estímulo e uma motivação à transgressão. Em outras palavras, um tema é proibido porque circula, e pode ser objeto de apropriação da consciência e dar espaço à rebeldia. Portanto, “a proibição não afasta a possibilidade de o sujeito apropriar-se e

alterar o controle” (2004, p.100), ela apenas dificulta o acontecimento. Para o autor, os inúmeros casos da história da humanidade, em que os indivíduos falaram e desafiaram proibições, colocando suas vidas em risco, são exemplos do que acabamos de observar.

Um acontecimento que ocorreu no país serve para ilustrar claramente esse fato. É o caso do irmão do presidente que, rompendo com o instituído social que se refere à ideologia da família (unida, comprometida reciprocamente), veio tornar públicos certos fatos que motivaram a deposição do presidente Fernando Collor. É o caso também de um herói da história: Tiradentes, que foi morto por haver infringido leis de uma determinada época de nossa história.

Segundo Voese (2004), a ruptura com o instituído pode ocorrer de formas distintas, ou seja, um indivíduo pode até não tomar conhecimento da determinação ideológica e dos efeitos que ela produz como hierarquização social coercitiva; pode nem ter consciência dos efeitos advindos da ruptura com o instituído. Por outro lado, pode fazer a escolha pelo rompimento com determinada ideologia por questões sentimentais, numa determinada situação, em face de um problema concreto.

Ao contrário, quando um enunciador reproduz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, ele contribui de alguma forma para reforçar as estruturas de dominação, mas se se vale de outras formações discursivas, estará colocando em xeque as estruturas sociais. Pode estar em oposição às estruturas econômico-sociais de forma reacionária, com o desejo de fazer retornar ao mundo que não mais existe ou, com ambições progressistas, desejar criar um mundo diferente. E, nesse sentido, a linguagem constitui um instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou conservação (Forin, 1990).

Como acabamos de ver, a ideologia e a linguagem estão intimamente ligadas. Pelo fato de as ações ideológicas necessitarem da linguagem, o discurso assume, no confronto ideológico, contornos peculiares de instrumento de (dis)simulação devido aos recursos que disponibiliza – mistificação, argumentação, sedução, persuasão, generalização falsa, impessoalização, mitificação, etc.- , como um poderoso instrumento de intervenção no conflito.

Numa abordagem sobre a relação entre linguagem e ideologia, seria imprescindível, ainda, uma consideração sobre o “sujeito do discurso” e sua relação com a linguagem e a ideologia.

Bakhtin (2003) critica o subjetivismo idealista que vê o ato da fala de criação individual. Para ele, o centro organizador de toda enunciação não é interior, mas está situado no meio social que envolve o indivíduo. Dito de outra forma, ele rejeita a concepção de linguagem que vê o homem como sujeito falante, como autor, como produtor.

A linguagem está intimamente vinculada à sociedade, às representações sociais aos esquemas ideológicos de cada sociedade. Nesse sentido, o sujeito é produto do meio social em que está inserido; é responsável pela linguagem, através da qual desenvolve suas práticas sociais e ideológicas, sendo, portanto, responsável pelo que diz e como o faz.

## 2.2 Mídia e poder

A imprensa exerce um grande poder na sociedade. Isso nos faz pensar nas conseqüências do controle de informações, pois uma notícia circulada na imprensa adquire maior credibilidade do que em fatos comentados que circulam fora dela, em forma de boato. Até porque um jornal tem responsabilidades pelo que ele veicula, podendo o autor ser processado em caso de emissão de inverdades.

Certamente, os meios de comunicação, em geral, decidem o que o público deve saber sobre os acontecimentos do mundo. Esse controle é exercido pelos diretores das empresas de comunicação, autoridades políticas e pessoas de grandes influências na sociedade. Pois sabemos que não é incomum os políticos possuírem emissoras de rádios ou serem donos de jornais e emissoras de televisão, para poder também controlar os discursos, manipulando-os sempre de acordo com os seus interesses.

Prova de que o controle da imprensa existe há muito é o fato de que a imprensa no Brasil só surgiu a partir de 1808, porque, desde o colonialismo, Portugal proibira a criação da imprensa com receio de correr o risco de uma ameaça ao seu poder sobre o Brasil (Barbosa, 2001). Outro momento muito marcante, ainda, foi a censura dos meios de comunicação pelo governo, após a revolução de 31 de março. O decreto AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), de dezembro de 1968, limitava a liberdade de imprensa, instituindo censores na imprensa em geral. Desde então, era determinado o que poderia ou não ser publicado, fato esse que levou a

muitas desavenças e atos de revolta. E, só em 1979, a extinção da censura na imprensa veio a ocorrer. Tudo isso é prova de que existe uma rede de relações e um complicado jogo de interesses por trás da imprensa.

Mas, não apenas o governo age como sensor da imprensa. Aqui, incluem-se também os proprietários dos jornais e emissoras de rádio e TV, pois sabemos que uma matéria escrita por um jornalista repórter, que foi à busca de informações, nem sempre foi uma escolha sua. Na maioria das vezes, ele segue uma pauta determinada pelas chefias dos jornais, definindo os assuntos a serem noticiados. O repórter produz o texto notícia que passa pela vistoria dos editores que são chefes de seções ou cadernos. Os editores exercem também um papel de sensores, cuja atividade é definir o que vai ser editado e o que deve ser cortado, adequar o título, dar o enfoque. E, finalmente, a notícia passa pelo editor-chefe, quem deverá aprovar ou reprovar a matéria. Dessa forma, todos os setores seguem uma linha de pensamento do jornal.

Certamente, sendo o jornalista um indivíduo que sofre as influências do meio social, detentor de idéias e crenças, ele também pode ser a causa da informação tendenciosa, deixando entrever a sua visão de mundo.

O exemplo de Van Dijk (2000) é oportuno; o autor faz um comentário sobre a suposição de “imparcialidade” das representações da notícia (de companhias radioemissoras públicas como a BBC) que é posta em questão pela descrição tendenciosa das greves, favorecendo àqueles que estão no poder, por meio de viés, detectáveis em pequenos e sutis detalhes do relato noticioso (estilo, turnos em entrevistas, tomadas de câmeras, etc.).

Dessa forma, apesar da aparente neutralidade, então, o jornalismo apresenta a forma tendenciosa de apresentar suas notícias, omitindo determinadas informações, o que vai contra a ética do jornalismo. Isso, principalmente quando ocorre intencionalmente. Mas a urgência em lançar uma notícia poderia também conduzir a uma falha na investigação ou à omissão de dados. Isso sem contar a utilização da linguagem para impedir a comunicação de informações. Nesse sentido, Gnerre (1991) afirma que a linguagem é utilizada de forma que grandes setores da população não tenham acesso a ela. As notícias políticas de um Jornal Nacional, por exemplo, são pouco entendidas pelas camadas de baixa escolaridade. A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícitos servem de filtro das comunicações de informações; certamente, só a classe que já tem contato com a linguagem padrão e conteúdos a ela associados pode, por assim dizer, compreender melhor as informações circuladas pela mídia.

Tudo isso que acabamos de constatar, levam a crer que não existe uma total neutralidade, a imparcialidade, defendida no meio das informações. Aliás, a própria neutralidade já é considerada uma opção, uma escolha, portanto, ideológica.

Exemplo de não-neutralidade do jornalismo são as pesquisas de Ibope a respeito dos candidatos ao governo municipal, estadual ou federal em épocas de eleição. Pela maneira de divulgar os resultados, de manejar a linguagem, observamos a forma tendenciosa, manipuladora que existe nos meios de comunicação. Para ilustrar isso, tomemos o exemplo citado por Clóvis Rossi apud Barbosa (id. *ibid*), em *O que é o jornalismo*, sobre o resultado apurado pela pesquisa de Ibope quanto à avaliação da atuação de Collor como Presidente da República.

8% achavam o governo ótimo

27% achavam o governo bom

44% achavam o governo regular

8% achavam o governo ruim

11% achavam o governo péssimo

2% não responderam.

A Rede Globo somou os conceitos ótimo, bom e regular e informou que 79% da população aprovavam o governo Collor, 19% não aprovavam e 2% não respondiam. Como comenta o autor, o conceito *regular* não é indicação de aprovação ou desaprovação.

Desse modo, o discurso apresentado por diferentes jornais produz diferentes efeitos, intencionalmente, através da manipulação da linguagem.

É preciso, pois, que busquemos o relato de um fato em diferentes jornais, revistas e meios de comunicação, através de uma leitura crítica, para que possamos nos aproximar mais da veracidade dos acontecimentos.

Embora a neutralidade apregoada nos meios jornalísticos não exista na realidade, alguns jornais buscam a imparcialidade em maior ou menor grau.

Para Mosca (2002), também, ao referir-se a essa questão, a realidade é que os profissionais se vêm cada vez mais pressionados pelas coerções econômicas ligadas à concorrência e à necessidade de atingir recorde de audiência. Condicionados pela rapidez das transmissões via satélite e pela preocupação com o noticiário instantâneo, resta-lhes pouco tempo para analisar a abundância de informações e verificar as fontes. Havendo de incluir aí, ainda, as pressões do poder e dos partidos políticos. Além disso, a convivência de muitos organismos da imprensa com os partidos políticos supre-lhes o direito de exercer a legítima função que lhes cabe: a resistência.

Ainda, para a autora, a questão da neutralidade cede espaço à pluralidade de opiniões, a não ser em se tratando de “grandes temas”, que têm um auditório universal, campo das idéias largamente aceitas, não sendo passíveis de desacordo ou toquem os interesses da maioria envolvida.

Pelo fato de transmitir informações ser uma das funções da linguagem, isso não torna a mídia um veículo dessa função; aliás, para que isso se dê, ocorre uma elaboração conjunta dos participantes do ato de comunicação.”Há, pois, que contar com um jogo de subjetividade cujo produto final não se assenta especificamente em uma das partes consideradas” (Mosca, 2002, p. 14). “O enunciador-jornalista não é um simples mediador em relação ao leitor, aquele que ausculta a voz da coletividade para interceder por ela, para representar o seu universo. A *opinião pública* torna-se, hoje, tão forte...” (Id. p. 14), que ao leitor cabe o controle da situação na maior parte.

Segundo Faria (1994, p. 48), o jornal que conhecemos hoje originou-se na França no século XV (Gazette de France), quando, pela primeira vez, falou-se da neutralidade e da objetividade da informação jornalística. O Jornalista Théophraste Renaudot pretendia, segundo a autora, fornecer informações de fatos despojados de conotações afetivas, através de uma “exposição seca”, o que nem sempre foi de agrado dos leitores. E, apenas no século XIX, com a emancipação da comunicação jornalística, com as grandes agências internacionais de notícias, nasceu definitivamente a informação com pretensões de neutralidade, factual, desprovida de condições ideológicas ou partidárias (Paillet apud Faria, 1994). Essa impessoalidade e objetividade, porém, são desmentidas pelo fato de essas agências internacionais pertencerem a grandes grupos econômicos, como as de países capitalistas ou de governos socialistas, que filtram as notícias que lhes interessam e utilizam tipos de discurso que servem aos seus propósitos ideológicos e políticos (id.ibid.). Para Paillet, há duas linguagens nos jornais: a da notícia e a jornalística; naquela, o discurso referencial é utilizado para informar os dados essenciais dos fatos; nesta, a linguagem é crítica, ideológica, adotada pelo jornal ou pelo redator do texto. É preciso, então, segundo ele, advertir sobre essas duas linguagens para que o leitor não caia nas armadilhas do texto ideológico (não necessariamente de assunto político).

Existem diferentes jornais em circulação, desde aqueles que procuram maior sensacionalismo (uso de escândalos, atitudes de chocar) até aqueles mais sérios, destinados a diferentes públicos e de diversas camadas sócio-econômicas e culturais.

Véron (1980, p.226), quanto a isso, fala sobre dois tipos de semanários da França: o popular, que privilegia acontecimentos que alguns chamam de *faits divers* (crônicas de



acontecimentos); e o semanário burguês, que “não apresenta, habitualmente, *acontecimentos singulares identificados* no seu enquadramento, mas expressões que não informam acerca de acontecimentos singulares”. Para o autor, há uma grande disparidade entre esses dois jornais, desde o conteúdo, entre os acontecimentos evocados num e nos outros e mesmo quanto ao campo semântico.

Há diferentes jornais, nos quais neles se entrevêem diferentes linguagens e funções diversificadas, conforme o público a quem se destina e aos objetivos pretendidos. É procurando sensibilizar ou causando emoções que jornais sensacionalistas procuram envolver seus leitores. Geralmente esse tipo de jornal atinge a classe menos prestigiada e menos letrada que os jornais mais conservadores e austeros, que têm como leitores a elite cultural e a classe média e alta da sociedade. Um exemplo a citar é o Grupo Folha, cujos diretores controlavam três jornais, conhecidos pelo país todo: Folha de São Paulo (FSP), Notícias Populares (NP) e Folha da Tarde (FT). Atualmente, há apenas A Folha de São Paulo e Agora São Paulo (substituindo em alguns aspectos a Notícias Populares). A FSP, por exemplo, se enquadraria no dominante referencial e é destinado a leitores de classe mais escolarizada ou especializada em diferentes áreas de conhecimento (economia, política, cultura, etc.); já as NP são direcionadas a um público mais popular, enquanto que a FT dirigida à classe média sem grandes pretensões intelectuais, mas interessada em se informar sobre as principais notícias, apresenta a função referencial e/ou expressiva.

Esses diferentes jornais têm como objetivo principal atender a diferentes tipos de leitor, cada qual com um estilo diferente, atendendo a leitores de diferentes perfis, para aumentar conseqüentemente o potencial de vendas.

### 2.3 Mídia na formação da opinião pública

Dentre todos os meios de comunicação social que vão surgindo ao longo dos anos, a imprensa continua a desfrutar largo prestígio em todo o mundo. Em sentido amplo, quando

falamos de imprensa estamos tratando de jornais, revistas, rádio, livros, principalmente dos dois primeiros.

A influência sobre a massa é exercida por meio de publicação de notícias, comentários, fotografias, charges, propagandas dentre outros. A imprensa consegue, por exemplo, fazer e destruir ídolos, muito embora seu poder de influenciar já não seja como no passado, quando não se conhecia o funcionamento nem os objetivos, e quando o analfabetismo era dominante entre a maior parte da população. Como já dissemos, a imprensa faz ídolos e costuma usá-los em seu próprio benefício, aproveitando-os sistematicamente e abandonando-os, se já não servem aos seus desígnios, ou mesmo quando ocorre a perda de interesse por parte do público. É o que se observa com muitos jogadores de futebol, artistas, cantores populares e determinadas socialites. Além de criar ídolos, a imprensa cria também idéias e associações de idéias que dificilmente o homem comum consegue evitar: a vocação do paulista pelo trabalho, a beleza e o feitiço da Bahia, o pão-durismo dos mineiros, as grandezas dos gaúchos, etc. (Amaral, 1978).

É verdade também que muitas pessoas, principalmente de classe mais escolarizada, não se deixam manipular facilmente pelas matérias que se veiculam na imprensa. São pessoas geralmente mais críticas, mais questionadoras, que se manifestam contra os jornais quando se sentem enganadas. Mas a maioria confia cegamente no que é publicado e não admite contestação em torno da credibilidade da imprensa. É por tal motivo que podemos constatar, muitas vezes, uma afirmação como: “mas saiu no jornal, eu li”.

Tão grande é o poder da mídia sobre a mente da coletividade que a censura está presente em todo o mundo, em maior ou menor grau, conforme as circunstâncias. Mas, se há censura, é porque há temor quanto ao resultado de divulgação de uma informação ou de um comentário. E esse controle existe tanto nos países socialistas como em sociedades capitalistas, dependendo, também, das condições político-sociais em vigência.

Quanto ao poder da imprensa sobre as massas populares, podemos observar no comentário feito por Nicolai Palgunov, apud Amaral (1978 p.24): “a imprensa é um poderoso meio de influência das classes dominantes sobre as massas populares, um instrumento importantíssimo de propagação de conhecimentos políticos e científicos, um poderoso na luta política”. É bem verdade que a imprensa é formadora de opinião pública, ou melhor, de conjunto de opiniões, juízos e conceitos, apreciações, pontos de vista, que a respeito de diferentes aspectos da vida e do Estado imperam nas diferentes classes sociais. E por constituir-se a formadora de opinião pública é que se torna objeto de disputa por parte de governantes, que pretendem aproveitá-la em benefícios de suas preferências políticas, para

impor suas ideologias; e, também, por grupos econômicos com interesse de tê-la como aliada na luta por interesses mercantilistas.

O editorial, por exemplo, constitui uma das vias pelas quais se dá a formação da opinião pública e a organização dos consensos de poder postos em circulação pela mídia. No procedimento editorial, há ocorrência de jogo entre signo e ideologia, palavra e valor, linguagem e conceitos de representação; na seleção, formatação e distribuição dos noticiários e demais seções são formuladas as visões de mundo, matizados os (pré)conceitos) que irão circular socialmente, fortalecendo a ideologia que se deseja impor (Citelli, 2001).

Os meios de comunicação, então, são na atualidade um dos maiores veículos de transmissão e imposição da ideologia dominante : em cores, ao vivo e ao som.

Segundo Souza (1989), várias são as formas utilizadas pelos meios de comunicação para impor a ideologia dominante. Vejamos alguns exemplos:

**a)** A ideologia do consumismo - O poder capitalista transforma tudo em mercadoria: o dia das mães, dos pais, dos namorados, das crianças, etc., são festas que trazem lucro para os capitalistas, que procuram de toda forma persuadir a maioria das pessoas a gastar, tornando-os cada vez mais dependentes e consumistas. O amor e a amizade são traduzidos pelo ter, pelo possuir, pelo presentear, esquecendo o verdadeiro significado do amor e da amizade. A ideologia do consumismo mostra como deve ser “o homem moderno”, “o jovem pra frente”, um sujeito com “status”. Muitas pessoas compram porque foram induzidas a comprar, forçadas pela propaganda, até mesmo coisas das quais não farão uso, amortecendo a capacidade crítica do indivíduo, transformando as pessoas em robôs consumistas.

**b)** A ideologia imperialista – é a ideologia das multinacionais e das superpotências manifesta e expressa nos “enlatados” (filmes) e “shows fantásticos” que mostram o modo de vida das nações ditas desenvolvidas. É comum a apregoação de discursos, como: isso é moderno, esse é um padrão de um povo desenvolvido, precisamos chegar lá, e outros mais, na tentativa de levar ao consumismo, para sairmos da condição de inferioridade.

**c)** A ideologia da segregação – que se manifesta no racismo, na condição de inferioridade da mulher, do pobre, exaltando a riqueza, a força do homem, o elogio ao esperto, a superioridade do homem mais escolarizado, etc. Temos, como exemplo, as novelas que são apresentadas em condição de vida de alto padrão, com belos apartamentos, belos carros.

Por meio de diferentes práticas, então, a sociedade capitalista procura induzir o povo a consumir mais e mais, dando a ilusão de que a posse de bens materiais vai conduzir a um

status social mais elevado, ao conforto e à felicidade, enfim, a um padrão de vida igual ao das sociedades ditas civilizadas, emancipadas.

## 2.4 O jornalismo científico

Pelo fato de havermos escolhido como *corpus* uma revista cujo conteúdo, na maioria das vezes, é relacionado a assuntos de caráter científico, propomo-nos a fazer uma breve explanação sobre a forma como a mídia trabalha com esse tipo de abordagem: jornalismo científico.

Nessa perspectiva, algumas instituições que trabalham com a mídia, tais como a American Institute of Physics, tendo como objetivo levar o homem comum, no cotidiano, a compreender suas descobertas, promove anualmente uma série de eventos: informa a imprensa sobre os fatos importantes que ocorrem em seu setor, promove seminários para jornalistas e mantém um grupo especializando em transformar em linguagem popular aquilo que está em linguagem técnica. Em outras palavras, é necessário interpretar os fatos científicos para os leigos por uma série de razões (Amaral, 1978, p.106):

1. importância cultural - levar o conhecimento científico à população é tão importante quanto os conhecimentos artístico, literário, esportivo, econômico e outros;
2. importância política – levantamento de crescentes fundos para pesquisas nacionais, estaduais e municipais obriga os votantes a tomar conhecimento do que está para ser feito e por quem;
3. importância financeira – a ajuda financeira provém dos impostos pagos pelo povo;
4. importância moral – a responsabilidade da ciência é mostrar o que se está fazendo direta ou indiretamente em favor (ou não) da comunidade;
5. importância intelectual – os objetivos dos cientistas e jornalistas devem ser compatíveis com o sentido de idoneidade, e esta não pode ser sacrificada por interesses particulares;
6. importância social – os cientistas devem conduzir a ciência no sentido de estabelecer contato entre as artes e as ciências de todo o mundo.

A ciência hoje é do domínio público; ela deixou de interessar a pequeno grupo de iniciados para pertencer a toda comunidade. As doações para a pesquisa, o intercâmbio patrocinado por entidades governamentais, as bolsas concedidas por órgãos internacionais, envolvendo grupos cada vez maior de pesquisadores, professores, de técnicos, tornaram a ciência objeto do interesse das massas, sem contar que o avanço das tecnologias de comunicação propiciou ao homem comum o acesso fácil a assuntos científicos.

O que seria o jornalismo científico? Para responder a essa pergunta, apelamos à opinião de David Warren Burkett – autor de *Como escrever ciência para o público* – citado por Amaral (1978), para quem a prática do jornalismo científico envolve duas definições. A primeira designa-o como a divulgação de uma série de eventos científicos feitos por cientistas, que agem a portas fechadas. A segunda define-o como um meio de divulgação através do qual a ciência e a medicina tentam abrir novos horizontes em seus campos, mas com as portas abertas.

O problema, porém, é saber se o conceito de notícia é o conceito empregado pelo jornalista diário. Notícia é, pois, aquilo que acontece num certo dia. Este conceito justifica-se jornalisticamente, mas, no jornalismo científico, o problema é outro, pois o progresso científico não é “ração diária”, no dizer do autor citado. A descoberta científica não pode ser confundida com o conceito de notícia-fato. Desta forma, o jornalista científico só pode trabalhar com temas gerais, mesmo que ele tenha que segmentar em várias partes.

Considerando que a ciência está fora da experiência do leitor, na maioria dos casos, os relatos científicos devem ser necessariamente interpretativos. Há problemas quando se editorializa demais em detrimento do fato científico em si. Por outro lado, as descobertas tecnológicas devem ser divulgadas gradativamente, como se elas fizessem parte de uma série iniciada e que tende a continuar indefinidamente. Isso pode ser divulgado em poucas linhas, sem grande aprofundamento.

O jornalismo científico, ainda, é trabalhado em dois níveis: em revistas científicas pertencentes a associações médicas, laboratórios, instituições dedicadas às pesquisas, cuja atenção estará voltada a pessoas iniciadas na ciência, e para os quais os termos técnicos não constituem novidade; e em revistas e jornais populares para uma massa de leitores leigos, para quem os termos técnicos constituiriam segredo. Neste caso, há o espaço reservado para que os chamados “especialistas” possam expor uma matéria.

Fausto Neto (1999), ao comentar sobre o espaço reservado para que pessoas especialistas em determinadas áreas científicas possam escrever regularmente – o opinativo -, refere-se às mídias como mediadoras “entre o mundo dos acontecimentos e os pontos de vista

da sociedade acerca deles”. Para ele, as mídias não são simplesmente mediadoras, no sentido estrito, mas instituem espaço e regras através das quais uma modalidade de discurso social se anuncia, devendo estar conformada a certas regras de construção do discurso jornalístico. É dizer, então, nas palavras do autor que “o acesso da esfera pública ao campo midiático se dá através de determinadas condições de negociações, coações e modelizações, cujos parâmetros são, em última análise, as regras de produção do discurso midiático” (p.94).

Tanto o jornalismo científico, voltado para as revistas científicas especializadas como para as revistas e jornais populares, o redator necessita estar ancorado em uma base científica, ou seja, ter uma noção exata dos princípios gerais que regem os fenômenos científicos, estar bem informado a respeito de tudo o que acontece no campo científico e tecnológico e submeter seu próprio discurso às regras da construção do discurso jornalístico.

Bakhtin (2003), ao discutir o gênero científico e artístico, explica que, assim como o diálogo real – forma mais simples e clássica de comunicação discursiva -, em que os sujeitos se alternam, determinando os limites dos enunciados, a natureza dos limites do enunciado é a mesma. Com uma organização mais complexa, as obras especializadas dos diferentes gêneros científicos constituem, pela sua natureza, unidades da comunicação discursiva; estão, da mesma forma que as réplicas do diálogo, delimitadas pela alternância dos sujeitos do discurso. O autor de uma obra revela a sua individualidade com um estilo próprio, com sua visão de mundo, como sujeito do discurso. Essa marca de individualidade inerente à obra cria princípios interiores específicos, separando-a das outras obras a ela vinculada, seja as de predecessores nas quais o autor tem por base, de outras da mesma corrente ou de correntes que não se coadunam com a idéia do autor.

A obra científica, como a réplica do diálogo, é passível de respostas do outro(s), para a ativa compreensão responsiva. “*A obra é elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras - enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhes respondem*” (Bakhtin, 2003, p. 279). E, ainda, como a réplica do diálogo, está separada de outras obras pelos limites absolutos da alternância de sujeitos do discurso. Toda obra é uma resposta aos enunciados que o antecederam. A relação dialógica está presente em todas as obras, pois a idéia, sejam elas filosófica, científica, artística, nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros. Não importa qual seja o objeto do discurso, não aparece pela primeira vez em determinado discurso, e um falante sequer é o primeiro a abordar sobre ele. “*O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e a validade de diferentes modos; nele se cruzam,*

*convergem, divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes”* (Bakhtin, 2003, p. 298).

Na construção de um enunciado por um falante, é levada em conta a atitude responsiva, e o papel dos outros para quem se constrói o enunciado é muito importante. Esses outros não são agentes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva, de quem o falante aguarda resposta, esperando uma compreensão responsiva.

### SEÇÃO III - CARTAS DE LEITORES: um gênero jornalístico

Bakhtin (2003) ao explicar acerca do enunciado, afirma que todo enunciado tem autor e destinatário. E o destinatário pode ser um participante interlocutor direto do diálogo cotidiano, uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial de comunicação cultural, um público, adversários, chefe, subordinados e outros. Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a qual tal enunciado se refere. Para ele, cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero. E, ainda, o destinatário do enunciado pode coincidir com aquele a quem responde o enunciado. No diálogo cotidiano ou na correspondência, essa coincidência pessoal é comum; aquele a quem é direcionada a resposta pode ser o destinatário de quem se aguarda resposta.

Segundo o autor, ainda, ao falar, levamos em conta o fundo aperceptível da percepção do nosso discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural, levo em conta suas concepções e suas convicções, seus preconceitos – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do nosso enunciado por ele. Essa consideração irá determinar também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios lingüísticos, isto é, o estilo do enunciado.

Em outras palavras, *“todo enunciado tem sempre um destinatário (de índole variada, graus variados de proximidade, de concretude, de compreensibilidade, etc.), cuja compreensão responsiva o autor da obra de discurso procura e antecipar”* (Bakhtin, 2003, p. 333).

Ainda segundo o autor, a posição social, o título e o peso do destinatário, refletidos nos enunciados dos campos cotidianos e oficiais, são de índole especial. Referindo-se particularmente a cartas, observamos uma excepcional diferenciação dos gêneros do discurso e dos respectivos estilos em função do título, da categoria, da patente, do peso da fortuna e do peso social, da idade do destinatário e da respectiva posição do próprio falante. Apesar da riqueza da diferenciação tanto das formas quanto das nuances, esses fenômenos são de índole padronizada e externa.

Levando em consideração tais aspectos, é importante observarmos algumas características das chamadas *cartas de leitor*, que constituem o objeto de nosso estudo: um gênero midiático impresso, que são publicados em espaços destinados em revistas e jornais, para que os leitores possam expressar seus pareceres pessoais sobre matérias veiculadas. Essas cartas são endereçadas aos editores, por via postal ou eletrônica, e passam por uma seleção antes de serem publicadas, conforme o critério da cada instituição jornalística.

No dias atuais, as cartas têm constituído um meio de interação mais fácil, embora dirigidas a instituições abstratas e distantes do cotidiano dos leitores. E o público jovem, principalmente, sente-se mais interessado em estabelecer relações com a revista que com parentes, amigos ou profissionais especializados, pois, além de ser uma forma de se integrarem no mundo dos adultos, ao escreverem para estranhos, não incorrem no risco de serem julgados por pessoas próximas (Fontanini, 2002).

Ao analisar cartas em geral, Silva (1997) reconhece diferentes tipos de comunicação (pedido, agradecimento, informações, cobranças, intimação, notícias familiares, críticas, etc.),



circulando em diferentes campos de atividade, com funções comunicativas variadas, ou seja, nos negócios, nas relações pessoais, no trabalho. Dessa forma, todos esses tipos de carta podem ser considerados como parte de subgêneros de gênero maior – carta -, pois todos têm algo em comum - sua estrutura básica: a seção de contato, o núcleo da carta e a seção de despedida, mas são distintos em suas formas de realização e em suas intenções. Assim temos: carta pedido, carta pessoal, carta circular, carta resposta, carta do leitor e uma diversidade de cartas.

Atendo-nos, mais especificamente, à carta de leitor, por constituir-se alvo de nossa pesquisa, esta é conhecida com as mais diversas denominações, tais como: carta ao editor, super leitor (assim chamada na Revista Superinteressante), carta à redação, painel do leitor, etc., para falar de um gênero textual ou um gênero da mídia impressa, cujos espaços são destinados, em seção fixa de revistas ou jornais, para que os leitores possam expressar pareceres pessoais, favoráveis ou não, sobre as matérias publicadas. Em outras palavras, é um texto utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário que não se conhecem (o leitor e a equipe do jornal), com propósitos comunicativos diferentes: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando ao público a sua leitura (Bezerra, 2003 b).

E as cartas são endereçadas aos editores, mas elas passam por uma seleção prévia, sob critérios específicos de cada empresa jornalística, como já observamos, até a sua publicação. E nem toda carta é publicada. De acordo com Melo (1999), é feita sempre uma triagem e entre aquelas que foram selecionadas para publicação pode haver uma edição. Por razões de espaço físico da seção ou por direcionamento argumentativo (em prol da revista ou jornal), podem ser resumidas, parafraçadas ou ter informações eliminadas, configurando, assim, como uma carta escrita com co-autoria. Mesmo passando por um processo de “limpeza” editorial, para assim evitar a difamação ou ofensa, as cartas de leitor podem nos trazer insights sobre dimensões sócio-culturais de uma comunidade, conforme enunciadas pelos leitores/ escritores.

Para Fausto Neto (1999), segundo a lógica de suas políticas editoriais, o jornal e a revista, colocando à disposição seus espaços para a sociedade, procuram se instituir como mediadores em processos de interação que permitem estabelecer vínculos entre o público e as instituições que prestam serviços por meio de políticas as mais diversas. Nessa perspectiva, o papel das mídias é se tornarem dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público. Em outras palavras, podemos afirmar que a carta de leitor é

uma instância ofertada pelo jornal ou revista, para que a sociedade possa ter um espaço de fala, pronunciando sobre diferentes temas, cujo acesso é delimitado pela política editorial, em termos de discurso; além de regular o acesso do leitor às suas páginas, o discurso do leitor sofre as interferências dos processos editoriais e discursivos que norteiam um jornal. Em outras palavras, o discurso passa por uma checagem com fins de selecionar o que do texto do leitor deve ser ou não publicado. Dessa operação, resulta um pensamento idealizado sobre o leitor, Ainda que as políticas editoriais procurem estabelecer uma intervenção no discurso do leitor, o jornal ou a revista não elimina de todo os vestígios que o leitor deixa aí no espaço a que tem acesso.

Quanto aos assuntos das cartas de leitor, diferem conforme o veículo de comunicação escrito, assim como as faixas etárias, sexo, profissão, nível de escolaridade, preferência e outros, que se conformam às características do jornal ou revista. Dessa forma, podemos observar que as cartas de leitor dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo deixam entrever marcas discursivas bem distintas das da revista Cláudia e Caras, por exemplo. Sabemos, pois, que os dois primeiros, que são jornais bem aceitos no país, têm, como adeptos, leitores pertencentes a uma camada social e cultural, de ambos os sexos, distinta que a das duas últimas, cujos assuntos veiculados relacionam-se a fatos e fenômenos de maior interesse ao sexo feminino, como a moda, beleza, receitas culinárias, vida de artistas e outros.

E quanto às cartas de leitores(as) das revistas Isto É, Época e Veja, que abordam, geralmente, temas de interesse geral, comentam textos de articulistas da revista, ou fazem críticas a algum fato divulgado, enquanto que a Superinteressante, em se tratando, mais especificamente, de uma revista de divulgação científica, publica cartas relativas a comentários ou críticas sobre resultados de pesquisas científicas em geral. Cada uma dessas revistas atende a determinados tipos de leitores com preferências, idade, sexo, escolaridade, distintos.

Segundo Pereira e Almeida (2002), o público adolescente transformou-se em um dos grandes alvos da mídia impressa e televisiva, tendo sido visto como consumidor em potencial não apenas de produtos, mas também de idéias. E, principalmente as revistas femininas para adolescentes constituem, hoje, mais que uma fonte de entretenimento, cumprindo funções informativas, educativas e até de conselheiras. Nesse caso, é mais fácil para o adolescente buscar respostas para suas dúvidas através de instituições abstratas que obter informações de especialistas ou pessoas mais próximas. Isso, talvez, porque o adolescente se sente mais à vontade pelo fato de estar escrevendo a um desconhecido e não estar sujeito a receber críticas.

Podemos completar, ainda, que a revista mantém com o adolescente uma relação de cumplicidade, atuando como amiga.

E em relação à estrutura composicional da carta de leitor, ela caracteriza-se pela ausência de saudação, introdução, despedida, comuns a qualquer outra variedade de carta; a identificação do autor se faz apenas pelo nome, cidade e estado de onde originam as correspondências. Mas quando se trata de pessoas conhecidas do grande público brasileiro ou especialistas num assunto, é possível observar, além do nome do autor da carta, o cargo ocupado por ele. Essas cartas são caracterizadas como “curtas”, por se constituírem de poucas linhas, o que, normalmente, justificam o espaço físico ao quais lhes são destinados e, normalmente, trazem um título acima; são enviadas por via eletrônico ou postal.

Dentre as diferentes cartas que consultamos, podemos observar que este meio de interação entre os interlocutores, - autor da carta, os responsáveis pela seção de cartas e os leitores -, fornece-nos algumas pistas para uma leitura da concepção dos indivíduos acerca do mundo, a cultura a que pertencem, suas ansiedades, seus preconceitos, suas visões de mundo, enfim, características reveladas através das marcas lingüísticas e dos contextos sócio-históricos de produção.

### 3.1 Identificação ou empatia

Empatia é considerada tendência para sentir o que se sentiria caso se estivesse na situação e circunstâncias experimentadas por outra pessoa (Ferreira, 1989).

Lage (1997, p. 48-49), ao tratar sobre a retórica do jornalismo, afirma que a taxa de informação é um fator importante, mas que não é o único, pois *a identificação ou empatia* também contam. E nela se apóiam:

a) notícias sobre pessoas notáveis, os chamados novos olímpianos, pessoas famosas, autoridades respeitadas, como seria o caso do Pelé o do Papa, e podem ocorrer com olímpianos universais, nacionais, como regionais.

b) notícias sobre personagens que correspondem a estereótipos sociais como o malandro, o vingador, o homem que se fez por si mesmo, o herói, o romântico.

c) notícias que buscam vencer a barreira social através de relações existenciais. Podemos supor que todos os pais se identificam com o pai de uma criança seqüestrada e que as mulheres que se sentem desprezadas provavelmente se identificam com o drama exemplar de uma delas, independentemente da classe social a que pertencem.

d) notícias que se articulam em torno de personagens que correspondem a aspirações coletivas, ou seja, àquilo que as pessoas desejariam ser: mais alegres, mais saudáveis, mais ricas, envolvendo outras características, como o aspecto físico ou a faixa de idade.

Na discussão da empatia, cabe, aqui, falarmos a respeito da *simpatia*. A palavra vem do grego - *sympátheia* – ou conformidade de gênios; do latim – *sympathia* -, tendência ou inclinação que reúne duas ou mais pessoas ( Ferreira, 1986).

Em oposição à *simpatia*, vale, aqui, registrar também sentimento de *antipatia*, palavra do grego *antipátheai*, que significa aversão espontânea e instintiva, ou repugnância (id.; ibid.).

Algumas características acima observadas podem ser encontradas também em cartas de leitores, como veremos mais adiante, no capítulo IV em que trataremos da análise do corpus.

### 3.2 Afloração de sentimentos

Segundo Lonardoní (2004, p. 167), “neste tipo de identificação, os leitores-autores expressam seu contentamento, sua alegria pelo conteúdo lido, e por este ter sido útil, valioso em sua vida”.

As cartas trazem, em sua abertura, algumas construções marcantes, tais como: *amei*, *adorei*, juntamente com adjetivos para enaltecer, valorizar o veículo ou a editora da revista.

Tais expressões utilizadas pelos (as) leitores (as) são formas de manifestação do sentimento, principalmente no caso das mulheres, cuja linguagem é carregada de subjetividade e de emoção.

A linguagem usada pela mulher, conforme Westheimer (1989) apud Lonardoni (2004), é uma linguagem emocional e de avaliação, ou seja, o uso de expressões, como : gostei, amei adorei, não gostei, além de explicitar a sua emotividade, serve para emitir uma avaliação daquilo que leu. E também a escrita da mulher serve para retratar a sua experiência de vida, sua experiência de ser mulher (Schwantes, 2003; apud Lonardoni, 2004).

Esse tipo de escolha de repertório vocabular demonstra o posicionamento do indivíduo, preferências ou não.

Ainda, afirma Lonardoni (2004) que, se por um lado, a escritura epistolar é carregada de subjetivação por ser tecida na primeira pessoa do singular (eu), por outro lado, quando dirigida a um público privado, ancora-se na linguagem coloquial, com presença de marcas da oralidade, típicas de linguagem feminina, mas presentes também na linguagem masculina.

### 3.3 Tom confessional

As cartas de leitor, num tom confessional, encaixam-se com o que Bakhtin (2003) denominaria de gêneros e estilos íntimos, que se baseiam na máxima proximidade interior de falante (autor da carta) com o destinatário do discurso (editor da revista), cujo discurso é “impregnado de uma profunda confiança no destinatário, em sua simpatia – na sensibilidade e na boa vontade da sua compreensão responsiva (2003, p. 304). Num clima de profunda confiança, o enunciador abre as suas profundezas interiores. E, nesse sentido, as cartas consideradas de *tom confessional* constituem uma forma de interação em que o enunciador espera encontrar no destinatário uma recepção simpática, de compreensão e receptividade.

Nessa perspectiva, é interessante também fazermos uma abordagem da confissão, no que consiste, o que se confessa, para quê e a quem se faz.

Para Bakhtin (2003, p.349) “A *confissão como forma superior de livre auto-revelação do homem de dentro para fora (e não confissão excludente de fora para dentro) esteve diante de Dostoiévski desde o início de sua trajetória artística*”. O autor refere-se,

neste caso, à confissão, no sentido de encontro do eu em profundidade com outro(s), como encontro do eu com o outro em nível superior ou na última instância. E esse encontro do eu é algo puro, profundo, “sem mescla de pontos de vista e avaliações presumíveis, forçadas ou ingênuas do outro, ou seja, sem uma visão de si pelos olhos do outro. Sem máscara, [...] sem subterfúgios, sem a falsa palavra final” (id., p. 304).

Michel Foucault, em sua obra em *História da sexualidade: a vontade de saber* (2003), ao abordar o discurso sobre o sexo, fala sobre a confissão, que constituía uma instância em que os indivíduos expunham seus sentimentos, seus desejos ocultos, suas vontades, seus pecados para um religioso, no confessionário. E falar sobre o sexo, principalmente, era, desde a antiguidade, algo proibido, silenciado, encoberto. “*As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele...*” (id, p.10). Falar sobre sexo ou atos não deveriam ter a menor manifestação nas sociedades burguesas em geral, a não ser em determinados lugares, tais como nas casas de tolerância, onde as palavras, os gestos eram autorizados em surdina, a preço alto. “*Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto: interdição, inexistência e mutismo*” (Foucault, 2003, p.10).

O séc XVII seria o início de uma época de repressão, da qual não estamos completamente liberados. Denominar o sexo foi muito difícil, necessitando primeiro “*reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso e bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível*” (id. p.21). Essas interdições recebiam chamá-lo pelo nome; em nome do pudor seria melhor que não se falasse dele.

Ao considerarmos, porém, esses três últimos séculos, as coisas parecem ter mudado. Em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva; talvez tenha havido uma depuração muito rigorosa do vocabulário autorizado, segundo o autor citado. Novas regras de decência, certamente, filtraram as palavras, definindo de maneira mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores e em que relações sociais. Foram estabelecidas, desta forma, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais, por exemplo.

A partir do séc. XVIII, porém, “*sobre o sexo, os discursos – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto – não cessaram de proliferar*” (Foucault, 2003, p.22). Houve uma expansão do campo de discurso sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder, que incitava, institucionalmente, a falar do sexo e falar dele cada vez mais.

Considerando a evolução da Pastoral católica, após o Concílio de Trento, a confissão deixa de ser aquele apregoado nos manuais da Idade Média, ou seja, uma enumeração de detalhes minuciosos do ato sexual, em sua execução. Em outras palavras, a confissão, até então, era a instância apropriada para se falar abertamente sobre o sexo, com todos os detalhes do ato sexual ou de desejos proibidos. A relação sexual dos cônjuges era sobrecarregada de regras e recomendações. E romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam, de qualquer modo, condenação (id., p. 38-39). Na lista dos pecados graves, segundo a ordem religiosa, eram incluídos o estupro, o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca. Já os tribunais podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. Durante muito tempo, os hemafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, uma vez que sua disposição anatômica confundia a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção. Mas o Concílio de Trento, como já observamos, registra a chegada de uma nova época, pois o que consistia numa confissão completa e indispensável no passado passa para uma nova exigência: uma discricção cada vez mais acentuada.

E, segundo o autor (2003), a confissão foi e permanece, ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Para o autor, a confissão permaneceu solidamente engastada na prática da penitência, porém, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do séc. XVIII e da medicina do séc. XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva, difundindo-se, sendo utilizada em uma série distinta de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinqüentes e peritos. As motivações e os efeitos dela esperados se diversificaram, como também as formas que toma: “interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas ou cartas, que são consignados, transcritos, reunidos em fichários, publicados e comentados”. A confissão deixa de ser apenas o dizer o que foi feito – o ato sexual – e o como, para se tornar um meio de reconstituir, através dele, os pensamentos e as obsessões que acompanham o ser humano, e, ainda, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. E, como observa Foucault, ainda, pela primeira vez a sociedade se inclinou a solicitar e a ouvir a confidência dos prazeres individuais.

### 3.4 Discurso de autoridade

Quando falamos em *discurso de autoridade*, referimo-nos àquele discurso, seja de especialista, pesquisador ou cientista de um dado campo de conhecimento, em que nos apoiamos numa relação intertextual, cuja citação atribui ao enunciado produzido um maior grau de credibilidade. Observemos o seguinte:

Podemos dizer que o corpo ‘fala’ na medida em que nos dá informações sobre a identidade e a personalidade das pessoas: sobre o sexo, a idade, a origem étnica, social, sobre o estado de saúde, etc., e, mais particularmente, no que nos diz respeito, sobre o caráter (Guiraud, 1991, p. 12).

Ao estudar a linguagem do corpo, fazemos uma observação sobre o que os gestos poderiam revelar sobre o ser humano. Esse tipo de assunto tem sido, ultimamente, objeto de estudo da lingüística e da semiologia. E para ratificar tal fato, podemos utilizar a citação de um especialista no assunto, como é o caso de Pierre Guiraud. Sua opinião funciona como argumento, como uma iluminação que concede maior credibilidade ao texto. A esse tipo de argumento, com base no discurso de um especialista, damos o nome *de argumento de autoridade ou testemunho autorizado*. Esse tipo de argumento é muito comum em trabalhos de caráter científico, como também em campanhas publicitárias que envolvam pessoas famosas como atores e esportistas, ou especialistas da área.

Mas é também um discurso de autoridade a fala direta de um representante de dada área de conhecimento a quem é outorgado o direito de falar e afirmar determinados pontos de vista, diante da posição sócio-cultural detida pelo falante, o que também vem a conferir um certo grau de credibilidade. Podemos falar também, nesse caso, sobre a noção de legitimação, que significa que o sujeito falante entra em um processo de discurso, que deve conduzir a que reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz. E essa legitimidade pode derivar tanto de uma situação de fato (como em uma conversa amigável, todo locutor tem direito à fala sob certas condições conversacionais), quanto do lugar que lhe é conferido institucionalmente (a fala de um professor, de um político), conferindo autoridade de saber.



### 3.5 Discurso ideológico

“A ideologia é um saber cheio de ‘lacunas’ ou de ‘silêncios’ que nunca poderão ser preenchidos, porque, se o forem, a ideologia se desfaz por dentro; ela tira sua coerência justamente do fato de só pensar e só dizer as coisas pela metade e nunca até o fim” ( Chauí, 1992, p. ).

A palavra *ideologia* surgiu no período de 1801-1807, utilizada pelo francês Antoine de Tracy. Foi reconhecido, no final do século XVIII e começo de XIX com os ideólogos, juntamente com Cabanis (médico), Pinel (psicólogo) e Condorcet (matemático). A proposta era construir uma ciência das idéias, ou seja, um estudo da psicologia humana em um sentido naturalista, examinando as origens e o processo de formação das idéias do homem (Marcondes, 1992).

Com Karl Marx e Friedrich Engels surge o sentido definitivo de *ideologia*, em *A ideologia alemã*, escrita em 1845-1846. Para esses autores, a ideologia significa “falsa consciência”, na crítica que faz aos filósofos neo-hegelianos, principalmente a Fuerbach, pela interpretação que faz da religião da qual se originam os mitos e as fantasias humanos, como produto de espíritos supersticiosos e obscurantistas, na crença do sobrenatural. O medo e o mistério relacionados a essas crenças constituem os instrumentos de dominação social.

Essa concepção da ideologia como “falsa consciência” já não faz parte nos estudos de muitos autores, como veremos em Lessa (s.d.) apud Voese (2004, p. 55), por exemplo. O autor refere-se “ao fato de algumas idéias jogarem um papel-chave na escolha das alternativas a serem objetivadas em cada momento histórico”. Essas idéias têm a ver com a visão de mundo, e servem para a tomada de posição dos homens frente aos grandes problemas que surgem em cada época, bem como diante de pequenos e passageiros no cotidiano. A esse conjunto de idéias, o autor chama de *ideologia*. As idéias-chave, entendidas aqui como referências, adquirem uma função positiva, pois, sem elas, o grupo ficaria sem direção e se dissolveria.

O papel da ideologia é, então, assegurar uma determinada relação dos homens entre si com suas condições de existência, adaptar os indivíduos a suas tarefas fixadas pela sociedade. Desta forma, a ideologia fornece aos indivíduos de uma dada formação social uma homogeneidade no modo de interpretar o mundo, de sentir, querer, julgar e de conformar às suas condições reais de existência (Santaella, 1996, p. 214).

A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não surge do nada ou da mente de alguns pensadores. Por isso, dizemos que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico, porém com isso não quer dizer que a ideologia seja um mero reflexo do nível econômico. Nem Marx nem Engels afirmaram ser o elemento econômico o único determinante, porque as formas políticas das lutas de classe e os seus resultados, as formas jurídicas, as teorias políticas, filosóficas e as concepções religiosas exercem também influência nas lutas históricas e podem determinar sua forma. Embora o elemento econômico não seja determinante único das lutas históricas, é o determinante em última análise. Determinação significa que o modo de produção determina as idéias e os comportamentos dos homens e não o contrário (Fiorin, 1990).

Ao abordarmos a ideologia, não poderíamos excluir a sua relação íntima com a linguagem, pois é através dela que as práticas ideológicas se efetivam.

Primeiramente, a sociedade, a linguagem e a mente estão indissolúvelmente interligados, segundo Halliday (1975), citado por Fontanini (2002), pois a sociedade influencia e molda o pensamento, e a linguagem serve como meio de expressão do indivíduo e, conseqüentemente, interliga-se a valores e crenças e aos contextos em que o indivíduo coloca em práticas sociais diversas. Dentre uma das funções da linguagem está a de servir como instrumento de manipulação para quem a usa. E, finalmente, a linguagem é uma forma de prática social, nunca neutra, que por meio de sua elaboração poder estabelecer maior ou menor poder de persuasão.

E nesse sentido, também, podemos complementar, que “pelo fato de as ações ideológicas necessitarem da linguagem, o discurso assume também, no confronto ideológico, contornos peculiares de instrumento de (di)simulação, precisamente pelos recursos que disponibiliza”, tais como : mistificação, argumentação, a sedução, a persuasão, a generalização falsa, a impessoalização, a mitificação, a desfocalização, etc., constituindo um poderoso arsenal e instrumento de intervenção no conflito e da luta pelo poder de intervir nos rumos do desenvolvimento do gênero humano (Voese, 2004, p. 58).

Considerando esses conceitos, acreditamos que, ao analisarmos um gênero discursivo, carta de leitor, por exemplo, é possível obter características ideológicas pessoais do leitor-escritor, tais como: crenças conceitos, valores, propósito discursivo, bem como aspectos que dizem respeito aos valores sociais que o influenciaram ao elaborar o texto. Nesta perspectiva, a ideologia poderia ser vista como uma entidade responsável por moldar idéias e ajudar no processo de formação de identidades. Em vista da dificuldade de se definir o termo

ideologia, muitos estudiosos têm substituído a palavra ideologia pela expressão doxa ou representação (Charaudeau & Maingueneau, 2004).

Quando dizemos que a revista faz uma seleção das cartas a serem apresentadas, como já vimos anteriormente, ela ocupa um certo papel na (trans) formação da identidade de seus leitores. E esse intuito já pode ser visto como algo em função da ideologia inerente a qualquer instituição. Isso é o que o autor chamaria de prática social. E, nesse sentido, dois conceitos são fundamentais: “a hegemonia e a ideologia”.

A hegemonia representa a liderança através de domínios econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. É o poder de uma determinada classe, porém temporário, instável, capaz de mudança.

Quanto à ideologia, ela envolve significações da realidade (o mundo físico, as relações sociais e as identidades sociais) que são construídas por práticas discursivas e que contribuem para produção, reprodução e transformação de relações de dominação.

Ainda, conforme Pereira e Almeida (2002), um dos mais significantes efeitos da ideologia é a constituição do sujeito, na qual a educação e a mídia têm um papel decisivo, funcionando como micropoderes.

As revistas se tornam uma referência hegemônica, pois determinam uma preferência de consenso entre os leitores, resultando daí a aceitação de uma determinada ideologia e certas práticas sociais. Os leitores escrevem cartas para a revista, muitas vezes, também para pedir conselhos sobre determinados assuntos. O poder de influência dessas revistas é legitimado pela sociedade que consome tanto suas edições quanto os produtos anunciados nelas. Essas publicações estabelecem o que vai ou deve ser consumido.

Ao analisar as cartas de leitores, pretendemos observar como certos aspectos ideológicos moldam o discurso de seus autores, deixando entrever as formas de perceber a realidade, de estabelecer identidades e padrões de conduta que vigoram na sociedade em que fazem parte esses indivíduos.

### 3.6 Discurso do senso comum

O discurso do senso comum é o que permeia todas as classes sociais, formando a chamada opinião pública, e tanto uma pessoa humilde, iletrada quanto um executivo de alto nível costumam afirmar que os políticos são, geralmente corruptos ou que o brasileiro é relaxado e preguiçoso (Abreu, 2000). Essas idéias vão se permeando e se cristalizando no meio das sociedades, tornando-as como justificativas para muitos fatos, para que pessoas possam conduzir suas práticas, justificando-as naquilo que é consenso.

Em relação ao senso comum, ainda, Charaudeau e Maingueneau (2004: 213), que atribuem outro nome, esclarecem que “Clichê ou estereótipo denunciam uma cristalização no nível de pensamento ou da expressão”. E no domínio da imprensa, no séc. XIX, a “clichagem” também chamada “estereotipia” consistia na reprodução em massa de um modelo fixo. A partir de 1865, *clichê* passa a ter o significado “negativo” para a fotografia. Daí surgiu o sentido figurado como “uma frase feita” ou “pensamento banal”. O estereotipado designa também o que é fixo, cristalizado. No séc XX, esta palavra aparece nas ciências sociais, como imagens prontas que medeiam a relação do indivíduo com a realidade. Mais tarde, a psicologia social e a sociologia entendem cristalizadas, crenças pré-concebidas freqüentemente nocivas a indivíduos ou grupos de indivíduos. O termo *clichê* se distingue de *estereótipo*, pois aquele designa um efeito de estilo banal, uma figura lexicalmente plena que aparece como repetitiva; e este designa uma representação dividida, isto é, por um lado, uma representação coletiva que subentende atitudes e comportamentos (nas ciências sociais) e, por outro, uma representação simplificada, que é o fundamento do sentido ou da comunicação (nas ciências da linguagem).

Por sua vez, o senso comum está intimamente ligado com a questão ideológica. A ideologia da classe dominante é repetida pelo senso comum como verdade universal. Os bens culturais da humanidade e as artes de modo geral podem prestar –se ao papel de divulgadores da ideologia, mesmo tendo autonomia em relação à indústria como meio de reprodução. Nesse sentido, conforme Althusser (2003), para que as idéias impostas pela classe dominante à classe dominada sejam aceitas e difundidas, a sociedade cria mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais ideológicas e políticas de exploração. O senso comum constitui o exemplo disso.

Segundo o *Manual de Redação e Estilo* do Estado de São Paulo, o lugar-comum deve ser evitado pelo fato de depreciar o texto jornalístico, como veremos:

O lugar-comum (ou chavão ou clichê) é a frase, imagem, construção ou combinação de palavras que se torna desgastada pela repetição excessiva e perde a força original. Deve ser evitado a todo custo no jornal, pois transmite ao leitor uma idéia de texto

superado, envelhecido e sem imaginação. Nem sempre, porém, o chavão tem origem remota: há também os casos de clichês recentes, difundidos principalmente pela televisão e pelo rádio e adotados inadvertidamente pelos jornais (1997, p. 163).

O manual apresenta também, como exemplo, uma lista de frases e locuções mais freqüentes, enquadrando aqui as frases feitas de origem popular, que por se repetir à exaustão, acabam produzindo o mesmo efeito do lugar-comum, tais como: dar volta por cima, abrir com chave de ouro, acertar os ponteiros, a duras penas, agradar a gregos e troianos, aparar as arestas, apertar os cintos, atingir em cheio, bola da vez, chover no molhado, cair como uma luva, colocar um ponto final, conjugar esforços, contabilizar as perdas, deixar a desejar, de mão beijada, depois de um longo e tenebroso inverno, desbaratada a quadrilha, discorrer sobre o tema, dispensa apresentações, em ponto de bala, em sã consciência, fechar com chave de ouro, trazer à tona, via de regra e muitos outros.

Ainda, em relação ao senso-comum, Voltaire, no *Dicionário Filosófico* (2003, p.466), esclarece que *sensus communis*, entre os romanos, significava não apenas senso comum, mas também humanidade, sensibilidade.

A expressão, entre nós, porém, significa só a metade do que significa entre eles, ou seja, tão somente bom senso, razão grosseira, razão inicial, primeira noção das coisas ordinárias, estado médio entre a estupidez e a agudeza de espírito.”Esse homem não tem o senso comum” corresponde à injúria grossa. “Esse homem tem o senso comum” é uma injúria também, porque quer dizer que não é absolutamente estúpido e que carece da agudeza de espírito. Para o autor, de onde poderia derivar tal expressão senão dos sentidos?, pois, para os homens, nada entra na alma a não ser pelos sentidos. Caso contrário, como teriam empregado a palavra senso para significar raciocínio comum? É muito comum, segundo o autor, ainda, vermos empregar a expressão “O senso comum é muito raro”, o que significa que em muitos homens a razão inicial é travada no seu progresso por alguns preconceitos. Com isso, aquele que é capaz de juízos perfeitos sobre determinado assunto, será levado a cometer enganos a respeito de outros.

Observando este último exemplo de Voltaire, podemos observar que o fenômeno senso comum é o exemplo de que está ligado à ideologia, pois uma idéia difundida em prol de interesses por parte da classe do poder, levaria os indivíduos a agirem destituídos do juízo, desviando –se do individual para ação coletiva.

De qualquer forma, o fenômeno senso comum ou também chamado lugar comum, presente em diferentes gêneros, orais ou escritos, constituem uma prática muito viva em nosso cotidiano, condicionando certos comportamentos.

### 3.7 Discurso irônico

Ao construir um texto, normalmente o produtor procura uma adequação entre o que diz e o que se deseja dizer. No entanto isso nem sempre ocorre, e o conflito entre essas duas instâncias algumas vezes não é intencional, outras sim. E, em se tratando do último caso, alguns expedientes lingüísticos são utilizados para se conseguir tal efeito, ou seja, o conflito entre o que é dito e o que é pretendido, de acordo com Platão e Fiorin (1995). Os autores usam, como exemplo, a expressão proferida por alguém, após uma partida de futebol, dirigindo-se a um time que tenha jogado mal e perdido o jogo: “Belo jogo, hein!”. Obviamente em tal manifestação “belo” deve ser entendido como “horrível”. Há, então, um conflito entre o que se disse e o que se quis dizer, ou seja: diz-se uma coisa para que se entenda outra. A esse fenômeno lingüístico atribuímos um nome – ironia.

A ironia está presente em todas as línguas da Idade Moderna. Ela existe em sua forma mínima, imperceptível até a ruidosa, limítrofe com o riso (Bakhtin, 2003).

São muitos os recursos lingüísticos para estabelecer essas posições. Eis alguns:

1º) **Antífrase ou ironia** – Afirmar alguma coisa que na verdade se quer negar. É o caso de se entender ao contrário de algo que foi dito. É o caso do exemplo já citado: “belo jogo, hein!”.

2º) **Lítotes** - Quando se diz menos para significar mais: “Você não é nada bobo”.

3º) **Preterição** – Quando se diz alguma coisa e, ao mesmo tempo, nega-se explicitamente que se pretendia dizer; é o caso de um discurso político num comício : “Tenho dedicado a minha vida à causa dos desfavorecidos, sou íntegro, ponho sempre os interesses públicos acima de meus interesses particulares. Não quero, no entanto, elogiar-me”. O locutor afirma claramente não pretender dizer o que disse, mas o faz de forma evidente.

4º) **Reticência** – Quando se suspende o que está sendo dito e se deixa subentendido o que se pretende dizer. Em outras palavras, fica sugerido o que se queria dizer ; “Como está

abafado hoje”. Dito isso numa sala toda fechada, pode sugerir que as janelas sejam abertas pela dona da casa.

Atendo-nos, mais especificamente, à expressão *ironia*, segundo Charaudeau e Maingueneau, (2004), desde as origens da filosofia, essa expressão constitui um objeto de reflexão, e a retórica a descreve como um tropo, “que consiste em dizer o contrário do que se quer fazer o destinatário compreender”, como vimos também em Fiorin. Na ironia, o locutor tende a não assumir a enunciação.

Ainda conforme os autores supracitados (2004), a ironia, considerada diferente da metáfora ou da metonímia pela retórica, é um desses tropos indicam mais uma atitude enunciativa do que uma caracterização do referente. Os autores fazem a distinção entre diferentes tipos de ironia, classificando-os em:

a) **Ironia como tropo** é uma antífrase, ou uma divergência mais ou menos clara entre sentido literal e sentido figurado. Isso só é possível quando a enunciação fornece índices da ironia, o que pode ocorrer no próprio conteúdo (mediante hipérboles deslocadas ou pelo recurso a palavras que não são as do locutor ou ainda por outros meios: na oralidade, pela entoação da voz ou mímica; na escrita, pelas reticências, pelo recurso ao itálico.

b) **Ironia como menção** ou como um fenômeno da autonímia. Aqui, a ironia seria um tipo de citação pelo qual o locutor mencionaria o ponto de vista de uma personagem desqualificada que diria qualquer coisa deslocada em relação ao contexto.

c) **Ironia como polifonia**. Aqui, os autores citam o exemplo de Ducrot (1984), apud Charaudeau & Maingueneau, (2004, p. 291):

falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, posição cuja responsabilidade não é assumida pelo locutor L e, mais que isso, que ele considera absurda [...] a posição absurda é diretamente expressa (e não mais citada) na enunciação irônica e, ao mesmo tempo, ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestadas nas palavras atribuídos a uma outra personagem E.

d) **Ironia como paradoxo**. Aqui a ironia constitui uma enunciação paradoxal, cujo locutor invalida sua própria enunciação no próprio movimento pelo qual a enuncia. Falando de outra maneira, é inscrever-se falsamente contra sua própria enunciação, apesar de havê-la produzido (Id., p.291).

Ao falar do valor pragmático da ironia, os autores, ainda, afirmam que a ironia viola ostensivamente uma das máximas conversacionais de Paul Grice, ou seja, ser claro, porém o seu valor pragmático é fonte de discussões. “*Ironizar é sempre, mais ou menos, escolher um*

*alvo que se trata de desqualificar*” (Kerbrat-Orecchioni, 1986; apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.291).

O recurso da ironia foi muito utilizado por escritores modernistas, que por meio da escrita de paródias, criticavam o preciosismo léxico, as estruturas sintáticas dos autores clássicos e dos parnasianos. É o que faz Murilo Mendes, em outro contexto com intenção parodística, cria um clichê com o poema “Canção do exílio” de Gonçalves Dias, como podemos observar:

“Minha terra tem macieiras da Califórnia  
 onde cantam gaturanos da Veneza (...)  
 Nossas flores são mais bonitas,  
 Nossas frutas, mais gostosas,  
 Mas custam cem mil-réis a dúzia!  
 Ai, quem me dera chupar uma carambola de verdade!  
 E ouvir um sabiá com certidão de idade!”.

O mesmo faz Mário de Andrade, na obra *Macunaíma*, com “Cartas pras icamiabas”, ironizando essa forma de escrita e leitura, citando até mesmo os primeiros versos do episódio do Gigante Adamastor de *Os lusíadas* (Fiorin, 1990).

Portanto, a ironia é considerada um recurso muito eficiente, nesses casos, quando a intenção do locutor/escritor é criticar atitudes, pensamentos, idéias, etc., mas ela só atingirá o efeito desejado se o interlocutor for capaz de realizar uma ligação do discurso proferido com outros discursos existentes em circulação.

Araújo (2002) distingue duas formas de presença de vozes no texto, ao elaborar os conceitos de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. E a ironia, juntamente com o uso de aspas, o discurso indireto livre, a imitação e a pressuposição, são marcas explícitas de diversas fontes enunciativas, na categoria da heterogeneidade mostrada. Também para este autor, a ironia é um exemplo típico de discurso bivocal, em que a palavra apresenta duplo sentido. O enunciador utiliza-se da linguagem do outro, revestindo-a de orientação oposta a do outro. Os textos marcados pela ironia são interpretados como uma pluralidade de vozes, orientadas nos eixos da contrariedade ou contradição e exigem um conhecimento partilhado pelos interlocutores.

Para Maingueneau (2001), a ironia apresenta a voz de um enunciador que deixa perceber na própria voz a voz de um outro a qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. E esse outro é desqualificado. A ironia é por essência ambígua porque se mantém na fronteira entre o que é assumido e o que é rejeitado. Nem sempre a ironia é clara a ponto de dificultar o



co-enunciador de definir se o enunciador está ou não sendo irônico. É o caso da carta 82 (vide anexos). Para as pessoas que vivem numa determinada época em que se fez circular uma idéia como a da “loira burra”, será fácil evidenciar a ironia subjacente ao enunciado, depreciando todas as loiras, caso contrário, a desqualificação da loira não será reconhecida no discurso. Parecerá apenas um elogio a uma determinada loira.

A *polifonia* é constituinte da ironia, conceito este desenvolvido por Bakhtin (2003), o primeiro estudioso a tratar de *polifonia e heterogeneidade*, com base na idéia de que todo texto é constituído por várias vozes, ou seja, um texto é reconfiguração de outros textos que lhe dão origem, predeterminando-o, dialogando com ele, retomando-o ou mesmo opondo-se a ele.

A noção de heterogeneidade dos discursos conduziu Authier-Revuz (1982), apud Barros (2001) a novos estudos, levando a elaborar os conceitos de *heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva*. Em relação à primeira, o autor refere-se às marcas explícitas de diversas fontes enunciativas, tais como: as formas do discurso relatado, o discurso indireto-livre, o uso de aspas, a imitação, a pressuposição e a *ironia*, no nosso caso. Por isso, a ironia constitui um exemplo de discurso bivocal, pois a palavra apresenta duplo sentido. Por outro lado, a heterogeneidade constitutiva referem-se às manifestações inerentes à linguagem, não marcadas na superfície, mas pela relação que o discurso mantém com outros discursos (interdiscursividade).

A ironia é um fenômeno lingüístico presente nas publicidades, nas notícias de jornais, nas charges, nas piadas, até mesmo nas paródias e em diferentes gêneros discursivos, constituindo um dos recursos eficientes para se alcançar determinados objetivos em situações discursivas.

Há, enfim, casos de ironia extrema com uma franca desqualificação de uma dada personagem e enunciações que revestem de tom irônico, de forma sutil, sem levar o co-enunciador a perceber de forma nítida a ruptura entre os dois pontos de vista. Nesse caso, a ironia é insolúvel, impedindo de o co-enunciador determinar se o enunciador está ou não sendo irônico.

### 3.8 Discurso da consciência crítica

A consciência crítica é uma forma de relação com o mundo que busca compreendê-lo de modo concreto, analisando-o na base e não pelas aparências. O indivíduo dotado de consciência crítica não aceita as interpretações subjetivas, fantasiosas, enganosas, místicas e outras formas ilusórias de encobrir a realidade. Ele está sempre à procura das causas dos fatos observados, interessando-se pelos porquês mais profundos e reais das coisas.

Uma consciência crítica observa, experimenta, problematiza e crítica os fatos, procurando derrubar as falsas imagens, as suposições levianas, as crenças alienantes, as idéias preconceituosas, para estabelecer a razão, as causas e o sentido das coisas.

Segundo Souza (1989), a ciência e a filosofia são dois produtos da consciência crítica, porque se apóiam na racionalidade, na observação, na experimentação e na análise do mundo.

Ainda conforme o autor, a cultura é gerada pelo agir humano, desenvolvido no tempo, e a ação humana é histórica, possuindo um antes, um agora, e um depois. Tudo que é produzido é histórico, ou seja, não é eterno: teve início e terá um fim. Se tudo que é produzido e criado é histórico, é também, então, relativo, e não absoluto. E também se não é absoluto e completo, falta-lhe algo para ser completado. Temos, daí, uma primeira conclusão de que tudo o que é criado é incompleto, relativo, precário, histórico, possui vazios que podem ser preenchidos (id., 1989).

Ao assistirmos, por exemplo, a um noticiário de TV, percebemos uma série de imagens sobre determinado fato, mas, se não absolutizarmos as coisas, podemos perceber que há muitas idéias e mensagens que não foram ditas e mostradas, ou que não se quis dizer e mostrar. É o que ocorre com os discursos de políticos, que impressionam, falando de fatos realizados ou sobre as promessas sociais do futuro. Caso os ouvintes “absolutizarem” as coisas, não perceberão que ao lado do dito existe o não dito, ao lado da fala há o silêncio, ao lado das promessas existem as impossibilidades que dificultam a realização de muitas promessas.

Uma segunda conclusão, segundo o autor supracitado, é que a consciência crítica desmistifica as coisas, tornando o indivíduo mais atento, mais alerta, mais comprometido. Comprometido com a sua responsabilidade de “ser histórico”, de agente de mudança do mundo. Se o indivíduo de consciência ingênua aceita tudo o que vê, o indivíduo de consciência crítica não deixa de problematizar o que vê. Este

é um ser que incorpora, que faz seu o compromisso de luta pela mudança, preservando por um futuro melhor.

Como já vimos, anteriormente, para sermos críticos-leitores, é necessário que adquiramos competência de leitor para que possamos realmente apresentar uma opinião crítica. Vimos, pois, que é necessário processarmos uma leitura retrospectiva, evocando a memória discursiva através do saber do passado, do já-dito e vivido. E, ainda, a partir do plano de expressão, do dito, permitimo-nos representar a estrutura profunda que dá acesso ao dizer, revelando as possíveis intenções do enunciador. Além disso, é necessário levarmos em conta o contexto de produção e o lugar sócio-histórico do sujeito que fala (individual, coletivo, privado, público, institucional), (Mosca,2002).

Todos esses requisitos deverão ser considerados, para que um enunciador da carta possa analisar a matéria lida na Superinteressante, para, depois, manifestar suas opiniões críticas sobre determinados assuntos.

## SEÇÃO IV - ANALISANDO AS CARTAS DE LEITORES(AS) DA REVISTA SUPERINTERESSANTE

Pelo fato de haveremos escolhido as cartas de leitores da Revista Superinteressante como objeto de pesquisa, especialmente em se tratando de alguns números que compõem as edições do ano de 2004, propomo-nos a falar um pouco dela, para melhor compreensão do material analisado – as cartas de leitores (as) -, que vêm agregadas às páginas denominadas “Superleitor – Quem lê é”.

Antes, porém, queremos esclarecer o motivo pelo qual escolhemos a revista em questão para compor o *corpus* de nosso trabalho. E podemos afirmar que esta revista é muito aceita por jovens e adultos de ambos os sexos, porque trata de assuntos que, poderíamos supor, despertam seus interesses, pela característica marcante - divulgação científica e de curiosidades em geral. E, como professora também do ensino médio, o nosso trabalho envolve alunos jovens e adultos de diferentes faixas etárias, com quem são desenvolvidas atividades de leitura e escrita de diferentes gêneros com o intuito de capacitá-los ao exercício da cidadania, por meio da apropriação de diferentes gêneros discursivos. E nessa perspectiva, cartas de leitores também fazem parte desse conjunto de aprendizagens. É de nosso intuito conhecer melhor este gênero, procurando saber qual é o discurso dos leitores em relação às matérias e à revista. Em se falando em discurso, incluímos o sujeito e a ideologia, subjacentes à linguagem utilizada pelos autores das cartas.

E, para tanto, referindo-nos ao contexto sócio-histórico da produção das cartas veiculadas nessa revista, podemos supor que as cartas provêm de leitores das mais diversas faixas etárias, desde adolescentes até adultos, de diferentes níveis de escolaridade (estudantes, profissionais liberais, especialistas e outros), interessados em se informar, opinar, criticar, questionar, agradecer, sugerir, as mais variadas intenções sobre assuntos relacionados principalmente com as ciências, mas a revista veicula também assuntos que tratam de outros interesses, como religiosos, artísticos, educacionais, curiosidades, comerciais, técnicos e outros.

Pelo fato de a revista utilizar-se do prefixo *super* em todas as seções da revista (superleitor, supernovas, superpôster, superintrigante, superfantástico, supertech, supercult, etc.) e também na capa (Superinteressante), ela já, de imediato, identifica-se como uma revista que aborda assuntos que se colocam em um grau de superioridade, ao máximo. Podemos ver essa abordagem em Ferreira (1986), onde *super* (do lat. *super*) pode significar excesso,

aumento; posição acima, em cima ou por cima; superioridade. Nesta perspectiva, o termo “superleitor” também implica um leitor superior, por cima, enaltecido pela revista, que assim o considera perante outros leitores. Ao completar, ainda, com a expressão *Quem lê é...*, deixa um espaço a ser completado pelas reticências, subentendendo-se que o leitor é alguém muito especial, inteligente, com qualificações superiores, e não um leitor qualquer, isso pelo fato de haver escolhido a revista em questão.

A característica maior da revista é marcada pelas matérias relacionadas com as ciências, mas, ultimamente, ela tem veiculado assuntos místicos e religiosos, o que tem, por vezes, levantado críticas por parte de alguns leitores que acreditam ela estar perdendo o seu teor científico, como veremos: “A revista está deixando de lado temas científicos para dar espaço a assuntos de cunho religioso e espiritual” (Sérgio Megale, carta nº 13).

Outra característica marcante é que, nessa seção, a Superinteressante apresenta sempre a opinião de uma pessoa de conhecimento público, acompanhada de sua foto, no canto esquerdo da revista. E, nas edições que utilizamos para o nosso estudo, foram apresentadas celebridades do mundo artístico, como: Sabrina Parlatore (apresentadora de TV), Zé do Caixão (ator), Suzana Alves (atriz e cantora), Mau Mau (DJ), Dudu Nobre (músico) e outros. Vejamos um exemplo: carta 49 – “A SUPER é um manual que eu carrego para estar bem informada e conectada. Faz parte da minha comunicação, faz parte da minha vida”. SUZANA ALVES, atriz e cantora.

Observamos, ainda, que todas as vezes em que um leitor apresenta uma crítica sobre uma matéria, a revista apela para outra carta, cujo autor faz um elogio, enaltecendo a publicação e a revista, demonstrando, dessa maneira, o uso de um recurso que poderíamos chamar de neutralização. Sem contar também que, algumas vezes, a própria revista procura justificar-se da melhor maneira, após haver conseguido este efeito, para reforçar seu ethos, ou seja, a imagem positiva que de si quer passar. E a resposta da revista pode ser reconhecida, porque vem marcada pela letra “S” logo acima da carta. Vejamos exemplos dos casos mencionados:

#### VELHOS TEMPOS

13 – A qualidade do conteúdo da SUPER tem decaído ultimamente. Atribuo o fato ao mercantilismo que gerou o desmembramento da revista em muitas outras de qualidade duvidosa. CARLOS RAMIRES, Rio de Janeiro, RJ.

14 – Carlos, os filhotes da SUPER não podem significar o enfraquecimento da revista-mãe. Seria muita canhestrice nossa. A idéia dos especiais é mergulhar em temas que a SUPER não tem espaço para tratar com mais profundidade. **Aventuras na História** não determina piores matérias de história na SUPER, **Vida Simples** não determina que não possamos mais dar uma capa sobre meditação na revista-mãe, e

assim por diante. A revista está deixando de lado temas científicos para dar espaço a assuntos de cunho religioso e espiritual. SÉRGIO MEGALE, Via Internet

S

15 - Procuramos editar a SUPER com a lente única do interesse presumido do leitor, Sérgio. Nem sempre dá para agradar a todos todo o tempo. Mas temos buscado o equilíbrio entre temas e áreas de conhecimento.

Podemos observar um processo de interação entre o enunciador da carta, a revista e outros leitores, quando ocorrem diálogos entre eles por meio deste tipo de correspondência, com finalidade de elogiar ou criticar uma matéria publicada em algum número anterior, ou, ainda, para pedir informação, para responder à pergunta de algum leitor sobre algum assunto, como veremos no decorrer da análise.

As cartas de leitores e leitoras têm chegado à revista por diferentes canais, seja através do correio ou por via eletrônica, e esta tem constituído uma forma mais rápida e prática de comunicação nos dias de hoje.

Para compormos o *corpus* de nosso trabalho, selecionamos alguns números da revista Superinteressante, dos anos 2003 e 2004, sem nos preocuparmos com uma seqüência lógica, ou seja, escolhemos algumas revistas dentre as que nos foram acessíveis, cujas matérias nos pareciam polêmicas; mas acreditamos que isso não vá comprometer o andamento da pesquisa, mesmo porque, no momento que alguma carta faz referência a uma edição não inclusa, recorreremos à matéria, para nos inteirarmos dela, caso contrário, não poderíamos compreender de que se tratava a carta.

Em relação às cartas, as que nos pareciam repetitivas, ou seja, que tinham, aparentemente, as mesmas características de algumas já vistas, não foram incluídas do anexo, para não torná-lo muito extenso, visto que o nosso trabalho não foi elaborado com fins de quantificar. Mesmo dentre as cartas apresentadas no anexo, algumas não foram citadas no momento da análise, por dois motivos: ou porque estariam enquadradas numa relação de exemplos repetitivos, ou porque o assunto envolve um campo de conhecimento mais profundo sobre determinado assunto, e correríamos o risco de não dominar a sua abrangência, o que prejudicaria a análise.

Quanto à análise das cartas, elas foram agrupadas de acordo com suas características, ou para melhor elucidação, selecionamos algumas características, em linhas gerais, como empatia, antipatia, afloração de sentimento, tom confessional, discurso de autoridade, discurso ideológico, discurso do senso-comum, discurso irônico e discurso da consciência crítica, como podemos conferir na seção III e agrupamos as cartas de acordo com os discursos que nos pareciam se enquadrar em uma ou mais características. Isso porque, em um discurso,

podem coexistir mais de uma característica das que apresentamos, com a predominância de uma delas, o que, por vezes, levou-nos a citar a mesma carta em mais de um exemplo.

#### 4.1 Identificação ou empatia

Nas diversas cartas que selecionamos, a identificação ou empatia é uma de suas características observadas com bastante regularidade, cujos autores manifestam seus sentimentos, ora de simpatia, ora de antipatia para com a matéria veiculada, ou com a entrevista publicada, ou simplesmente com a assinatura da revista, por meio de diferentes reações, seja por adesão, seja por cumplicidade com a revista, como podemos observar:

Quem lê é

21 – “Vai chegar o dia em que não haverá elogios suficientes para a SUPER. Parabéns pelo **Superpôster**. A SUPER é um mito. É coisa dos deuses.” ADSON MAMEDE, Divinópolis, MG

28 – “SUPER é uma revista praticamente para pôr a cabeça do jovem no lugar.” JOSÉ MOJICA, o Zé do Caixão

POR ZEUS

29 – O **Superpôster** sobre mitologia grega (janeiro, pág.36) foi um show. Aposto que estimulou muita gente a correr para saber mais sobre o assunto. Acertaram em cheio, principalmente em ano de Olimpíadas.  
CARLOS VALENTE,  
Sertãozinho, SP

No texto 21, com as expressões: *A Super é um mito e É coisa dos deuses*, o autor coloca a revista ao nível das divindades, pois, para ele, ocupa um lugar sagrado, respeitado. O mito é algo em que as pessoas crêem e respeitam, mantendo um forte poder de domínio sobre elas; é um fenômeno que existe desde tempos remotos, e que só deixa de exercer certo poder à medida que as ciências venham a desvendar seus mistérios, através de explicações científicas. A crença sobre a existência de deuses (do sol, da água, da terra, do fogo...) exerceu forte poder sobre os povos no passado, e a obediência e o respeito a seus dogmas eram inegáveis.

E ao proferir: *é coisa dos deuses*, o autor da carta submete-se às crenças mitológicas, que exerceram forte influência sobre os povos. Consiste, portanto, numa referência à mitologia, para identificar a revista como divindade. É uma forma superlativa de elogiar a revista em questão.

As cartas 28 e 29 podem ser também caracterizadas como manifestação de empatia. Naquela, o autor toma a revista como base para orientação de vida para os jovens: “*SUPER é uma revista praticamente para pôr a cabeça do jovem no lugar*”. Como se a revista fosse um manual para direcionar o comportamento dos jovens, daqueles que têm condutas nem sempre condizentes com os padrões ditados pela sociedade. Isso ocorre também porque, em determinada faixa etária, os jovens são considerados alienados, gostam de “ser diferentes”, para chamar atenção das pessoas. É como se eles tivessem pensamento fora do padrão, daquele que é imposto por uma determinada sociedade. E a revista, aqui, também ocuparia um papel importante, “*para pôr a cabeça do jovem no lugar*”.

Já, na carta 29, o autor manifesta sua empatia pela revista por causa do pôster, com seu conteúdo sobre a mitologia grega: “*Aposto que estimulou muita gente a correr para saber mais sobre o assunto. Acertaram em cheio, principalmente em ano de Olimpíadas*”. Essas expressões nada mais são que a manifestação do agrado e a satisfação que a assinatura da revista proporciona. E o assunto veiculado vem a ser oportuno porque se trata do ano em que ocorreriam os Jogos Olímpicos. A expressão “*Agradaram em cheio*” constitui uma assertiva que confere a manifestação da satisfação do leitor-autor com o pôster; “[...] *principalmente em ano de Olimpíadas*” é a expressão que confirma e redobra a satisfação do autor da carta, pois os jogos Olímpicos, que acontecem de quatro a quatro anos, têm em sua fonte histórica uma estreita relação com os antigos povos gregos que cultuavam a beleza física e, portanto, promoviam grandes competições.

Eu leio!

49 – “A SUPER é um manual que eu carrego para estar bem informada e conectada. Faz parte da minha comunicação, faz parte da minha vida”. SUZANA ALVES, Atriz e cantora

Já na carta 49, a autora estabelece uma relação pessoal com a revista, pois a tem como um componente material importante para a sua vida cultural: “*A Super é um manual [...] para estar bem informada, conectada. Manual*”, aqui, é algo que serve para nortear as ações das pessoas. Logo, a revista, para esse leitor, constitui um meio de deixá-la informada sobre tudo para que ela possa conduzir a sua vida de acordo com os conhecimentos adquiridos. E a palavra *conectada*, no sentido de *ligada* ou *a par de*, é utilizada aqui como uma forma muito popularizada, principalmente entre os jovens, juntamente com outras formas, com sentido analógico, como “ficar antenado” ou “ficar ligado”, por exemplo, que têm sentidos muito próximos.



## UM BEIJO, GATA

71 - Adorei as ilusões de óptica (**Superzoom**, abril, pág. 72). Levei a revista para a escola e todos ficaram fascinados. Minha namorada falou que iria comprá-la só por causa das imagens. Aliás, dá para mandar um beijo para ela? A gata atende pelo nome de Natália. LUCAS, LUCAS, por e-mail.

A carta 71 é a expressão também de empatia – *Adorei* -, e esse sentimento contagiou outras pessoas – *“Levei a revista para a escola e todos ficaram fascinados”*-; incentivando-as a comprar a revista – *“Minha namorada falou que iria comprá-la só por causa das imagens”*. As imagens a que se referem o leitor são as múltiplas figuras que podem ser visualizadas e a sensação de movimentos reluzentes, efeitos estes conseguidos ao se movimentar a folha, o que cria a ilusão de óptica.

Já de acordo com as cartas 77 e 123, a revista está até criando desentendimentos, pois ela passou a ser um produto de disputa entre os membros da família.

## É PAU, É PEDRA

77 - Quando adotei a SUPER minha esposa ficou enchendo para eu assinar também aquelas revistas de fofoca. Claro que não fiz a vontade dela e por isso brigamos por três dias seguidos. Mas bastou ela ler uma edição da SUPER para virar fã de carteirinha. Hoje tem briga para ver quem vai ler primeiro. Foi por isso que resolvi assinar Mundo Estranho. CÍCERO RODRIGUES, Tamboril, CE

## FAMÍLIA ATRAPALHA

123- Sou assinante da SUPER há seis anos e estou com um problema. Antes, a revista era só minha. Então veio meu irmão, depois meu pai, e agora até meus avós querem lê-la. Às vezes chego a pensar que a SUPER nem foi entregue em casa. Depois, de repente, encontro a revista escondida no quarto de alguém. Angélica Sartori, Alfenas. MG.

A carta 77 também pode ser a expressão de empatia. Há uma negação, um ato de resistência em aceitar outras revistas: “[...] *ficou enchendo para eu assinar também aquelas revistas de fofoca. Claro que não fiz a vontade dela [...]*”. Quando o leitor faz menção àquelas “*revistas de fofoca*”, certamente, ele se refere a revistas cujo assunto principal circula em torno da vida de artistas, de pessoas que freqüentam a alta sociedade, ou sobre modas e beleza. Em “*Claro que não fiz a vontade dela [...]*”, o enunciador demonstra não haver cedido ao desejo da namorada, para impor a sua vontade, pois a revista sobre a qual recaiu a sua escolha naturalmente é superior àquelas de fofocas. E com a expressão “*bastou ela ler uma edição da Super para virar fã de carteirinha*”, ocorreu uma mudança, favorecendo o autor, dando um fim ao desentendimento por diferenças. Mas, certamente, com “*Hoje tem briga para ver quem vai ler primeiro*”, a briga que era por diferenças, por concorrência, passa agora a ser por disputa do mesmo objeto. É também uma forma de

demonstrar uma empatia pela revista não somente do enunciador, mas também por parte da companheira, que passou a aderir a ela.

O mesmo ocorre com a carta 123, em que a revista é motivo de disputa. Aqui não há brigas por diferenças, mas sim pela mesma preferência. Todos disputam a mesma coisa, a revista: “[...] *veio meu irmão, depois meu pai, e agora meus avós querem lê-la*, ou, ainda, *de repente, encontro a revista escondida no quarto de alguém*”. Podemos observar que a revista é um objeto de disputa entre os familiares. Quando a revista se torna algo tão concorrido, passa a ser escondida para que outros não tenham o acesso a ela. Isso constitui uma atitude, de certa forma, egoísta, e até infantil, pois é comum crianças esconderem brinquedos ou doces para que os outros não se apossassem deles. Tudo isso, no entanto, revela uma atitude de simpatia pela revista.

Na carta seguinte, observamos a satisfação manifesta desde o título: BABADOR ESTELAR. Babador, pelo pôster que provocou satisfação como alguma coisa deliciosa que “dá água na boca”. E ESTELAR usada para referir a estrelas ou a outros Planetas.

BABADOR ESTELAR

93 – Eu babeeeeeí ao ver o pôster “Star Wars” (**Superpôster**, julho, pág.32). Vou guardar para poder mostrar ao meu filho quando ele crescer.

LEONIDAS SILVA,

Recife, PE

O enunciador, aqui, manifesta a sua simpatia pelo fato de a revista haver lançado no número anterior um super- pôster do filme *Star wars*, com a expressão *eu babeeeeeí*. O prolongamento sonoro, com a repetição da vogal “e” produz, no caso, um grande efeito semântico com valor de intensidade, positiva, ou seja, que babou muito, permitindo deduzir, portanto, que o pôster suscitou um alto grau de contentamento ao autor. E ao afirmar que vai guardá-lo para mostrar ao filho quando ele crescer, indica que o filme foi algo muito marcante em sua vida e que merece ser guardado para a posteridade, para que o filho possa partilhar daquilo que lhe proporcionou emoção. Afinal, podemos dizer que, quando lançado o filme em 1977 (a primeira versão), revelou o que de mais avançado havia em termos de tecnologia em artes cinematográficas, pois o diretor George Lucas conseguiu efeitos especiais nunca vistos até então, o que marcou uma nova geração de espectadores, levando milhões de pessoas ao cinema para conferir tamanha façanha tecnológica.

Na época, o filme *Star Wars* foi considerado uma obra de ficção científica, Na ficção científica, por exemplo, a criação de outros universos revela os anseios, os temores, os desejos, as carências e os valores da sociedade de uma época (Fiorin, 1990). É um filme, portanto, que marcou uma época, quando visto nas telas pela primeira vez, causando uma

sensação diferente, visto como algo futurista, devido à tecnologia avançada com que fora produzido.

Sabemos, porém, que muitas coisas contempladas como ficção científica, no passado, podem ser conferidas como uma realidade visível nos dias atuais. Haja vista que, após o filme, não durou muito, pudemos observar que o homem passou a usufruir de braços ou pernas mecânicas, como era visto no filme, onde os seres agiam como humanos com sua composição mecânica. Quem sabe isso tenha sido inspiração para o desenvolvimento de tecnologias em diferentes áreas de conhecimento.

Os japoneses, por exemplo, daí para frente, criaram mini-robôs, capazes de fazer os trabalhos mais comuns, feitos antes apenas pelos homens. Só não podemos afirmar aqui que o filme tenha servido de inspiração para muitos nos campos das ciências, ou que as ciências, antes, serviram de motivação para as artes. O que sabemos é que tanto as artes como as ciências se prestam para veicular determinadas ideologias; uma e outra é influenciada pelo meio social e não escapam à ideologia.

Quanto ao autor da carta, o pôster irá, certamente, servir para confrontar-se com uma outra realidade muito diferente da de sua época junto ao filho, no futuro, e conferir que nem tudo o que nos parecia distante do real seja realmente ficção. Basta observarmos o fenômeno da lua, que foi tema de tantos discursos amorosos. Quando os românticos a utilizavam como tema das poesias, ela era vista como algo inatingível, distante de tudo e de todos. Não se pensava, então, que o homem pudesse algum dia ir até ela, alcançá-la.

A expressão “*Vou guardar para poder mostrar ao meu filho quando ele crescer*” pode ser uma demonstração daquilo que é comum do ser humano: o continuísmo, ou seja, o desejo de preservar tudo aquilo de bom.

#### INVESTIMENTO DO MÊS

99 – Nunca empreguei meu dinheiro tão bem quanto neste ano, ao decidir assinar a SUPER. Foi por meio da revista que recuperei o prazer da leitura. CLARISSA VIDO

Em 99, por exemplo, a autora faz abordagem sobre o aspecto econômico com a expressão: “*Nunca empreguei o meu dinheiro tão bem quanto neste ano*”, como ocorre com um investimento que dá retornos, ou seja, o investimento aí seria na cultura, e o retorno, o acesso à cultura, o conhecimento adquirido que, indubitavelmente, não deixa de ser uma grande investida. E ela recuperou o prazer da leitura, o que sugere, certamente, um retorno positivo também. E a expressão: “*Nunca empreguei o meu dinheiro tão bem, assim como recuperei o prazer da leitura*” denunciam o valor positivo em adotar a assinatura da revista.

## ESPECIAIS

119 – Quero agradecer pela edição especial da SUPER Grandes Expedições. É uma das melhores e mais bem realizadas que vocês já fizeram.

EVANDRO CAVALCATE DE SÁ,  
Palmeira dos Índios, AL

Já a carta 119 expressa gratidão por parte do enunciador, que manifesta a apreciação da matéria veiculada na edição especial dessa revista: “*Quero agradecer pela edição especial da SUPER Grandes Expedições*”. É uma forma também de demonstrar a empatia pela revista, como em outros casos já vistos: “*É uma das melhores e mais bem realizadas que vocês já fizeram*”.

Na carta abaixo, seu autor atribui o nome “PROLE DE OURO” à revista de edição especial, que circula esporadicamente, lançada pela Superinteressante.

## PROLE DE OURO

124– Depois que a SUPER deu à luz filhos tão bonitos e inteligentes, como *Mundo Estranho e revista das religiões*, todo mundo quer engravidar. Só que é preciso ter superleitores!

ANDRÉ FRANCISCO DOS SANTOS

O autor fala da revista como se ela fosse um ser humano, atribuindo-lhe características, como “*bonitos e inteligentes*”, ou reconhecendo nela atitude que só aos seres humanos seria possível: “*dar à luz filhos tão bonitos*”. Certamente, com o uso de metonímia e da metáfora, o autor da carta refere-se à revista de edição especial (*A Super deu à luz filhos tão bonitos e inteligentes*), que foi lançado na época, abordando determinados temas com maior profundidade. Com a expressão “*Todo mundo quer engravidar*”, podemos deduzir que todos desejam comprar ou assinar a revista, mas sabendo que nem todos podem fazê-lo a não ser que tenham uma mente aberta, o que sugere a expressão “*Só que é preciso ter superleitores!*”. De certa maneira, o enunciador se coloca dentre os que possuem essa mente aberta, privilegiada, visto que ele é leitor da edição especial da revista, tendo acesso a ela, o que nem sempre acontece com pessoas de camada social desprestigiada, porque o custo da revista não lhes permite a aquisição.

Todos esses exemplos deixam entrever um sentimento de simpatia pela revista, pela reportagem ou a apresentação de algum fenômeno do meio artístico, cultural, religioso e outros, que emocionaram os leitores em maior ou menor grau de sensibilidade, culminando, assim, em uma ação eufórica, pois a revista atrai leitores, para proporcionar-lhes uma atividade prazerosa.

Quando observamos que a escolha incide sobre algumas das cartas publicadas, isso não ocorre por mera coincidência. A editora faz a seleção com uma intenção definida: o de veicular a idéia de ser uma revista bem aceita, que circula assuntos dos mais variados para os mais diversos gostos, que é uma revista atualizada, e, principalmente, lida por uma determinada classe de leitores, ou seja, pessoas de classe social média e alta. Ela valoriza os leitores, como já vimos no início desse capítulo com o *superleitor*. Ao mesmo tempo que enaltece os seus leitores, ela se coloca em um patamar mais elevado, em relação a outras revistas, motivo por que ela se utiliza do prefixo *super*.

Ao fazer isso, a editora não age ingenuamente, pois essa postura vem a fortalecer o conceito de leitores especiais, o que motiva as pessoas a continuarem a ler a revista, ou a ser adquirida por aqueles que ainda não a lêem. Agindo dessa forma, ainda, a editora Abril preserva o seu ethos; é um meio de provar que é uma revista de credibilidade e aceitabilidade.

Podemos observar que a ideologia da segregação (Souza, 1989) subjaz ao interior do enunciado Superleitor, porque percebemos uma distinção entre os que lêem e os que não o fazem, pois os primeiros são considerados superleitores, e os que não podem ou não querem são excluídos dessa categoria.

### **Antipatia**

Ao contrário da identificação, aqui, observamos certas reações negativas quando se trata da revista em questão. A antipatia, então, também está presente, como podemos observar em:

13 – A qualidade do conteúdo da SUPER tem decaído ultimamente. Atribuo o fato ao mercantilismo que gerou o desmembramento da revista em muitas outras de qualidade duvidosa. CARLOS RAMIRES, Rio de Janeiro, RJ

#### **DECEPÇÃO**

54 – Minha indignação aumenta a cada mês que recebo a revista. A SUPER se tornou um veículo de alienação popular. Minha assinatura não será renovada. LUANA MAÍRA, Por e-mail

Na carta 13, o autor manifesta sua decepção pelo fato de a revista estar veiculando temas místicos, religiosos e outros que, em sua opinião, desqualificam a revista, que tinha como tradição abordar matérias de cunho científico. O autor atribui o fracasso da revista ao fator econômico, que a levou a buscar novos assuntos, na expectativa de atrair mais leitores, como podemos deduzir com as expressões *decaído*, *mercantilismo*, *qualidade duvidosa*. Ao contrário do que observamos nas cartas anteriores, esses valores podem ser considerados

disfóricos, negativos, depondo contra a revista, pelo fato de afastar os leitores, que se sentem logrados e manifestam o seu repúdio, além de levar ao rompimento com a assinatura da revista.

É o que vemos também na carta 54, em que se estabelece uma relação de ruptura entre o leitor e a revista. Ela serve para conferir a indignação da autora, pois o conteúdo da revista já não mais a agrada, como podemos observar: “*Minha indignação aumenta a cada mês que recebo a revista*”. E não se refere apenas a uma determinada matéria, mas à revista como um todo; e também, no espaço de algum tempo, esta insatisfação vem tomando conta da leitora. O enunciado “*A SUPER se tornou um veículo de alienação popular*” leva-nos a entender que a revista tem veiculado matérias cujo ponto de vista não se coaduna com a do leitor. Denotam diferentes formações ideológicas, portanto diferentes formações discursivas. E, segundo o leitor, a forma como as matérias são publicadas, certamente, nem sempre condiz com aquilo que a história vem contando, que a sociedade vem apregoando, enfim, o padrão de pensamento e condutas desenvolvidos ao longo da história, conforme a ideologia que se quisesse manter viva, sendo consagrada como a verdadeira. Provavelmente, quando a revista apresenta aspectos que não coincidam com o já estabelecido, ou que seja mesmo pouco distante daquilo em que se é costumado crer (e não o faz sem intenção), ela poderá levar à reação como esta: “*veículo de alienação popular*”.

#### LAMENTÁVEL

31 - Fiquei desolada com a mediocridade da notícia “Índio apita” (janeiro, pág. 26). Lamento muitíssimo ter dado essa entrevista. Mais uma vez, quem paga são os índios, desservidos pela notícia inconsistente e preconceituosa que foi publicada. DOMINIQUE T. GALLOIS, Antropóloga da USP

Também na carta acima, é possível observarmos a manifestação de antipatia: “*Fiquei desolada com a mediocridade da notícia ‘Índio Apita’*”. A autora é uma antropóloga que critica a matéria como ela fora publicada, após a sua entrevista. Isso mostra a indignação da entrevistada com a Superinteressante, em cuja redação, certamente, ocorreu a manipulação da linguagem, no momento da editoração, apresentando sentido outro ao que fora apresentado pela antropóloga. O discurso provém de uma especialista, autoridade no assunto (antropóloga da USP), portanto alguém a quem é outorgado o direito de dizer o que diz.

Usaremos o mesmo exemplo no quadro em que tratamos do discurso de autoridade, para verificar outros aspectos relativos a essa carta.

75 - Não entendi como Peter Singer mereceu uma reportagem elogiosa, com formulação de perguntas simpáticas a ele (O filósofo pop”, maio, pág. 84). Ora, alguém que é contra bebês, que apregoa o assassinato de crianças no local em que

elas se sentem mais seguras, é um perigo. Se essas idéias vigorassem, quem estivesse fora do padrão de beleza aceitável seria morto.

EHUSSON CHEQUER,

Por e-mail

De certa forma, a carta acima também é a manifestação de depreciação sobre uma matéria publicada na revista, pois o autor questiona a editora pela atitude parcial em relação à reportagem sobre Peter Singer: “*Não entendi [...] mereceu uma reportagem elogiosa com formulação de perguntas simpáticas a ele*”. E também comenta: “*Quem é contra bebês [...] é um perigo ou [...] quem estivesse fora do padrão de beleza aceitável seria morto*”. Podemos observar com estes enunciados que, além de demonstrar uma antipatia, é uma forma de crítica, de não-aceitação de um ponto de vista de um leitor. Isso também indica visões de mundo diferentes, formações ideológicas distintas, como veremos mais adiante em outro exemplo em que esta mesma carta foi citada.

Para a Superinteressante, é um sinal negativo, pois a crítica, a depreciação, o afastamento de leitores e o corte da assinatura implicam queda econômica. Ao contrário da relação de simpatia, a antipatia passa a ser um sentimento predominante a partir do momento de ruptura na relação entre o leitor e a revista em questão, desfazendo-se, assim, da cumplicidade que existia enquanto prevalecia a simpatia.

Sabemos, no entanto, que a apresentação das cartas com enunciados de manifestação da insatisfação não constituem, de todo, prejuízo para a revista, pois o número de cartas tecendo elogios é bem maior que o de descontentamento de leitores, como pode ser verificado nessa unidade. E a editora, ao publicar algumas (poucas) que demonstram desagrado por parte dos leitores, estaria conseguindo um efeito de sentido: o de conseguir um tom de veracidade, de realidade do que ocorre entre o editor e leitores.

Portanto, a publicação de cartas demonstrando antipatia também faz parte de um todo, com intenções determinadas: conseguir um efeito de seriedade, de veracidade por parte da Superinteressante. Afinal, a publicação de cartas apenas com elogios também poderia provocar um efeito de sentido não desejável: o da desconfiança por parte dos leitores. Afinal, existe um dito popular em relação a situações como essa: “Quando a esmola é grande, até o santo desconfia”. Nesse sentido, é necessária também a publicação de críticas à revista, para dar um efeito de honestidade, de seriedade, de fidedignidade por parte da editora.

## 4.2 Afloração de sentimentos

Como vimos na seção III, a “afloração de sentimento” é manifestação de sentimento ou da emoção, principalmente nas cartas de mulheres, que, por meio de uma linguagem carregada de subjetividade, deixam entrever a emoção. Conforme Westheimer (1989) citado por Lonardoni (2004), a linguagem feminina é uma linguagem emocional e de avaliação, ou seja, o uso de expressões, como: *gostei, amei adorei, não gostei*, além de explicitar a sua emotividade, serve para emitir uma avaliação daquilo que leu. E também a escrita da mulher serve para retratar a sua experiência de vida, sua experiência de ser mulher, segundo Schwantes, (2003), apud Lonardoni, (2004).

Esse tipo de escolha de repertório vocabular demonstra o posicionamento do indivíduo, preferências ou não. Vejamos, pois, algumas cartas, como exemplo desse fenômeno.

### AMOR, I LOVE YOU

11 - Espero você chegar todos os meses. Quando os dias se aproximam fico alerta, à sua espera. Meu coração dispara quando ouço dizerem: a SUPER chegou. Que alegria me percorre a alma. Não sei o que seria da minha vida sem você. Eu a amo.  
CRISTIANE CONDÉ.

### PAPAI NOEL

41 – Neste Natal, ganhei a coleção completa da SUPER em CD-ROM do meu pai. Sinceramente, nunca esperei por um presente – e nunca fiquei tão feliz com ele.  
ELLEN ARAUJO,  
Volta Redonda, RJ

Na carta 11, já com o título – “*Amor, I love you*” -, a autora personifica o objeto revista, tomando-o como se fosse alguém a quem se dedica o seu amor e a sua vida, estabelecendo, dessa forma, um vínculo íntimo entre ela e a revista. Também em “*meu coração dispara / espero você / não sei o que seria da minha vida sem você / eu a amo*” podemos observar uma forma de manifestação muito subjetiva, caracterizando um jeito típico de discurso das mulheres, nesse caso, em se tratando da revista, pois não observamos esse tipo de discurso nas cartas advindas de pessoas do sexo masculino. Eles também manifestam suas emoções, mas não através de uma linguagem “abertamente declarada”, sendo mais discretos.

A carta 41 também nós a incluímos no grupo das cartas que poderiam ser caracterizadas como afloração de sentimento. Embora a autora não se manifeste com palavras mais caracterizadas como da linguagem feminina, a expressão “*nunca fiquei tão feliz com ele*” pode ser considerada a manifestação de um sentimento muito grande, intenso, reforçada



por “*nunca e tão*”, o que pode implicar aqui uma intensidade. Ela pode ter experimentado já outras formas de felicidade, mas *nunca* um sentimento como esse, singular, tão intenso com o presente *coleção completa da SUPER em CD-ROM*

Se as cartas acima revelam escritas de mulheres, não só pela assinatura, mas também pela linguagem, a carta seguinte provém de um leitor do sexo masculino.

57 – Sabem a sensação de encontrar alguém que não vemos há tempos? Dá vontade de chorar de emoção! Foi o que senti ao ver o **Superpôster** com produções do Mauricio de Sousa. A renovação da minha assinatura está garantida.  
ALLISSON PAIXÃO, Por e-mail

Podemos enquadrar a carta 57 também nessa unidade de estudo, pois o enunciado – “*Dá vontade de chorar de emoção!*” - é a expressão da emotividade suscitada pelo pôster de Maurício de Souza, artista de revistas em quadrinhos, que encantou e cativou muitas crianças com seus personagens: Mônica, Horácio, Piteco, Bidu, Chico Bento e outros, e que, certamente, marcaram a infância do autor da carta, como podemos ver: “*sensação de encontrar alguém que não vemos há tempos*”. Demonstra, ainda, um sentimento de saudosismo, o que pode nos levar a crer que o enunciador é hoje um adulto, cuja infância viveu lendo revistas infantis.

Como já vimos acima, certas palavras caracterizam mais a linguagem feminina, não fazendo parte do repertório masculino. A linguagem sinaliza a influência que os adultos e o meio social exercem sobre os falantes ou escreventes, desde tenra idade, e, nesse sentido, mulheres e homens não falam da mesma maneira. Caso isso aconteça, o fato pode gerar até mesmo determinados preconceitos.

Podemos, finalmente, afirmar que as três cartas acima podem ser enquadradas no item da *afloração de sentimentos*, pois o uso de certas expressões são manifestações das coisas da alma, do coração, expressam sentimento, sensibilidade.

Ao apresentar esse tipo de carta – *afloração de sentimento* –, a revista está também fazendo a sua publicidade, insinuando que ela é algo fora do comum, que promove felicidades a muitos leitores. E a intenção da Superinteressante, nesse caso, é suscitar o desejo das pessoas que compram a revista esporadicamente de lerem mais assiduamente, ou também incentivar aqueles que já têm assinatura a renovar, ampliando, assim, a tiragem. Esse é o efeito desejado; basta observarmos que a editora em questão vive ofertando descontos para quem continua com a assinatura, quando não oferece premiações para aqueles que indicam um amigo para efetivar-se como novo assinante.

### 4.3 Tom confessional

O tom confessional, observado em algumas cartas, consiste na revelação da intimidade dos indivíduos, não muito usual, ainda que estejamos numa época mais avançada, o que poderá causar maior ou menor grau de surpresa, conforme os conceitos de moral vigentes numa sociedade. Isso varia de cultura para cultura, pois o que pode ser visto como escândalo numa sociedade mais tradicional teria repercussões diferentes em sociedades tidas como abertas, emancipadas. E também poderá variar de época para época, ou seja, um comportamento inusitado no passado poderá ser aceito com naturalidade em épocas atuais, como já vimos no capítulo anterior. Vejamos as seguintes cartas:

EM MÃOS

55 – Muito “prazerosa” a matéria sobre a masturbação (“O prazer em suas mãos”, fevereiro, pág. 74).

LEÔNIDAS SAÚDE, LEÔNIDAS SAÚDE, Por e-mail

A carta 55 é a manifestação da satisfação do leitor pela veiculação de uma matéria não muito discutida no meio social: *a masturbação*. Isso porque veio a veicular na revista um assunto que foi sempre interdito e, talvez, tenha trazido alguns esclarecimentos para o leitor, sobre crenças, mitos, verdades ou inverdades.

Segundo a revista (Fev/2004), a masturbação consistia em algo pecaminoso desde os tempos mais remotos. Era uma prática condenada, segundo a Bíblia, no Velho Testamento, pois, entre os hebreus, qualquer modalidade sexual que não resultasse em filhos era condenada. Para a Igreja Católica, cujos valores nortearam a sociedade ocidental por toda a Idade Média, a masturbação constituía pecado mortal. E, ainda hoje, a igreja condena essa prática.

Segundo a Superinteressante, ainda, na sociedade helênica, de notória permissividade sexual, a masturbação não era propriamente condenada; apenas seus praticantes eram alvo de chacota na aristocracia. Um cidadão não precisaria praticar tal ato, pois tinha à sua disposição escravas, prostitutas, mulheres de classe inferior.

Muitas crenças eram disseminadas sobre esse ato tido como proibido, principalmente pela igreja, circulando, comumente, sobre doenças que adviriam, desde a tuberculose até a loucura, quando não sobre a história da mão peluda.

Por volta de 1710, eram vendidos folhetos sobre doenças como pretexto para vender elixires e tônicos. Uma brochura anônima sobre uma doença inédita destacou-se das outras: “Onania ou o Pecado Infame da Desonra de Si Mesmo e Suas Terríveis Conseqüências para Ambos os Sexos, com Conselhos Morais e Físicos Endereçados Àqueles Que Já Sofreram os Prejuízos Desse Hábito Abominável” (Superinteressante, Fev., 2004, p. 77). Onania vem de Onã. Segundo o livro do Apócrifo (quer dizer escondido, aquele que está guardado), Onã deveria, após a morte de Er - seu irmão - engravidar Tamar (a cunhada) para trazer descendentes à família. Segundo o livro, ele derramou sêmem na terra. Mais uma vítima fatal de Deus. Masturbou-se ou não, o seu crime foi ameaçar toda uma linhagem que geraria David, Salomão e, mais tarde, Jesus. Desta forma, observamos que praticar ou mesmo falar em tal ato eram atitudes condenadas pela sociedade. Desde os tempos remotos e, de certa forma, até hoje persiste a idéia do pecado, com exceção de Freud e de alguns estudiosos da Biologia, que apresentam os aspectos positivos, sem enveredar nos campos da religiosidade, no mundo moderno.

E como algo pecaminoso para muitos, ainda, certamente, esse tipo de assunto jamais seria veiculado pelos meios de comunicação expressos, pois constituía um assunto proibido, interditado. Como vimos em Foucault (2003), falar sobre os prazeres do sexo não era nada convencional, nas sociedades burguesas. Era algo que deveria ser calado, interditado. A não ser em certas ocasiões em que se processava a confissão, pois esta constituía o momento de relatar a um religioso todos os desejos, que eram considerados pecaminosos, perniciosos, incluindo, principalmente, os relacionados com o sexo.

Na sociedade moderna, a partir do final do séc XX, porém, algumas barreiras foram superadas, permitindo-se falar mais abertamente sobre o sexo, principalmente quando se trata de esclarecer os jovens sobre as doenças como a aids e outras sexualmente transmissíveis. A necessidade de informar a sociedade sobre esses males tem levado os diferentes segmentos sociais – escolas, comunidades religiosas, sociais, e outros – à busca de meios de prevenção das doenças, através da conscientização dos indivíduos. Logo, de certa forma, é algo sobre que cabe às instituições falar, porque as famílias, em geral, ainda estão presas a certos tabus, não conseguindo se libertar de alguns preconceitos do passado, que as leva a se calar, não falando de assuntos sexuais de forma aberta com os filhos.

Ao se manifestar como muito “prazerosa”, a matéria sobre masturbação, a palavra prazerosa, entre aspas, pode nos conduzir a duas interpretações; pois pode tanto levar a entender que a matéria sobre masturbação é algo interessante, e, por outro lado, a masturbação em si ser algo que causa prazer. Caso o autor da carta dissesse apenas “muito boa a matéria

sobre a masturbação”, o efeito já não seria o mesmo. A utilização da palavra “*prazerosa*”, entre aspas, pode ser uma forma de relacionar masturbação com o prazer, portanto.

Ao utilizar as aspas, o enunciador procura chamar a atenção do interlocutor para o fato de estar empregando a palavra que ele está aspeando. Delega a ele, dessa forma, a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando a sua atenção e abre uma brecha em seu próprio discurso (Maingueneau, 2001). Pelo uso de aspas, entendemos como uma indicação de lacuna a ser preenchida, e, em contexto, pode gerar uma série de sentidos diversificados, que não serão mencionados no momento por não constituírem interesses nessa unidade de trabalho.

Em relação à carta analisada, podemos observar que muitas coisas no passado não podiam ser ditas, assim como certos atos foram interditados, e assim continua ainda hoje, conforme o que vai ser dito. A predominância de determinados mitos e crenças conduziu o homem a certas práticas, ao longo da história, e nem à luz das ciências conseguiram mudar os conceitos instituídos. Daí, que o homem está intimamente ligado a certos preceitos religiosos, e as ciências nem sempre conseguirão alterar certas condutas da sociedade, pois a ideologia religiosa cristã é determinante nas sociedades modernas, por vezes mais intensamente, outras vezes sutilmente, menos marcante.

#### Super Seda

63 - Há poucas semanas fiquei sem o papel de seda que utilizo para enrolar meus cigarros de maconha. Lembrando que a SUPER sempre defendeu a natureza, utilizei uma página da última edição para confeccionar o “baseado”. Após fumá-lo senti dores de cabeça e ânsia de vômito. Fumo maconha há quatro anos e isso nunca havia acontecido. Associei o ocorrido ao papel da SUPER. É seguro fumar uma página da revista? WILLIAM DA MATTA, Por e-mail

Na carta 63, o autor faz uma revelação, a de ser usuário de droga (“*Fumo maconha há quatro anos*”) ao mesmo tempo em que questiona a revista se o papel impresso traz malefícios à saúde, quando utilizado para fumar o “baseado”, como aparece no próprio texto. Tal atitude, o de revelar ser usuário da maconha, certamente causaria espanto se fosse tomada perante os pais ou pessoas de sua comunidade, que têm como princípio abominar o uso de drogas, pelo fato de elas causarem danos à saúde e comprometer a integridade moral dos indivíduos. Considerando esses aspectos, a carta pode ser considerada um meio de dialogar, de interação, num tom confessional, na qual um dos interlocutores revela uma atitude, convencionalizada como ilegal, principalmente em sociedades como a nossa. Talvez, isso não causasse qualquer surpresa em países onde o uso deste tipo de droga fosse legalizado e a sua comercialização ocorresse num mercado aberto, como ocorre em alguns países da Europa.

O uso da palavra “baseado” (*gíria*), embora seja difícil alguém desconhecê-la, pode funcionar como eufemismo, pois “maconha”, muito comumente consumida pelos jovens, inspira-nos um sentido de algo proibido por lei. E “baseado” constitui também uma linguagem mais comum entre os jovens.

91 – Sou homossexual e vivo uma relação estável há três anos. Não sabia quase nada sobre meus direitos. Essa edição marcou minha vida, e vou guardá-la para sempre.  
Daniel Rosa

Da mesma forma, a carta 91, por sua vez, constitui também uma revelação da intimidade do autor, que demonstra fazer uma confissão sobre a sua sexualidade, o que em nossa sociedade não é ainda aceito com naturalidade, pela sua visão preconceituosa: *Sou homossexual*. E, juntamente com a declaração “*Não sabia quase nada sobre meus direitos*”, o autor faz uma espécie de dupla confissão, ao revelar sobre a sua sexualidade e também pelo fato de desconhecer seus direitos na condição de homossexual. Isso sugere ser um assunto que sofre a interdição, mantido no silêncio, pois a sociedade poderia não entender e aceitar tal escolha. Sabemos, pois, que o preconceito é um fato muito marcante em nossas sociedades, o que afirma a ideologia da segregação.

Dessa forma, o autor da carta se sentisse, talvez, mais à vontade ao interagir com o autor da seção de cartas, que é alguém desconhecido, que com qualquer pessoa de sua comunidade, para evitar eventuais constrangimentos.

O homossexualismo, como a infidelidade, o casamento sem o consentimento dos pais ou a bestialidade, tudo isso era visto como atitude pecaminosa e poderia, também, ser condenado pelo tribunal, no passado (Foucault, 2003). E a confissão consistia em uma forma de “aliviar-se” da culpabilidade desses atos. A confissão foi e permanece, ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Apesar de a confissão permanecer engastada na prática da penitência, a partir da Contra Reforma, da pedagogia século XVIII e da Medicina do século XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva. A confissão passou a ser praticada em uma séria distinta de relações, ou seja, entre pais e filhos, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinqüentes e peritos, cada qual com um fim distinto. A confissão deixa apenas de ser o dizer o que foi feito, mas sim o como, para se tornar um meio de reconstituir os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. Dessa forma, a sociedade, pela primeira vez, inclinou-se a ouvir a confidência dos prazeres individuais (Foucault, 2003).

Nessa perspectiva, a carta acima poderia ser considerada uma forma de confissão, pois o autor expressa a sua sexualidade para a revista. Através de maior ou menor número de

cartas recebidas e através do conteúdo destas, é possível descobrir qual o interesse dos leitores em determinados assuntos, para, posteriormente, a editora lançar artigos conforme a repercussão obtida. Sabemos, pois, que a revista faz uma pesquisa com fins de descobrir o que é de interesse do público leitor, para buscar novas matérias, novos textos, ou aprofundar-se mais naquilo que já fora publicado. E pelo imenso número de cartas recebidas, relativas ao casamento gay, como atesta a própria editora posteriormente, é indício de que o assunto despertou interesse nos leitores.

#### 4.4 Discurso de autoridade

Dentre as cartas analisadas, mais especificamente, do discurso de autoridade, observamos a fala direta de um representante de dada área de conhecimento a quem é delegado o direito de falar e afirmar determinados pontos de vista, diante da posição sócio-cultural detida pelo falante, o que também vem a conferir um certo grau de credibilidade. Nesse caso, pudemos conferir a noção de legitimação, que significa que o sujeito-falante entra em um processo de discurso que deve conduzir a que reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz. E essa legitimidade pode derivar tanto de uma situação de fato (como em uma conversa amigável, todo locutor tem direito à fala sob certas condições conversacionais), quanto do lugar que lhe é conferido institucionalmente (a fala de um professor, de um político), conferindo autoridade de saber.

Vejamos, pois, as cartas que incluem nessas características, e que advêm, na maioria dos casos, de pessoas especialistas que fazem críticas ou observações sobre determinados assuntos de teor científico, religioso e antropológico:

25 – A ciência não consegue compreender a homeopatia porque insiste em analisá-la usando parâmetros da alopatia. Como entender algo que é composto de energia, e não matéria, com espectômetros de massa e análises químicas? ALEXANDER JORGE SALIBA, Homeopata, por e-mail.

27 – A medicina trouxe avanços inegáveis. Porém não se deve atribuir aos antibióticos e às vacinas a queda vertiginosa da mortalidade infantil ocorrida nos últimos 200 anos. Ela deveu-se ao acesso melhor e à alimentação adequada, infraestrutura médico-sanitária e outros fatores sócio-econômicos culturais. JOÃO RICARDO YAMASITA, Homeopata e acupunturista, por e-mail.

Nas cartas 25 e 27, os autores são especialistas em homeopatia, autorizados, portanto, a falar sobre o assunto, e o fazem de um determinado lugar social, como autoridades a quem lhes é outorgado o direito de falar, o que confere um sentido de veracidade ao discurso pronunciado.

Nas duas cartas há uma recusa da avaliação da homeopatia segundo a visão da medicina tradicional, alopática; a 25 rejeita medidas ortodoxas para analisar a homeopatia, alegando que os parâmetros da primeira não seriam adequados para avaliar a segunda, ou seja, a medicina alopática ou ortodoxa utiliza-se de conhecimentos científicos, que tendem à cura de doenças, apelando-se às especificidades de diferentes áreas, porque estuda o corpo em partes, enquanto que a homeopatia procura a cura das doenças, levando em conta a sua visão holística, o corpo humano como um todo, incluindo a forma de vida e a influência do meio: *A ciência não consegue compreender a homeopatia porque insiste em analisá-la usando parâmetros da alopatia.* A homeopatia, uma medicina que busca a cura através de uma terapia alternativa vem ganhando campo nos dias atuais. E observamos, aqui, que se trata de duas linhas distintas da medicina; são áreas do saber, cada qual com uma filosofia diferente e metodologias distintas na busca da cura de doenças.

A medicina ortodoxa, com a ajuda da tecnologia, é capaz de detectar e curar doenças com a ajuda de especialistas das mais diversas áreas, cada qual atuando com um conhecimento em profundidade. Sofrendo a influência da filosofia de Descartes, a medicina passou a estudar o corpo em cada uma das partes, como se fosse uma máquina, para entender o todo.

Já os homeopatas seguiram a filosofia de Hipócrates (pai da medicina), para quem o equilíbrio e a saúde do corpo estão ligados ao ambiente em que vivemos; não somos máquinas, mas organismos vivos, cheios de partes interdependentes. Para a Homeopatia, “não existem doenças e sim doentes”, segundo o médico inglês, Edward Bach, que desenvolveu os florais de Bach (Superinteressante, Fev, 2004, p. 54). Em alguns países como no Canadá e na França, 70% dos doentes recorrem ao tratamentos não convencionais.

No Brasil, os médicos convencionais nem sempre vêem a prática da medicina homeopática com bons olhos, pois a visão do homem como um todo nem sempre se coaduna com a filosofia que se atêm às partes. São poucos os médicos que acreditam na eficiência da homeopatia, pois, para a maioria, ela constitui um empirismo não-científico, e os seus métodos de cura não são nada convincentes, incluindo os remédios que são considerados placebos. No entanto, há profissionais da saúde que procuram hoje ampliar o conhecimento

também nessa área para complementar a sua prática convencional, conjugando duas maneiras na busca da cura de doenças, já que o homem é composto de corpo e mente.

E o leitor-autor da carta 25, com o enunciado “*Como entender algo que é composto de energia, e não matéria, com espectômetros de massa e análises químicas?*” deixa claro que a prática da medicina homeopática adota outros parâmetros para tratar da saúde, e, como especialista da homeopatia, manifesta a sua indignação em relação à matéria veiculada na revista, que divulga a inexistência de estudos profundos sobre os reais efeitos da homeopatia.

A carta 27 também vem de um leitor que fala em defesa da homeopatia; este reconhece que a medicina tradicional tenha avançado, mas, como homeopata, ele analisa o todo, numa visão holística, não cabendo tão somente a ela a queda da mortalidade infantil, como podemos observar: “*Porém não se deve atribuir aos antibióticos e às vacinas a queda vertiginosa da mortalidade infantil ocorrida nos últimos 200 anos*” E, ainda, “*Ela deveu-se ao acesso melhor à alimentação adequada, infra-estrutura médico-sanitária e outros fatores sócio-econômicos e culturais*”.

Pelo enunciado, podemos entender que o advento do uso de antibióticos é, de maneira geral, reconhecido como a era dos avanços na medicina, pois, com eles, muitas doenças foram solucionadas, e hoje a sua aplicação é feita em alta escala.

Podemos acreditar que o depoimento do autor da carta, certamente, apresenta fatos reais, e demonstra reconhecer os avanços da medicina, como também reconhece que outros fatores sócio-culturais e econômicos influenciaram na queda da mortalidade. Além dos fatores apresentados, como alimentação adequada, infraestrutura, medicina-sanitária e outros, permitindo-nos inferir que poderiam ser: o trabalho das pastorais da igreja católica (autoria de Zilda Arns, as investidas das ONGs, e outros tantos projetos sociais que vêm sendo difundidos na sociedade com vista à diminuição da mortalidade infantil. Logo, o autor-leitor não aceita a atribuição de mérito ao uso de antibióticos exclusivamente como efeito na queda de mortalidade nos últimos tempos: *não se deve atribuir aos antibióticos e às vacinas a queda vertiginosa da mortalidade infantil*. Aqui, ele manifesta a sua opinião, e deixa-nos entrever que a homeopatia também se inclui nessa lista de benefícios à saúde. Logo, a carta é proveniente de um conhecedor da área, de um especialista, portanto, seu discurso detém um caráter autoritário.

Vejamos, pois, a posição da revista em relação à homeopatia. É uma carta em resposta (réplica) a uma leitora, que também defende a homeopatia, mas que não será citada aqui, porque estamos tratando de discurso de autoridade, e ela não se enquadra nesse contexto.



S

23 - Lauren, o fato de uma terapia ser antiga não significa necessariamente que ela seja eficiente. Há que se levar em conta o avanço do conhecimento. A propósito, a homeopatia, que foi considerada por uma de nossas fontes um placebo, não é milenar.

Isso deixa claro que a revista em questão divulgou uma especialidade da medicina – alternativa -, colocando em dúvida sua eficiência de cura : “*Lauren, o fato de uma terapia ser antiga não significa necessariamente que ela seja eficiente*”, ou ainda, “*a homeopatia, que foi considerada por uma de nossas fontes um placebo*”. Tais declarações demonstram que a matéria publicada sobre a homeopatia foi abordada como sendo algo que não merecia credibilidade, o que, certamente, incitou a revolta de especialistas no assunto, levando-os a escrever cartas, para esclarecer alguns aspectos não explicitados, ou para expor pontos de vista divergentes.

Vejamos mais uma carta que se enquadra nesta unidade.

LAMENTÁVEL

31 - Fiquei desolada com a mediocridade da notícia “Índio apita” (janeiro, pág. 26). Lamento muitíssimo ter dado essa entrevista. Mais uma vez, quem paga são os índios, desservidos pela notícia inconsistente e preconceituosa que foi publicada.  
DOMINIQUE T. GALLOIS, Antropóloga da USP

Na carta 31, porém, embora o discurso seja de uma autoridade, é mais uma manifestação da decepção de uma pesquisadora (por isso, citada também na unidade da antipatia) que lamenta haver dado uma entrevista sobre os índios Wajãpis, e que a revista tenha distorcido a entrevista, produzindo um efeito de sentido outro, não imaginado pela autora da carta, como podemos ver em: “*Fiquei desolada com a mediocridade da notícia ‘Índio apita’*”. Tal entrevista aparece, ocupando menos que a metade da página, e, certamente, o texto foi submetido a cortes, e a publicação tenha sido feita de acordo com o interesse da editora. Observamos, com isso, que, além de a carta fazer parte da citação de autoridade, ela sugere, pelo corte, a manifestação da ideologia presente na mídia, no momento da editoração. Em outras palavras, o corte da entrevista deixa claro que a revista manipula o conteúdo para fins desejados, e não para trazer informações dadas pela entrevistada

Não sabemos exatamente o que foi dito pela antropóloga no todo de sua entrevista, mas, na publicação, consta que os índios Wajãpis, do Amapá, tiveram suas expressões gráficas e orais reconhecidas como Obra Prima do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, pela Unesco. Eles se destacam pelas histórias que contam sobre a criação do mundo e dos homens, que nunca são iguais, segundo Dominique Gallois, belga, que trabalha

há 25 anos com os Wajāpis. As pinturas desses índios também não se repetem. A partir de 26 padrões básicos, que representam coisas e bichos, eles criam, fazendo várias composições, com o nome de *kusiwar*. A Superinteressante comenta sobre a possibilidade de vermos as pinturas desses índios em camisetas, vendidas nos shopping centers, o que, para a antropóloga não constituiria um final feliz (Superinteressante, Jan/2004).

#### AYURVEDA

111– As técnicas de tratamento do *panchakarma*, desde que realizadas por profissionais competentes e com a escolha adequada de óleos e ervas, são agradáveis e confortáveis (“Ayurveda”, agosto, pág.52). Bem distantes do pesadelo que a reportagem descreveu. CÉSAR DEVEZA, Clínica Ayurveda YAM

A carta 111 também é a expressão de uma especialista, que opina sobre um tratamento de saúde por métodos naturais: “[...] *tratamento do panchakarma, desde que realizadas por profissionais competentes [...] são agradáveis e confortáveis*”. E observamos também que a autora da carta faz uma crítica indireta à revista, pois esta, em sua opinião, teria veiculado a matéria sobre a medicina ayurvédica de forma que não coincidissem com a opinião da especialista, como podemos observar em: “*Bem distante do pesadelo que a reportagem descreveu.*”

Ao utilizar-se do termo “*do pesadelo*”, o leitor-autor da carta acima demonstra um alto grau de discordância em relação ao que fora publicado.

Para nos situarmos no assunto, a ayurveda originou-se na Índia e é considerada uma das medicinas mais antigas do mundo. A principal preocupação da ayurveda é o que fazer para equilibrar a saúde. Palavra provinda do sânscrito, *ayus* significa *vida*; por *veda* entendemos como *conhecimento*. É uma medicina criada há mais de 3000 aC. Para entendê-la, é necessário um grande aprofundamento na história e na filosofia desse modelo. No vale do rio Indo (Índia) existiu uma grande civilização – a cidade de Mohenjo Daro -, que surpreendia pelo seu aspecto moderno. O que mais surpreendeu, no entanto, foram as suas instalações sanitárias e lugares adequados para lixo que estavam em quase todas as casas. Ela contava com sistemas de esgotos e água tão avançados quanto os do Império romano, que surgiu 2500 anos depois. Não só de religião tratam os *vedas*, mas também da medicina. Alguns profetas fazem práticas médicas que apelam para rituais mágicos.

Os monges budistas tiveram influência na divulgação da medicina ayurvédica e propiciaram intercâmbio com a medicina chinesa. A acupuntura, por exemplo, era ensinada nos mosteiros budistas. Em algumas publicações indianas, escritas entre 2 aC e dC., são descritos os conhecimentos de anatomia, fisiologia, fisioterapia e cirurgia que formam o

substrato do ayurveda. O destino desse conhecimento tão avançado vai findar com a invasão dos muçulmanos, entre o século 10 e 12. E só no século XVI, quando o imperador Akbar ordena a compilação do conhecimento indu, a tradição ayurvédica vai ser resgatada. E quando os ingleses ocupam a Índia (sé. XIX), só as práticas médicas ocidentais são reconhecidas como legítimas. Mas, com Mahatma Gandhi (meados do séc.XX), a busca pela medicina ayurvédica é estimulada. Hoje existem aproximadamente 400 mil médicos ayurvédicos em toda a Índia, com uma universidade especialmente para essa medicina. A ayurveda está disseminada por todo ocidente, nas perspectivas histórica, antropológica, sociopolítica, econômica, literária, biomédica, farmacológica. Isso porque a ayurveda baseia-se numa concepção holística do mundo, na qual o todo não se resume à soma das partes (Superinteressante, Ago., 2004, p. 52-59).

Diante da matéria publicada sobre a medicina ayurvédica, o autor da carta 108 manifesta a sua opinião afirmando: *“desde que realizadas por profissionais competentes e com a escolha adequada de óleos e ervas, são agradáveis e confortáveis.”* Esta também pode ser incluída na citação de autoridade, pois é um discurso de um especialista da área da medicina não-convencional, e, talvez por isso, pouco conhecida no mundo ocidental, o que vem, por vezes, trazer opiniões controversas: *“Bem distantes do pesadelo que a reportagem descreveu”*. Isso implica que a revista, mais uma vez, abordou de maneira tendenciosa um assunto. Como já observamos, na seção I, há problemas quando se editorializa demais em detrimento do fato científico em si, ou também porque o fato científico pode ser divulgado em poucas linhas, sem grande aprofundamento (Amaral, 1978). Tudo isso faz com que uma matéria venha a ser publicada ora na incompletude, e portanto surtindo efeito nem sempre esperado, ora distorcida da visão que os leitores detêm de determinados assuntos.

#### 4.5 Discurso ideológico

O discurso ideológico, como já vimos na seção III, é a manifestação da visão de mundo de uma determinada classe social (um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo). E como as idéias não existem fora dos quadros da linguagem (verbal e não-verbal), essa visão de mundo não existe

desvinculada da linguagem. Logo, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva. (Fiorin, 1990).

Nos exemplos abaixo, veremos que a ideologia está presente em diferentes discursos de cunho religioso, político, científico, social, educacional e outros discursos nos quais a ideologia se manifesta ora de forma muito clara e ora de forma opaca, não transparente, o que sugere implicações de ordem não apenas lingüística.

#### ELE É BOM

08 - Ao ler a reportagem “O que está acontecendo com os Estados Unidos?” (outubro, pág. 74), ficou claro para mim que nem sempre a SUPER opta por reportagens “em que o leitor não consegue descobrir a crença pessoal do repórter”. Várias atitudes estadunidenses foram maquiadas para aliviar a barra do país. Renan Piccoreti, Vilha Velha, ES.

Na carta 8, por exemplo, o leitor afirma que as reportagens nem sempre parecem ser neutras, ao contrário, são com pareceres tendenciosos, parciais: “*nem sempre a SUPER opta por reportagens em que o leitor não consegue descobrir a crença pessoal do repórter*”. Isso implica que, para o leitor-autor da carta, o repórter, desta vez, deixa entrever a sua ideologia, omitindo dados verdadeiros, para favorecer os Estados, como podemos observar em : “*Várias atitudes estadunidenses foram maquiadas para aliviar a barra do país*”. Com isso, no entender do autor da carta, o repórter é partidário da política dos Estados Unidos; com “*Várias atitudes[...] foram maquiadas*”, representa que as verdades nem sempre apareceram, o que lhe desperta um sentimento de indignação ou de revolta. É possível, também, que o enunciador seja, como tantos outros, mais uma pessoa que deprecia a política econômica norte-americana, a ideologia capitalista, a ideologia competitiva, o discurso de dominante, e daí a razão de sua crítica.

Podemos observar que o autor da matéria, Denis Russo Burgierman, conivente ou não com a política dos Estados Unidos, não demonstra haver escrito de forma a “*aliviar a barra do país*”. Apenas, numa passagem do texto, o jornalista questiona qual o país que não declara guerra senão por interesses econômicos, como discutiremos mais adiante. Em muitas passagens, o jornalista até ironiza alguns comportamentos dos Estados Unidos. A exemplo disso, temos que os Estados Unidos nasceram sob a opressão imperial britânica. “Império, no imaginário dos Estados Unidos, é sinônimo de perseguição religiosa, de impostos extorsivos, de leis injustas” (Superinteressante, Out/2003, p. 77). E continua, ainda, que a lógica americana é a lógica da liberdade, seja de liberdade individual, de expor uma opinião, de se organizar, liberdade econômica e outras. E continua o jornalista que, para derrubar impérios, os Estados Unidos financiaram grupos pró-independência e antimonárquicos, atacando, por

exemplo, a Espanha e tirando dela Cuba, Filipinas e Porto Rico (1898) em nome da destruição dos velhos impérios. O combate aos impérios pelo mundo não constituía apenas uma postura ideológica, inatacável, justa e simpática, mas também uma questão econômica, um modo de abrir mercados. E comenta, também, que sendo a história cheia de ironias, começou aí a grande contradição americana, pois o país antiimperialista por excelência começou a agir como império. As forças americanas massacraram rebeldes nacionalistas das Filipinas, causando muita polêmica entre vindicatistas e exemplaristas (Superinteressante, 2003).

Havemos, aqui, de esclarecer esses dois termos. *Vindicatistas* é um nome dado aos americanos que, convencidos de sua superioridade sobre outras nações, acreditam que os seus valores superiores devem ser reconhecidos nem que seja à força, e *exemplaristas* é um nome dado àqueles americanos que acreditam na necessidade de exercer os valores superiores americanos, para que o mundo assista a eles e os copie, como um exemplo a ser seguido. E, afirma o jornalista, que George Bush (pai) é claramente um vindicatista e também que os americanos, salvo raríssimas exceções, discordam da superioridade americana.

Aparentemente, pela matéria, o seu autor não demonstra ser partidário da política externa americana, apenas observa que não apenas os americanos possuem esse espírito de superioridade, citando Jean-François Revel, autor de *A obsessão Antiamericana*, que também afirma serem os seus conterrâneos megalomaníacos.

Ainda sobre Denis Russo, o autor da matéria, ele afirma que nos Estados Unidos, ainda que a democracia vigorasse internamente, as relações internacionais sempre foram regidas pela velha lei do mais forte (Super, 2003). Isso implica dizer que os Estados Unidos nunca deixaram de investir em armas, apelando a atitudes das mais violentas, se necessário, para impor a tão propalada “democracia”, principalmente em relação a países considerados mais frágeis.

Segundo Noam Chomsky, provavelmente o mais radical dos autores da esquerda americana, os Estados Unidos, sempre irão invadir os países pobres e sem poder de reação para proteger seus interesses, abrir mercados e garantir matéria-prima, especialmente o petróleo. (Superinteressante, 2003).

Apenas, para uma demonstração de que, de certa forma, o discurso do jornalista não constitui apenas comentário de fatos ocorridos, podemos citar algumas passagens em que ele questiona, tais como: “*Ainda que se parta do princípio de que a Guerra do Iraque foi injusta, que guerra foi justa? Ainda que acreditemos que os Estados Unidos têm sido arrogantes e autoritários na relação com os mais fracos, qual nação poderosa foi mais humilde que eles? Ainda que aceitemos a acusação de que a guerra foi feita por interesses econômicos, que*

*outro país na história, sendo mais forte militar e economicamente, deixou de exercer seus interesses? Qual é o pecado americano?”* (Superinteressante, 2003, p. 78). Quando essas perguntas são direcionadas para os leitores, o autor da matéria demonstra estar, de certa forma, amenizando o peso da culpa pelas atitudes do governo americano, livrando-o das muitas acusações feitas aos Estados Unidos, ou mesmo como uma forma de alívio da carga que carregam os norte-americanos quando estão em países estrangeiros, quando coloca outros países ao mesmo nível, demonstrando certas maneiras de agir por determinados interesses, Poderíamos, então, afirmar que, por um lado, além do reconhecimento de falhas, Denis Russo coloca-se em estado de defesa contra possíveis acusações que podem advir de julgamentos de pessoas antiamericanas; por outro, não exime os Estados Unidos da culpabilidade de muitos acontecimentos no mundo.

Quanto ao leitor-autor da carta 08, ao afirmar que “*Várias atitudes estadunidenses foram maquiadas para aliviar a barra do país*”, não estará de toda forma incorreto, pois sabemos, como já observado no capítulo 3, o próprio ato de editar é a manifestação de uma ideologia, pois, pelo fato de escolher o que deve ou não ser publicado, demonstra que não existe neutralidade, pois os discursos são instâncias onde se manifestam as diferentes ideologias.

E também, mesmo que, na maioria das vezes, o leitor acredite que o repórter não manifesta a sua ideologia, há na verdade um sujeito ideológico, cuja linguagem deixa entrever a sua visão de mundo. Como observa Fiorin (1990), no mundo de produção capitalista, a ideologia dominante é o da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante. Nessa perspectiva, ao repórter que está subjugado à direção da revista, não resta senão adequar a linguagem e a sua matéria de acordo com a vontade desta, de acordo com a ideologia que rege a imprensa como uma instituição. Caso contrário, o seu emprego é colocado em risco.

Vejam, agora, a ideologia religiosa manifesta em outros discursos.

#### O PAPA NÃO

33 – **Superpolêmica** sempre se caracterizou por conter teses ousadas e bem sustentadas, entretanto, ao degradar a imagem imaculada do papa João Paulo II (janeiro, pág. 98), foram usados tese e argumentos absurdos.

ROGER CARPES PONTEL,  
Cruz Alta, RS

34 – Quem não se enquadra nas regras do catolicismo - ao defender, por exemplo, o fim da proibição das camisinhas ou o sacerdócio feminino – deve rever seus conceitos ou não pode participar da Igreja.

FELIPE KANAREK BRUNEL,  
Criciúma, SC

35 – Quando condena o papa por negar o sacerdócio às mulheres, a senhora Maria José Rosado Nunes se esquece de que Jesus Cristo sagrou homens, e não mulheres.  
MARIA TERESA GARCIA,  
Por e-mail

O autor da carta 33 fica insatisfeito com a matéria publicada, em que deixa entrever uma crítica ao ex-Papa João Paulo II : “*Superpolêmica sempre se caracterizou por conter teses ousadas e bem sustentadas, entretanto, ao degradar a imagem imaculada do papa João Paulo II, foram usados teses e argumentos absurdos*”. Embora a Superinteressante seja bem vista pelo enunciador da carta (*sempre se caracterizou por conter teses ousadas e bem sustentadas*), deixa muito claro o seu desagrado, desta vez, pois a revista denegriu a imagem do Papa, que é considerado, pela Igreja católica, o representante máximo de Cristo na Terra, uma pessoa santa, sem mancha, portanto.

A idéia de um ser humano, suscetível a erros não é levado em consideração, certamente, pelo enunciador. Mesmo, levando em consideração os erros cometidos pelos papas anteriores ou pela igreja católica no passado, motivos que levaram o Papa João Paulo II a pedir perdão a todas as nações, não se permite a muitos fiéis admitir críticas ao Papa. O Papa constitui, pois, o sucessor de Pedro a quem foi legada a Igreja.

Esse fenômeno recebe o nome de mitificação; em outras palavras, através da repetição, certos sentidos de expressões vão se cristalizando, impedindo ou dificultando, assim, a desconstrução dos sentidos mitificadores. Isso possibilita a manutenção de uma dada hierarquização social (Voese, 2004). Desta forma, o reconhecimento do Papa como santo pelos fiéis católicos exime-o de qualquer crítica que possa denegrir a sua imagem.

O mesmo ocorre com as cartas seguintes – 34 e 35 -, que são manifestações de pessoas católicas, que não aceitam críticas apresentadas na revista contra sua igreja. Na carta 34, por exemplo, podemos observar que a ideologia religiosa está bastante clara, com a manifestação do autor em: “*Quem não se enquadra nas regras do catolicismo – ao defender, por exemplo, o fim da proibição das camisinhas ou o sacerdócio feminino – deve rever seus conceitos ou não pode participar da igreja*”. Aliás, a igreja sempre teve uma função marcante na veiculação das ideologias, assim como a escola, a comunidade e outros meios, como observou Althusser (2003).

A proibição do uso de camisinha é um fato evidente na igreja católica, principalmente, pois esta prática vai contra o princípio que defende o direito à vida. Assim como ocorre com o uso da pílula, que é condenada pela igreja católica. O ponto de vista desta é o mesmo que o de muitas outras religiões cristãs. Há, porém, uma divergência de opiniões

entre os fiéis católicos, pois uns defendem o direito da não-concepção e o da proteção de doenças com o uso de camisinhas, mas não é o caso do autor da carta 34, que demonstra ser muito comprometido com as leis impostas pela igreja, com o instituído, e que não aceita a mudança daquilo que, ao longo dos anos, o catolicismo veio pregando: a proibição do uso de camisinhas como anti-conceptivos, porque, para a igreja, a aceitação da camisinha, mesmo que fosse com a finalidade única de proteção contra doenças, iria contra seus princípios, o que poderia implicar condução dos indivíduos à prática do sexo livre. Vejamos, pois, as palavras de Dom Eugênio Sales: “Quem prefere assegurar a vida, mesmo não sendo cristão, pratica a abstinência sexual ou decide firmemente por um parceiro único e imune ao vírus” (JB Online, 30/09/2002). Nesse sentido, para a igreja católica, o uso de camisinhas vai contra seus princípios, mesmo com a finalidade de proteção da saúde; e esta deve ser preservada através da abstinência sexual ou da escolha de um parceiro único livre da aids.

Ainda na carta 34 e também na 35, há uma manifestação do desagrado pela crítica ao Papa e à Igreja Católica por negar o sacerdócio às mulheres: *“ao defender [...] o sacerdócio feminino – deve rever seus conceitos ou não pode participar da igreja / Quando condena o papa por negar o sacerdócio às mulheres, a senhora Maria José Rosado Nunes se esquece de que Jesus Cristo sagrou homens, e não mulheres”*.

Segundo a Bíblia, Cristo sagrou os homens ao sacerdócio, implica dizer que Ele escolheu os homens para serem seus apóstolos. Isso, talvez, porque às mulheres cabia os cuidados da casa, da família, e não era costume mulheres se exporem fora do lar. Essa tradição foi preservada até hoje pela igreja católica, mas não se deve apenas a isso, havendo, certamente, implicações de ordem religiosa quanto ao exercício do sacerdócio por mulheres. Mas o conceito da inferioridade do sexo feminino é algo superado tanto na igreja como no mundo afora, pois elas exercem diferentes papéis de importância na sociedade, como podem hoje assumir o papel de ministras, um cargo que a igreja lhes concedeu, com alguns deveres a cumprir na escala religiosa da Igreja Católica, não lhes permitindo, no entanto, o direito de consagrar a comunhão. Logo, é uma prova de que a própria igreja já mudou a sua concepção em relação à mulher. O reconhecimento da importância de sua participação na vida social e econômica é algo superado.

E, embora haja o reconhecimento da emancipação da mulher no mundo moderno, há ainda aqueles católicos tidos como tradicionais, conservadores, cujos conceitos ainda estão arraigados em certos mitos e rituais legados pelo passado, e que acreditam não haver necessidade de mudanças, pois, para eles, o que está instituído é verdadeiro, e seguem todo o ritual prescrito pela igreja desde tempos remotos. Para alguns, ainda, o espaço da mulher é o



lar, enquanto que o do homem, o trabalho fora. Podemos observar, aqui, a manifestação de um universo ideológico que considera a família a célula básica da sociedade, que vê os papéis sociais com naturalidade, que apregoa que cada um deve aceitar a sua situação social, (Fiorin, 1990), não havendo necessidade de mudar o instituído.

Em todas as cartas, observamos que os enunciadores são católicos convictos, conformam-se à ideologia da igreja católica, rejeitando quaisquer críticas a sua religião, principalmente quando se trata de denegrir a imagem do Papa.

Também as cartas que sucedem (43-44) são manifestações da ideologia religiosa, só que, desta vez, de evangélicos, como podemos observar:

#### EVANGÉLICOS

43 – Sou evangélico há quatro anos e sempre me entristeci com a maneira debochada e o desdém que muitas publicações dedicam à minha fé (“Evangélicos”, fevereiro, pág.52). fico muito grato pela maneira como o assunto foi abordado na SUPER, com clareza e imparcialidade. ROGÉRIO DE ANDRADE, São Paulo, SP

45 – De maneira preconceituosa, a reportagem ignora que o crescimento evangélico beneficia a sociedade e as pessoas. Parece que a única coisa que realmente importa é o dinheiro, dinheiro e dinheiro. ROGÉRIO SOUZA DA SILVA, São Paulo, SP

46 – Nossos líderes estudam, fazem faculdade de teologia e freqüentam seminários. Eles são doutores em divindade e não deveriam ser excluídos da matéria.  
PRISCILA BARROS,  
Rio de Janeiro, RJ

47 – Sou da Congregação Cristã e nossa doutrina não estipula valor para o dízimo. Dá quem pode e quanto quer.  
JOÃO LIMA,  
Por e-mail

S

48 – Você está certo, João. O quadro que representa o pentecostalismo e neopentecostalismo é apenas uma referência para entender as diferenças entre essas correntes.

A carta 43 também é a declaração de seu autor de que é evangélico - *Sou evangélico* -; e, juntamente com essa observação, o autor faz um elogio sobre a matéria publicada sobre os evangélicos, pois nem sempre as publicações sobre essa religião lhe trouxeram satisfação: “*sempre me entristeci com a maneira debochada e o desdém que muitas publicações dedicam à minha fé*”. Tal depoimento indica que o enunciador aí é um evangélico assumido e que ele tem sido vítima das críticas veiculadas pela mídia nos últimos tempos contra a sua religião.

Pudemos conferir que a matéria a que ele se refere discute a explosão dessa religião nos últimos 500 anos e sobre as diferenças entre o catolicismo e o

protestantismo, também chamado de evangélico (são como sinônimos). Apresenta, ainda, as diferentes ramificações desta que surgiram ao longo dos últimos anos, tais como batista, metodista, anglicana, presbiteriana, assembléia de Deus, pentecostal, neopentecostal, reino universal e outras. A reportagem, ainda, apresenta as diferenças entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo, e acrescenta que esta veio a causar uma grande perda de identidade no movimento evangélico mundial com o seu crescimento. O neopentecostalismo diferencia-se muito do pentecostalismo, por ser considerada uma igreja mais aberta, mais liberal, talvez. Para ela, importa esta vida e não a do paraíso; outra característica é que no lugar de mulheres com cabelos longos, roupas sérias, sem maquiagem, homens com ternos, entram pessoas que se vestem com roupas comuns e não são conduzidos por normas rígidas de conduta.

Na matéria da Superinteressante (Fevereiro de 2004) são expostas, ainda, algumas condutas dos evangélicos o que veio a causar certas críticas, principalmente quando um pastor se pôs a chutar a imagem de Nossa Senhora de Aparecida, diante de câmeras de televisão. Isso veio a chocar muitos, mesmos aqueles que são evangélicos, por classificar-se como uma atitude anti-ética e preconceituosa. E o enunciador certamente se refere também a este fato, logo no início de sua carta. Para os neopentecostais, ainda, eles prestam um serviço, e os fiéis devem pagar por isso. Há uma relação, portanto, de fiéis-clientes entre eles. É preciso dar para receber. Para Edir Macedo, o líder da Universal, por exemplo, devemos fazer uma “sociedade com Deus”; o que temos (nossa vida, nosso esforço, nosso dinheiro) pertencem a Deus, e o que é de Deus (as bênçãos, a felicidade, a paz, tudo de bom) passa a pertencer a nós. Segundo as afirmações do repórter da revista “Não dá para negar que muitos realmente ganharam dinheiro com a fé alheia – em especial os líderes das grandes igrejas [...]” e “A Assembléia de Deus prefere abrir templos dentro de bairros isolados, enquanto a Universal opta pelas grandes vias de acesso – uma decisão que pouco tem a ver com a fé, segue mais a lógica da competição de qualquer mercado capitalista” (Superinteressante, Fev, 2004, p. 58-59).

E quanto a imparcialidade a que se refere o autor da carta – *“fico muito grato pela maneira como o assunto foi abordado na SUPER, com clareza e imparcialidade”*-, podemos observar que não existe uma neutralidade neste enunciado, pois ocorrem, de certa maneira, uma crítica à igreja Reino Universal de Deus e ao bispo Edir Macedo. Logo, não ocorre o que o autor da carta pressupõe, como o próprio comentário acima esclarece. Isso demonstra, de certa maneira, uma ingenuidade do enunciador. Sabemos, pois, como já vimos no capítulo

anterior, que a neutralidade não existe, pois a própria neutralidade já constitui uma escolha e é ideológico.

A crença da imparcialidade por parte de muitos leitores é um fenômeno chamado mitificação, como já vimos acima (Voese, 2004). São idéias cristalizadas através de repetições, constituindo, assim, uma maneira de manter uma dada hierarquização. Para Voese, a mitificação constitui um exemplo da *refração*, ou seja, o uso da língua significa uma refração, “processo que abre uma possibilidade para inúmeros jogos e arranjos sociais, precisamente, porque o reflexo é produto de ‘jogos’ e ‘arranjos’ sociais” (2004, p. 68). Assim como a mitificação, existem muitos outros recursos expressivos dos quais se pode valer a ação ideológica.

E a mídia constitui um meio, um forte instrumento de influência da ideologia da classe dominante. Através de suas práticas discursivas, utilizando-se das cartas (selecionadas e manipuladas), a revista contribui para a produção, reprodução e transformação de relações de dominação.

Também a carta 45 traz como tema a religião evangélica. Nesta, o autor da carta discorda com o que a revista veiculou, e justifica que esta religião cumpre o seu papel social : *a reportagem ignora que o crescimento evangélico beneficia a sociedade e as pessoas*. E como a igreja evangélica vem crescendo de forma rápida ultimamente, aumentando seus adeptos e também, com isso, a coleta de doações dos fiéis, esse fato vem criando polêmicas no meio social.

Em outras palavras, o enunciador está preocupado que as pessoas pensem que a único interesse da igreja seja o dinheiro, quando, para ele, a igreja vem a beneficiar a sociedade como um todo. Mas, como observamos nas afirmações do repórter desta revista, “*Como em qualquer empresa, pastores hábeis que trazem muito dinheiro para a igreja ganham bem [...] alguns salários se parecem com os de astros de futebol, na casa das várias dezenas de milhares de reais*” (idem, p.59), tudo indica que abrir igreja hoje é muito vantajoso, não havendo grandes crises.

E, diante desta observação, o enunciador sente-se ofendido, motivado a manifestar sua indignação perante a matéria publicada.

Como se não bastasse essa observação da revista em relação à coleta arrecadada nas igrejas evangélicas, num tom, de certa maneira, irônico, um outro fato veio a ocorrer, posteriormente (em 2005), após a carta ser publicada, para comprovar que o dinheiro arrecadado dos fiéis não tem sido pouco, ao contrário, constitui uma soma fabulosa. Haja vista quando a Polícia Federal apreendeu uma grande soma em posse de um pastor da igreja

evangélica, que tentava transferir o dinheiro para o exterior, dentro de mala, para evitar a arrecadação do imposto. Dessa forma, ela tem sido alvo de críticas, evidentemente, suscitando um desconforto entre os adeptos dessa religião, o que justifica uma expressão como essa: *“Parece que a única coisa que realmente importa é dinheiro, dinheiro e dinheiro”*. Na verdade, o leitor-autor quer criticar o ponto de vista da Superinteressante e esclarecer que a finalidade da igreja evangélica não é o dinheiro porque, em sua opinião, ela vem prestando grandes serviços sociais.

E na carta 46, ainda em relação ao mesmo assunto, a enunciadora faz uma crítica à revista pelo fato de excluir da matéria os líderes que dirigem as igrejas, centrando-se mais na questão econômica, dos lucros de algumas mais que as outras, conforme a popularidade e adesão. Dessa forma: *“ Nossos líderes estudam, fazem faculdade de teologia e freqüentam seminários. Eles são doutores em divindade e não deveriam ser excluídos da matéria”*, são enunciados que servem como manifestação da indignação da leitora

A carta 47 pode ser considerada também a manifestação de um leitor, que, diante da matéria, tenta justificar que *“não é bem assim”*, ou seja, os fiéis doam de acordo com o que podem, sendo que a igreja não determina a quantia, como veremos: *“Sou da Congregação Cristã e nossa doutrina não estipula valor para o dízimo. Dá quem pode e quanto quer”*.

Incomodado, certamente, com a matéria que deixa denotar a importância do aspecto econômico em umas mais que as outras igrejas, o enunciador, de imediato, identifica-se como pertencente à Congregação Cristã, que também faz parte da grande família protestante.

E a carta 48 provém da redação da Super, que, diante de tantas manifestações críticas feitas a ela, oriundas de diferentes ramificações da igreja protestante (ou evangélica), procura amenizar a situação criada com a publicação da matéria, justificando-se da seguinte forma: *“Você está certo, João. O quadro que representa o pentecostalismo e neopentecostalismo é apenas uma referência para entender as diferenças entre essas correntes”*.

A leitura da matéria, porém, não constitui apenas uma referência às diferentes correntes que surgiram ao longo dos anos, que ainda continuam a surgir a cada momento nos dias atuais. Ao comentar sobre o ganho de alguns pastores, o qual se iguala a de muitos jogadores de futebol bem sucedidos, o que comprova que abrir igreja hoje é muito vantajoso, a revista toca na sensibilidade dos evangélicos, que surpreendem com tantas cartas enviadas à revista. A justificativa da revista, por sua vez, parece ser mais uma desculpa nada convincente.

Tanto nas cartas 33, 34, 35, 43 e 45, 46, 47 há manifestações da ideologia religiosa. As três primeiras cartas são de pessoas adeptas do catolicismo; as duas últimas, da religião

evangélica. São duas religiões cristãs, mas bem distintas, cada qual com suas formações ideológicas, ou seja, o discurso cristão, porém com formações discursivas distintas. Tanto em uma como na outra, a ideologia está presente, pois aos fiéis cabe aceitá-la, ou resta-lhes a escolha de outra religião que venha a se adequar aos seus princípios de crença.

Observamos que a mudança de uma igreja para a outra é muito comum, principalmente, entre os evangélicos, cuja religião possui vários segmentos, com algumas diferenças entre si. E, certamente, por haver diferenças nas formações ideológicas, o número de novas igrejas protestantes vem se ampliando cada vez mais, e não é incomum observar uma igreja em cada esquina com diferente nome. Os fiéis procuram aquela com a qual mais se identificam, enquanto que, no catolicismo, não existem essas nuances.

Na carta seguinte, podemos observar como a mídia pode atuar na promoção ou anulação de um ídolo, como manifestação da ideologia capitalista.

59 - A análise da SUPER foi infeliz ao isentar a mídia pela queda de um mito do século 20. O processo de destruição a que Michael Jackson foi submetido mostra como podemos ser mesquinhos, arrogantes e preconceituosos com pessoas que não compartilham do nosso padrão de “normalidade”. NAGIB DEMES, Por e-mail

Na carta acima, (59) o autor faz uma crítica à mídia por ela se eximir da culpabilidade na queda de um mito: “*A análise da SUPER foi infeliz ao isentar a mídia pela queda de um mito do século 20*”. Em sua opinião, a mídia é responsável pela queda de um cantor popular como Michael Jackson.

A revista apresenta uma matéria sobre o cantor, alegando que, apesar de a maioria dos astros dependerem da indústria da fama – chamados de artistas fabricados - para subir na carreira, alega que Jackson tinha muito talento. E que este não era o seu caso. Com isso, a revista se esquivava da responsabilidade de promover a fama do cantor, pois Jackson tinha talento suficiente. E, ainda, como todos que enriquecem muito, ele foi se sentindo um semideus, aquele que passa “por cima das leis”, constrói o seu próprio mundo, acredita ser invulnerável, não se importando com a opinião dos outros, manifestando o seu lado narcisista. Assim se tornou o cantor, ultimamente, desenvolvendo, cada vez mais, alguns gostos pela excentricidade. Mas, como afirma a própria revista, nem tudo sobre as suas excentricidades eram verdadeiras, sendo algumas criadas pela mídia. Isso é prova de que a mídia é responsável pela fama ou queda de um astro. O que vale dizer que a acusação do leitor-autor da carta procede. Aliás, é a excentricidade que mantém o artista na mídia, pois a tendência é a impopularidade após algum período da carreira. E Michael apelou-se a algumas excentricidades.

E quanto à reclamação do autor da carta: “*mostra como podemos ser mesquinhos, arrogantes e preconceituosos com pessoas que não compartilham do nosso padrão de ‘normalidade’*”, pode em “*nosso padrão de normalidade*”, certamente, referir-se o autor a alguns gostos excêntricos de Michael. Certamente, o leitor-autor da carta ao se referir “*nosso padrão de ‘normalidade’*”, deixa crer que ele se inclui também no rol dos que aceitam algumas excentricidades dos outros com normalidade. É, portanto, uma carta de manifestação de seu descontentamento, culpando a mídia pela queda de um mito do rock.

Em relação à excentricidades de Jackson, a revista afirma não saber se se tratava apenas de fatos inventados, como o desejo de comprar um museu onde eram guardados os restos mortais de um homem-elefante, na Inglaterra e o desejo de comprar o apêndice retirado do Papa João Paulo II, em uma das últimas de suas cirurgias. Esses eram alguns fatos que circularam nas revistas internacionais; acrescentemos, ainda, as acusações de pedofilia com os quais o cantor precisou conviver. Do primeiro caso, ele conseguiu se desvencilhar, pagando uma enorme quantia (estimativa de 20 milhões de dólares) para o pai da criança supostamente molestada, mas a própria revista afirma não saber da verdade, pois assim como ele pode ter praticado o crime, ele pode haver pago a quantia exigida para não levar adiante a acusação que o incomodava, dando-lhe um fim. O problema, porém, já não era este; apareceram outras acusações e o cantor não poderia mais deixar de responder ao tribunal como fizera na primeira vez, porque as leis haviam mudado. Agora ele iria responder ao tribunal, mesmo que fosse uma pequena acusação de um caso irrelevante. E como pudemos constatar no último mês, Michael Jackson ficou isentado da culpa há pouco tempo (Dez. de 2005), caso contrário, pegaria 20 anos de prisão. É a queda de um grande cantor “pop”, falido, sem créditos no banco, com uma dívida faraônica. Resta-lhe uma única solução: vender seus bens.

Ainda, em relação à queda da fama, como podemos observar em “*A análise da SUPER foi infeliz ao isentar a mídia pela queda de um mito do século 20*”, o enunciador refere-se à matéria, onde é declarada que a mídia não é a única vilã no processo de decadência de um ídolo, pois a mídia não é um organismo vivo, com vontades próprias. Ela se guia pelo leitor, pelo que ele quer. No momento em que os fãs não mais falam, não mais comentam sobre o astro, não se interessam mais por ele, a mídia não é a única culpada pela queda da popularidade do astro, mas também os fãs (Superinteressante, Abril de 2004). Em outras palavras, a mídia não se está isentada da culpa, como afirma o autor da carta; ela só não assume toda a responsabilidade para si.

Como já vimos no seção II, a imprensa consegue, por exemplo, fazer e destruir ídolos, muito embora seu poder de influenciar já seja menor que no passado, pois o

conhecimento sobre o funcionamento e os seus objetivos são conhecidos pelos leitores mais escolarizados. A imprensa faz ídolos e costuma usá-los em seu próprio benefício, aproveitando-os sistematicamente e abandonando-os se já não servem aos seus desígnios, ou mesmo quando ocorre a perda de interesse por parte do público. Levando em consideração esse fato, o enunciador da carta tem também muita razão em afirmar que a “ *Super procura isentar a mídia na queda de um ídolo*”.

Certamente, não seria diferente com Michel Jackson, mas também com muitos outros artistas que vieram antes e outros que estão por vir, as quais ficarão à mercê dessa indústria de artistas e celebridades, promovendo hoje e esquecendo num espaço curto. Disso sabemos, pois ela procura atender aos seus interesses econômicos, sendo que, no mundo capitalista, é o dinheiro que move todo o comércio, especialmente o do mundo artístico. Daí a coerência no que já observamos: o aspecto econômico não é determinante único das lutas históricas, mas é o determinante em última análise. Determinação significa que o modo de produção determina as idéias e os comportamentos dos homens e não o contrário (Fiorin, 1990).

Vejamos, pois, agora as cartas seguintes.

65 - Apesar do tema ser tão polêmico, a reportagem está escrita de maneira clara, objetiva, extremamente respeitosa e imparcial.  
MIRIAM CALMANOVITZ,  
São Paulo, SP

66 - Os repórteres deixaram o ponto de vista imparcial característico da publicação e adotaram um posicionamento pró-semita e anticristão.  
BERNARDO MIORANDO,  
Erechim, RS

Nas cartas acima (65-66), como em outras cartas já vistas, o autores referem-se à matéria, publicada em abril de 2004, intitulada : “*Quem matou Jesus?*”. Tanto o enunciador da carta 65 como o da 66 elogiam o que fora publicado, como podemos ver: “*a reportagem está escrita de maneira clara, objetiva, extremamente respeitosa e imparcial*” e “*Os repórteres deixaram o ponto de vista imparcial característico da publicação*”.

Mas o que não fica óbvio é a imparcialidade creditada pelos autores das duas cartas.

É necessário, antes, falarmos da reportagem, que mostra como os judeus arcaram com toda responsabilidade pela morte de Cristo. Primeiro porque Roma era governada em conluio com as elites locais. Os representantes de Roma (como os Sacerdotes e Herodes) governavam a periferia e podiam arrecadar impostos para si, desde que mantivessem os povos satisfeitos com os romanos e dessem a César parte da arrecadação. Então, Pilatos não tinha por que não atender ao pedido dos judeus: execução daquele que o povo pedia, Jesus, mesmo

sabendo que este não era acusado de crime algum e libertando Barrabás, que tinha culpas a pagar. Diante dessa escolha, não foram nem os romanos nem as elites judaicas que mataram a Cristo, e sim o povo judeu. Essa é apenas uma das alternativas segundo a matéria, pois ela apresenta outras opções, como os romanos, até o próprio Jesus como a causa da morte.

E na revista é possível conferir, ainda, que junto com as mensagens religiosas cristãs divulgaram todas as denúncias contra o judaísmo, presentes nas descrições da morte de Cristo. Mas também não dá para afirmar que os Evangelhos são anti-semitas, afinal foram escritos por judeus, mas, quando lidos no resto do Império, passavam mensagens que poderiam incitar ódio. O anti-semitismo é muito mais antigo que o cristianismo e, segundo a revista, 300 anos antes de Cristo, já havia uma birra com aquele povo que não comia salsicha, não se casava com pessoa de outra raça, e se recusava a adorar os deuses pagãos. Para Roma, a única diferença entre cristãos e judeus era fiscal: os primeiros pagavam menos impostos por não terem participado da guerra entre anos 66 e 70.

No século IV, quando o imperador Constantino faz do cristianismo a religião oficial do império, as histórias dos evangelhos se somaram ao preconceito que já existia contra os judeus. Não fazia mais sentido culpar os romanos pela morte de Jesus.

Sob o domínio dos cristãos, os semitas perderam a maioria dos direitos e privilégios. A perseguição durou pelo milênio seguinte. Eles não pagariam dízimos; não teriam, portanto, escravos, terras; a onda de violência que os atingia obrigava-os a partir constantemente, daí que não se estabeleciam em lugar nenhum. Para o Papa Gregório, o Magno (590), a questão não estava na multidão que crucificara Cristo. O problema era mesmo o religioso. Todos os judeus sabiam da verdade do cristianismo – que Jesus era o messias e havia feito milagres –, mas continuavam a rejeitá-Lo.

A conhecida demonstração de anti-semitismo, como podemos observar na reportagem, não teve base no cristianismo. Ela se inspira em outra fonte mais antiga que o catolicismo: o Império Romano.

A trégua entre o catolicismo e judeus veio em 1965, após o Concílio de Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII para renovar a igreja. Como queria o papa, apesar de as autoridades judaicas e seus seguidores terem pedido a morte de Cristo, os acontecimentos da Paixão não podem ser imputados indistintamente a todos os judeus de hoje.

O autor da carta 66 fala do ponto de vista imparcial do repórter e completa com “*adotaram um posicionamento pró-semita e anticristão*”. Essa observação mostra que o enunciador está um tanto equivocado, apresentando um discurso em contradição. Ora, em primeiro lugar, não podemos afirmar que alguém fora imparcial, quando adotara um



posicionamento *pró-semita e anticristão*. Essa escolha já é uma posição ideológica; ser favorável a uma religião e contrário ao outro indica, pois, um posicionamento ideológico. E, ainda, a própria revista afirma que a demonstração do anti-semitismo não teve base no cristianismo, e que ela se inspira em outra fonte mais antiga que o catolicismo, ou seja, o Império Romano. Dessa forma, a reportagem não se coloca também numa posição anticristã, como afirma o autor da carta acima (66).

#### POP E POLÊMICO

75 - Não entendi como Peter Singer mereceu uma reportagem elogiosa, com formulação de perguntas simpáticas a ele (O filósofo pop”, maio, pág. 84). Ora, alguém que é contra bebês, que apregoa o assassinato de crianças no local em que elas se sentem mais seguros, é um perigo. Se essas idéias vigorassem, quem estivesse fora do padrão de beleza aceitável seria morto. EHUSSON CHEQUER, Por e-mail.

A carta 75 já demonstra uma formação ideológica distinta das anteriores analisadas. Aqui, o seu autor faz uma crítica à revista por ela ter-se mostrado simpática a Peter Singer, em sua entrevista: “*uma reportagem elogiosa, com formulação de perguntas simpáticas a ele*”. Para o enunciador, aquele que defende o aborto, não merece respeito, e, talvez, merecesse ser repudiado, é também alguém perigoso, pois estaria divulgando idéias com as quais o autor da carta não se compactua: “*é um perigo*”. Podemos observar nestas palavras que a postura do leitor-autor da carta em relação ao aborto é condizente com o que apregoam as igrejas cristãs, que proibem terminantemente o aborto, mesmo em situações defendidas pelas leis. Além disso, para ele, a revista estaria se mostrando simpática a Singer porque estaria aceitando as idéias dele, ao veiculá-las.

Reportemo-nos à matéria publicada com o *Filósofo Pop*, assim chamado o australiano Peter Singer, “*o filósofo pop, mas também denominado nazista*”. Mas ele garante que só quer diminuir o sofrimento no mundo, ou seja, a sua teoria é de que podemos ter um mundo com menos sofrimento. E uma forma de fazer isso é parar de fazer aos animais muitas coisas desnecessárias como algumas experiências em laboratórios e maus tratos em fazendas industriais. Outro aspecto refere-se às crianças pobres e subnutridas. Ele fala em doação de materiais por parte dos mais beneficiados economicamente, eliminando os gastos com coisas supérfluas. E uma terceira ajuda seria eliminar o sofrimento das pessoas com males incuráveis, através do aborto, por exemplo.

Quanto ao último aspecto, Singer acredita que os pais de crianças que nascem com anencefalia (falta de cérebro) devem ser autorizados a decidir, junto ao médico, se o bebê deve viver ou não ( Superinteressante, Maio de 2004). Ele afirma ficar ofendido quando é

acusado de nazista, pois ele prega exatamente o contrário, com base em compaixão e desejo de evitar o sofrimento.

Pelo que pudemos observar, não observamos tal aspecto “*elogioso*” com “*perguntas simpáticas*”, como afirma o autor da carta. Pois as questões apresentadas ao entrevistado referem-se sobre: como viver sem causar sofrimento; qual o critério ético, se as idéias defendidas não são matemáticas e menos humanas; por que suas idéias mobilizam tanto; se a sua lógica conseguiria superar o lado ilógico e irracional da natureza humana; como recebe as críticas que o comparam aos nazistas. Essas foram as perguntas para o entrevistado e, certamente, não parecem ser tão *simpáticas* como quer o autor da carta.

Por outro lado, o que podemos observar é que o autor da carta fundamenta-se em bases cristãs, cuja doutrina prega a defesa da vida em quaisquer que sejam as situações. A vida é sagrada e só a Deus cabe tirá-la. Observamos, portanto, uma postura ideológica religiosa cristã, o que torna os argumentos de Singer um tanto criminosos, pecaminosos, no ponto de vista cristão. E ainda, com a expressão “*Se essas idéias vigorassem, quem estivesse fora do padrão de beleza aceitável seria morto*”, o enunciador mostra-se preocupado com a posição de Singer, que se refere à morte de crianças anencefálicas, mas que poderia num futuro vigorar também em casos de pessoas, cuja beleza não se enquadrasse no do padrão de uma época.

A revista, em contrapartida, responde ao autor da carta com o seguinte, como podemos ver na carta 73:

S

76- A posição da Super, Ehusson, é não ter posição. Não endossamos as teses que apresentamos ao leitor. Somos repórteres e nossa função é reportar. As crenças pessoais de quem faz a SUPER são irrelevantes.

Sabemos, pois, que os repórteres, com a sua função de pesquisar e veicular matérias, não estariam imunes de coerções ideológicas impostas pela direção da revista em questão. Mas também, como afirma Fiorin (1990), o indivíduo, como ser social, está sujeito a coerções sociais. As normas sociais determinam quais são os desejos admissíveis e quais os inadmissíveis. E o discurso também é determinado por coerções ideológicas. O indivíduo não é livre para falar o que quer e quando quer (Foucault, 2001). E, ainda, como membro de uma um grupo social, ele vai assimilando determinados discursos, que, ao longo de sua vida, vão sendo repetidos, não havendo, portanto, uma individualidade discursiva absoluta. Nesse sentido, a regra é a mesma, principalmente quando se trata do repórter, quando vai em busca de uma matéria. A ele cabe respeitar as normas que regem o jornalismo, mas, também,

principalmente, adequar a sua linguagem à ideologia predominante, que subjaz ao interior da instituição. Dessa forma, uma entrevista pode ser conduzida de forma manipulada pelo entrevistador, com perguntas condizentes com o que se pretende a revista, pois um texto como esse também não escapa à editoração.

Quem lê é

85 – “Nós, gays, não somos um primo do interior morando de favor com parentes da capital. Esta casa também é nossa por direito – até porque custeamos as despesas.”  
ALAN PIRES, Belo Horizonte, MG

87 – Legalize-se tudo, menos a adoção. Não seria lógico para a criança dizer “ele é minha mãe” ou “ela é meu pai”. É um erro de concordância nominal!  
CARLOS WILKËN, Carpina, PE

88 – Gays formam uma minoria que quer impor idéias em detrimento da maioria.  
DJAIR ALVES, Brasília, DF

89 – Não posso concordar que meus filhos cresçam achando que ver um homem ou uma mulher beijando alguém do mesmo sexo na rua seja uma coisa normal.  
ALCIDES FARIA, São Paulo, SP

Todas as cartas acima referem-se ao homossexualismo. A carta 85, por exemplo, é a voz de um sujeito que assume a sua sexualidade como gay, o que fica evidente com o pronome “nós” inclusivo, falando em nome de uma categoria: “*Nós, gays, não somos um primo do interior morando de favor com parentes da capital*”. O enunciador demonstra sentir-se acuado perante a sociedade por ser tratado com diferença, por não ser visto como outros, como vemos na expressão : *não somos um primo do interior morando de favor com parentes da capital*. A utilização da metáfora como referência se justifica, porque também costuma ocorrer um preconceito em relação à classe social, ou seja, de um caipira que vem do interior para a capital, sendo vítima de chacotas pelo seu jeito de falar, de vestir-se e comportar-se.

Dentre uma diversidade de fatores, temos a dualidade de conceitos, vistos como oposição e não como diferenças, como nos exemplos: na lingüística (a fala culta X fala caipira), étnica (raça branca x raça negra), religiosa (religiões mais aceitas X religiões menos aceitas), profissão (de maior remuneração x menor remuneração); cultura (nível de escolaridade mais elevado x nível de escolaridade menor) e outros, em que certos estereótipos são considerados positivos ou negativos socialmente e, por conseguinte, uns mais aceitos que outros. A sociedade transmite aos indivíduos, pela linguagem, determinados estereótipos que determinam certos comportamentos (Fiorin, 1990). Nesse sentido, o falar caipira, a cor negra, a incultura, por exemplo, são fatores vistos com certo grau de preconceito, aversão e hostilidade, porque constituem estereótipos negativos, perante a sociedade que, em

contrapartida, costuma eleger os seus opostos como padrões de superioridade. Tais preconceitos permeiam o modo de pensar das sociedades, como naturais, fortalecendo e impondo certos conceitos, que fazem parte do imaginário das sociedades, para garantir a hegemonia de determinadas classes sociais. .

Quanto ao autor da carta, então, utiliza-se de uma metáfora – “*não somos um primo do interior morando na capital [...]*”- para demonstrar a sua indignação quanto ao preconceito manifesto pela sociedade. E, em até “*custeamos as despesas*” pode ser uma forma de querer impor os seus direitos como cidadão qualquer, porque implica ser ele cumpridor de direitos e deveres, ao pagar os impostos, aos quais os gays não estão isentos. Com a expressão “*Nós gays*”, o leitor-autor não só revela que é um homossexual assumido, mas também que fala em nome de uma categoria, manifestando a revolta com relação à sociedade como um todo.

A carta 87 é manifestação de um leitor-autor a favor da união entre pessoas do mesmo sexo, da concessão de direitos iguais: “*Legalize-se tudo, menos a adoção*”. Demonstra uma certa consciência também em relação à adoção de crianças, pois isso poderia causar problemas para elas: “*Não seria lógico para a criança dizer ele é minha mãe*”. O leitor-autor leva-nos a acreditar que um filho necessita ter um pai e uma mãe, pois essa é a lei da concepção e da procriação natural. Cada um dos pais tem uma função definida dentro a família e essa diferença vai marcar a formação da criança.

Logo, o enunciador da carta demonstra ter um senso crítico e, ao mesmo tempo, uma consciência da importância de lugares sociais determinados na constituição de uma família institucionalizada, seja na visão religiosa seja do ponto de vista legal.

Essa concepção natural de homem e mulher, como pai e mãe, na sociedade, é também a aceita pelo enunciador, da qual ele não abre mão, mas, por outro lado, demonstra não ter preconceito contra os gays, como podemos observar: “*Legalize-se tudo*”. Com a expressão “*É um erro de concordância nominal!*”, o enunciador demonstra reconhecer que o pronome ELE (masculino, singular) não concorda com a palavra MÃE, segundo a gramática da língua portuguesa, mas essa observação vai além de uma simples referência à norma da língua. O leitor-autor utilizou-se de uma metáfora para apontar a sua opinião contrária à adoção de crianças por duas pessoas do mesmo sexo, pois, segundo a ordem natural um homem não poderá ser uma mãe, o que poderia causar danos à criança adotada, no futuro, porque não constitui um casamento natural.

Nesse sentido, ao proferir “*Legalize-se tudo, menos a adoção*”, o autor da carta estabelece uma ruptura com o instituído. É o que vimos com Voese (2004), que contrapõe Foucault e a análise do Discurso da escola francesa, que aceita que o sujeito, ao enunciar, tem

diante de si uma rede incontornável e definidora de controles e submetimentos que o assujeitaria. São as *condições de produção do discurso*, segundo Foucault (2001), assim chamadas porque estabelecem quem deve falar; o que pode falar; quando, onde e como pode falar. Para Voese, atuar dentro dos controles e dos rituais é também apropriar-se deles e singularizá-los. Em outras palavras, a consciência molda-se e orienta-se pela pressão de determinações sociais, mas também, num retorno, pode atuar sobre o que foi modelado. Para o autor, o controle é feito nas instituições. Mesmo que os acordos sejam estabelecidos através das negociações, o submetimento dos indivíduos a ele não é total, havendo a possibilidade de rebeldia da consciência, que, ao analisar sua relação com o mundo, poderá não se conformar, estabelecendo uma ruptura.

Dessa forma, o enunciador da carta estabelece uma ruptura com o que está instituído, que estabelece que um casamento é algo instituído pela lei, civil ou religiosa, entre um homem e uma mulher. E não entre pessoas do mesmo sexo. Em *“legalize-se tudo”*, o enunciador refere-se à união dos homossexuais, menos na adoção de filhos por estes. É sinal de que o autor da carta pode ser alguém que não demonstra ter preconceito, quando não é também a voz de um homossexual, porque, nesse caso, passa a ser discurso de um indivíduo que pertence também a essa classe, e daí a sua aceitação quanto à legalização de tudo.

As cartas 88 e 89 são a manifestação do preconceito, de certa forma; naquela o autor acredita que a minoria, os homossexuais, não têm direitos iguais a heterossexuais, como podemos entrever na expressão: “[...] *minoría quer impor idéias em detrimento da maioria, ou Não posso concordar que meus filhos cresçam [...] beijando alguém do mesmo sexo na rua seja uma coisa normal*”. Isso demonstra que na sociedade em geral, principalmente no Brasil, os homossexuais ainda não são vistos como pessoas normais, mas sim como diferentes. A homossexualidade é um fenômeno mal visto principalmente nas igrejas. Inclusive, na atualidade, conforme se pronunciou o Papa Bento XVI, esses não poderão ingressar na vida religiosa. Quando um religioso manifesta a sua sexualidade gay, a tendência é o de ser afastado da Igreja, principalmente quando isso vier a prejudicar a sua fé.

Em nosso país, ideologicamente marcado pelo caráter machista, o homem viril é que sobressai. Mas, ao observarmos, veremos que há uma tendência ao preconceito não somente em relação a estes, mas também com os portadores de necessidades especiais, com os negros, com as prostitutas, com os pobres, com os que falam o linguajar caipira, e muitos outros, como já pudemos observar. Podemos chamar a esse fenômeno de ideologia da segregação.

Vejamos, agora, outros discursos que também podem ser enquadrados nesta unidade.

## PODEMOS VENDER

103 – Sou contra a legalização da prostituição (“Vende-se sexo” agosto, pág. 66). Autorizá-la seria validar a venda da própria pessoa humana. Mais ou menos como vender um rim, ou um filho, para pagar uma dívida. FABIO BURCH

104– Como sempre a SUPER teve coragem para tratar, de forma séria e isenta, um assunto cercado de hipocrisia, descaso e preconceito. Só não entendi porque a reportagem ficou restrita à prostituição feminina.

## S

105 – Vinícius, a questão central da prostituição – o direito de alugar o próprio corpo – vale para ambos os sexos.

106 – Para nós, católicos, o corpo é um presente divino. Devemos zelar por ele e tentar mantê-lo puro, com o exercício da castidade, recusando os prazeres carnisais.  
VALÉCIO DA SILVA VIANA,  
Russas, CE

Já a carta 103, demonstra o repúdio à legalização da prostituição. Para o autor da carta, “*vender o corpo*” para pagar uma dívida seria a banalização do sexo, assim como da venda do rim, do fígado, e assim por diante. Aquilo que é sagrado, para ele, corre o risco de ser banalizado, passando da condição de ilegal para legalização de uma prática, ainda não aceita pela sociedade em geral. Assim como vendem o corpo, sairão, segundo o enunciador, a vender o rim, o filho por aí, por causa da necessidade econômica, como podemos ver em: “*validar a venda da própria pessoa humana. Mais ou menos como vender um rim, ou um filho, para pagar uma dívida*”. E, um país pobre, com tantas dificuldades, como o nosso, não está distante uma realidade como essa.

A matéria veiculada com o título “*Vende-se sexo*” (Agosto de 2004) afirma serem as prostitutas e os motoboys os únicos profissionais que não são enquadrados na legislação; são trabalhadores informais e autônomos, sem leis específicas que determinem seus direitos e deveres ou que regulamentem sua atividade. Não recebem benefícios e nem pagam impostos, sendo as prostitutas estigmatizadas como marginais, o que certamente não ocorre em mesmo grau com os motoboys. E, quando se fala em legalização da prostituição, as opiniões se dividem, como ocorre com a autora do livro *os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, Margareth Rago ( *Superinteressante*, Agos/2004). Segundo a escritora, a legalização não garante melhora na vida da mulher. Os riscos a que estão sujeitas essas mulheres, na vida noturna, são muitos, sem contar das doenças que as ameaçam constantemente. E, ainda, quando chegam a uma certa idade, já não podem concorrer com as mais jovens, o que as leva a abrir mão de certas exigências. Para a socióloga americana, Kathleen Barry, não há diferença entre a mulher que começou a se prostituir jovem, com a que começou já adulta. Para ela toda forma de prostituição é estupro, algumas

com mais sofisticação e outras mais simples. Sem contar que muitas mulheres apresentam problemas psiquiátricos irreversíveis, juntamente com a dependência química.

Os favoráveis à legalização da prostituição acusam os abolicionistas de quererem higienizar a sociedade. E talvez, essa seria a forma de empurrá-las mais para o submundo, piorando ainda mais a vida dessas mulheres. E os abolicionistas acusam os favoráveis de fazerem lobby para a indústria do sexo.

Para resolver o impasse entre legalizar ou não a prostituição haverá, certamente, um bom caminho a ser trilhado aqui no Brasil, pois um tema como este requer debates e maiores estudos. Para uma estudiosa americana, Judith Herman, a prostituição é um ótimo negócio, e, por isso, os governos preferem passar por hipócritas a encarar a situação (idem, Agosto de 2004).

Como já pudemos observar, os discursos veiculados representam as visões de mundo, um sistema de valores, ou seja, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente (Fiorin, 1990). E figura como *prostituta* carrega um conteúdo cheio de preconceito, portanto. Não somente as autoridades, mas a própria sociedade demonstra pouco ou quase nenhum interesse com os problemas da prostituição, por tratar-se de um assunto que não tem a ver diretamente com a maioria, carregando o estigma de marginalizado.

A carta seguinte, nº 104, também discute o mesmo assunto. O autor demonstra-se satisfeito com a reportagem publicada sobre a prostituição: “*A super teve coragem para tratar, de forma séria e isenta, um assunto cercado de hipocrisia...*”, mas questiona a revista, por ela não haver tratado da prostituição masculina, como podemos observar em: “*Só não entendi [...] a reportagem ficou restrita à prostituição feminina*”.

Sabemos, pois, que a prostituição não se restringe apenas à feminina, mas há casos muito comuns de jovens do sexo masculino se prostituírem, talvez, pelos mesmos motivos das mulheres: a busca do dinheiro para a família; falta de teto, de lar; falta de emprego, de assistencialismo; sustento do vício e outros mais. E essa ausência de abordagem sobre a prostituição masculina deixa entrever que a matéria não foi suficientemente completa, por falha de pesquisa ou por questões ideológicas que nem sempre são visíveis na análise.

A Super, numa atitude responsiva, escreve ao enunciador da carta 105, dizendo que a questão da prostituição “*vale para ambos os sexos*”, como justificativa para o questionamento feito pelo leitor-autor da carta 104, que reclama a omissão da prostituição masculina na matéria “*Vende-se sexo*”.

Em relação a esse assunto, ainda, o enunciador da carta 106 deixa entrever claramente um discurso marcado por uma visão de mundo cristão. Para os católicos, mais especificamente, vender o corpo é considerado uma atitude pecaminosa, não importando as condições ou causas que levam o indivíduo a se prostituir. O corpo é considerado um templo de Deus e que deve, portanto, ser conservado em estado de pureza. Esses preceitos são observados principalmente por católicos mais conservadores, como podemos constatar no discurso a seguir: “*Para nós, católicos, o corpo é um presente divino. Devemos zelar por ele e tentar mantê-lo puro, com o exercício da castidade, recusando os prazeres carnavais*”.

Nessa perspectiva, observamos que o discurso acima é marcado por determinações ideológicas cristãs, cujo enunciante tem na fé católica o norteamento para a sua conduta na vida.

#### 4.6 Discurso do senso-comum

O discurso do senso-comum também é muito visível nas cartas de leitores(as). As idéias ou expressões que se vão cristalizando com o uso tornam-nas parte do que chamamos também de lugar-comum. Podemos observar que o fenômeno senso comum é o exemplo de que está ligado à ideologia, pois uma idéia difundida em prol de interesses por parte da classe do poder levaria os indivíduos a agir destituídos do juízo, desviando –se do individual para ação coletiva (Voltaire, 2003).

Vejamos os seguintes exemplos:

07 - Vivo no Japão e fico indignado com a imagem que os japoneses têm do Brasil (Superpolêmica, outubro, pág. 106). Para eles somos apenas selvagens que gostam de dançar. Também as únicas imagens brasileiras na televisão japonesa são das favelas, das florestas e do Carnaval.

A expressão “*fico indignado com a imagem que os japoneses têm do Brasil e somos apenas selvagens que gostam de dançar*”, na carta 7, é prova de que o nosso país exporta apenas imagens negativas. Expressões como estas tornaram-se lugar-comum. Isso ocorre não apenas no Oriente, como também no Ocidente. Assim, é muito comum na concepção dos norte-americanos que no Brasil existem somente índios e macacos. Esse conceito de incivilidade advém das imagens



exportadas pelo país, que, por vezes, é nada satisfatória. Em “*para eles somos selvagens que gostam de dançar*” ou “*únicas imagens brasileiras [...] das favelas, das florestas e do carnaval*”, notamos que o país, ao veicular imagens das favelas, demonstra ser povoado por uma gente atrasada, miserável, ignorante. Essa é a concepção formada na idéia dos povos de fora.

Quanto à floresta, em se tratando do Amazonas principalmente, é algo que atrai os estrangeiros, pois é tida como a maior reserva ecológica do mundo e é um “território” visado por muitos interesseiros, devido às condições da flora que ela oferece para a economia (madeiras, plantas medicinais) como também pelo que a fauna fornece (animais de múltiplas espécies), sem contar as riquezas minerais e os lençóis freáticos que o meio fornece.

Quanto ao carnaval, constitui uma grande atração para os estrangeiros, pois o país exporta imagens fantásticas sobre a maior festa popular do Brasil, constituindo-se numa das nossas maiores atrações turísticas, seja pela riqueza das fantasias, ou, em contrapartida, pelos nus que atraem tanto os turistas estrangeiros. Nesse sentido, apenas as duas grandes metrópoles brasileiras são mais conhecidas no mundo afora: o Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio, por exemplo, é conhecido não só pelo carnaval, mas mais pela violência de que é acometido, pois as imagens de turistas como vítimas de roubos e violências generalizadas já foram assunto para todos os continentes. Segundo Michael Kepp, jornalista americano, citado pela Superinteressante (outubro2003), autor de *Sonhando com Sotaque*, a cobertura da Imprensa de primeiro mundo sobre o Brasil tende a ser sensacionalista, não apenas porque esse tipo de assunto rende, mas também porque leva o público a valorizar mais o país onde vive, pensando que seja o melhor dos mundos possíveis.

E quanto ao resto do nosso país, na concepção de muitos estrangeiros, a idéia é de que seja habitado por indígenas. Podemos afirmar até que essa idéia mudou um pouco, pois os discursos são designados pelos detentores da hegemonia, adequados aos padrões do mercado. Nesse sentido, antes éramos conhecidos como *país subdesenvolvido*; depois, passamos à categoria de *país emergente* para sermos denominados, atualmente, *apenas um mercado em desenvolvimento*. De qualquer forma, independente do pêndulo econômico, somos enquadrados na categoria de terceiro mundo.

Quanto ao enunciado, demonstra ser de um cidadão brasileiro, que está a trabalho no Japão (como dekassegui), certamente, indignado com a concepção que

os orientais têm sobre seu país e seus conterrâneos, ou seja, uma visão apenas negativa, com exclusão dos valores positivos de que é dotado o nosso país. Por essa visão (pré)conceituosa sobre o Brasil, podemos crer que o país é visto por países estrangeiros como um território subdesenvolvido, do terceiro mundo, que está não só na dependência de outros mais desenvolvidos e que pode ser uma presa fácil. É a imagem que se passa, a de um país dependente da era colonial.

Certamente, existe um interesse em preservá-lo na visão de colônia por parte dos que detêm o poder num mundo capitalista, por questões político-econômicas e ideológicas. A divulgação de conteúdos negativos sobre o Brasil pelos países detentores do poder não deixa de apontar, de qualquer forma, para o aspecto ideológico, pois, ao divulgar os aspectos apenas negativos de nosso país, eles estarão, ainda que de forma subliminar, propagando a idéia de que o país deles é melhor, oferecendo qualidade de vida superior. Verdade ou não, essa atitude serve como meio de disseminar uma determinada ideologia. E o senso comum, que circula a respeito de nosso país, está intimamente ligado com a questão ideológica. A ideologia da classe dominante é repetida pelo senso comum como verdade universal.

Vejamos, pois, o seguinte enunciado, que também se encaixa nesta unidade.

10 – A matéria toda poderia ser resumida em uma só frase: *faça o que eu digo, mas não o que eu faço*. Tendo o dinheiro, entenda-se poder econômico, pode-se fazer de tudo com todos. ELKE MARTINI SAHB, Belo Horizonte, MG

Tornou-se lugar-comum a expressão: *“faça o que eu digo, mas não o que eu faço”*. É um clichê utilizado especialmente quando se quer dar algum conselho a outrem. Entendemos com isso que as pessoas orientam outras a exercer um ato que nem sempre faz parte de sua prática do cotidiano. E pode com essa expressão significar que o correto seria aquilo que é apregoadado, mas nem sempre executado. E completa, ainda, o autor da carta : *“Tendo o dinheiro, entenda-se poder econômico, pode-se fazer de tudo com todos”*. Com isso, observamos que é senso comum também a crença de poder tudo com o dinheiro, e, portanto, ter como subjugados aqueles que são economicamente desfavorecidos, com o direito de ordenar ou explorar por parte de quem ocupa um lugar de hegemonia na sociedade. E, aqui, a enunciativa refere-se aos Estados Unidos, pela matéria publicada em janeiro de 2003: *“O que acontece com os Estados Unidos?”*, cujo tema gira em torno desse país, que em nome da “democracia”, procura combater países que conservam o autoritarismo, o imperialismo. O

autor da matéria procura demonstrar que, apesar da contínua busca dos Estados Unidos de implantação da democracia nas diversas partes do mundo, o país acaba tomando atitudes nada democráticas em suas práticas, pois impõe, nem que seja à força, as suas vontades, com interesses não somente ideológicos, mas principalmente econômicos. Em outras palavras, imperam não os valores democráticos que tanto são apregoado pelo país, mas sim a força. Segundo o autor da matéria, Denis Russo, os Estados Unidos lucram com as guerras do passado, e o raciocínio do ex-presidente Bush (pai) é o de que tanto as empresas que lucram com as guerras, quanto os militares que vivem delas devem usar sua influência para que as guerras nunca terminem para que sempre surjam novo inimigos. Os interesses econômicos são mascarados com o nome da “democracia”, do bem comum, dos direitos de liberdade dos indivíduos combate ao terrorismo e outros discursos, fazendo com que o capitalismo se fortaleça e os Estados Unidos preservem a hegemonia perante o mundo.

Diante de tais afirmações, o leitor-autor da carta, em seu enunciado *“faça o que eu digo, mas não o que eu faço”*, refere-se aos Estados Unidos, pois tal senso comum encaixa exatamente no exemplo. Como acabamos de ver, o país, considerado a maior potência do mundo, impõe que outros países adotem a democracia, abandonando o sistema autoritário que predomina na sua maneira de governar. Entretanto, a prática desse mesmo país não escapa ao autoritarismo, pois, em nome de um sistema político que visa à melhoria da vida da humanidade, ele mascara outros interesses que subjazem aos seus discursos ideológicos. A ação política desse país conduz a práticas que condizem com o império, nome que mais adequadamente se coaduna com os Estados Unidos.

Como já pudemos observar em Fiorin (1990), o econômico é, em última análise, o fator que determina a ideologia. Países de primeiro mundo, ditos capitalistas, são os que dirigem o mundo de acordo com seus interesses, e, nesse sentido, os Estados Unidos são um país que pretendem manter a hegemonia político-econômica no mundo moderno, mesmo que seja pela força.

Tais fatos ocorrem muito também nos países nos quais leis são impostas ao povo, sobretudo aos menos afortunados, e não a classe dos que mantêm o poder. Daí, o lugar-comum muito pertinente: *“faça o que eu digo, mas não o que eu faço”*.

Na classe política, por exemplo, também é comum observar tais atitudes, pois são raros os que primam por uma vida correta, obedecendo à ética, ao dever social, ao cumprimento das leis e outros aspectos do bem-estar comum. No entanto, a cobrança dessas atitudes às classes subjugadas é muito visível, e a sua não observância as sujeita a repressões, a multas, a juros, a sanções.

## NOVOS ANÚNCIOS

84 - O novo anúncio da SUPER com a loira é divertido, jovem, inteligente e de rápido raciocínio. Acho que a revista poderia colocá-lo para download no sit.

MICHAEL FOLK

Na carta 84, podemos observar que perpassa a idéia de uma loira diferente daquela a da imagem fixada pelo senso comum, “loira burra”, idéia essa que foi passando e se cristalizando no meio do povo. Devemos isso, talvez, ao compositor e cantor, Gabriel, o Pensador, que lançou uma música intitulada “Loira burra”, o que fez circular, certamente, a idéia desse senso comum.

Se reportamos à antigüidade, porém, a mulher ocupava um lugar de submissão no lar, devendo obediência e respeito ao esposo, principalmente em sociedades patriarcais, e a imagem da mulher depreciada perdurou durante a maior parte da história da humanidade. Sabemos, pois, que nem sempre foi assim. Houve época em que tudo era centrado na mulher por causa da fertilidade. Porém, quando os homens abandonaram a caça, e passaram a domesticar animais (há oito mil anos), perceberam o papel do macho na procriação. Dessa forma, foi instituída a monogamia, e a mulher passou a ser vista como propriedade do homem. E, assim, a mulher era depreciada; as atividades executadas pelo homem era valorizada; por toda parte, mitos e discursos evocavam a natureza inferior das mulheres (Superinteressante, agosto de 2004).

Na maior parte do planeta, no mundo moderno, a mulher ainda não é reconhecida como pessoa capaz de resolver problemas que aos homens são delegados. Seu lugar social é inferior, e, mesmo ocupando cargos importantes, seu salário é inferior ao dos homens, aqui e na maioria dos países. Mas a sua participação profissional passou a ser significativa na sociedade; observamos que ela deixou, então, de ser a mulher doméstica apenas, para participar na economia da família. Sua participação ativa no mercado de trabalho começou também a exigir mudanças na sua forma de se vestir, de se apresentar, de se comportar. E, nessa perspectiva, ela passou a se interessar mais pelo seu visual, e o cultivo da beleza tornou-se algo muito importante no mundo moderno, o que justifica que ela se tenha tornado uma grande consumidora de produtos e de serviços no comércio.

E a visão da mulher ideal foi focada sempre na visão dos homens. O padrão de beleza veiculada nas revistas seria a loira, daí que a oxigenação dos cabelos passou a ser alvo de muitas mulheres, sendo a loira o padrão de beleza de uma época.

E a mídia é considerada a grande responsável por disseminar determinadas ideologias e certas práticas sociais; nesse sentido, o poder de influência das revistas no

comportamento feminino, por exemplo, é legitimada pela sociedade que consome os produtos anunciados em suas revistas. É ela que dita os padrões de beleza, moda e influenciando, também, nos comportamentos diante da sociedade (Figueiredo, 1994, apud Pereira e Almeida, 2002). Dessa forma, foi criada a imagem de uma mulher sedutora, bonita, pernas bem torneadas, a mulher com dotes físicos, considerada sexy, portanto: a loira. Mas esse nome acompanha um adjetivo depreciativo de “burra”, porque passou a designar a mulher bonita (que pode servir de objeto de prazer dos homens), mas que é desprovida de inteligência.

Souza (1989), mais especificamente, denomina esse fenômeno de ideologia da segregação – que se manifesta no racismo, na condição de inferioridade da mulher, do pobre, exaltando a riqueza, a força do homem, o elogio ao esperto, a superioridade do homem mais escolarizado, etc. Certamente, a televisão é a maior responsável por disseminar tal idéia, a do senso comum, através de programas humorísticos principalmente, quando belas louras atuam nos programas deste gênero, demonstrando a menor capacidade de solucionar casos que exijam o mínimo de raciocínio. Daí o tão convencionado “loira burra”. E, partindo desse princípio, o de senso-comum, o autor da carta faz uma espécie de ironia, ao sugerir que a revista poderia colocar a referida loira no site, pelo fato de ela ser diferente das demais, fugindo do padrão. É bem verdade que a expressão “loira-burra” popularizou-se tanto que muitas piadas foram surgindo em torno desse fenômeno.

O enunciador da carta, então, utiliza-se da ruptura um senso-comum – o da loira que não é burra -, para concretizar uma prática muito comum, ou seja, a crítica pela ironia.

#### 4.7 Discurso irônico

Como já vimos, na seção III, sobre o discurso irônico, ele também está presente nas cartas analisadas.

A ironia é um recurso muito utilizado em todas as línguas da modernidade. São muitos os recursos lingüísticos para se alcançar um efeito irônico, como vimos na seção III, onde alguns autores apresentam diferentes classificações.

Segundo Bakhtin (1997), a *polifonia*, presente na ironia, é a presença de várias vozes, pois constitui a reconfiguração de outros discursos que lhe dão origem, predeterminando-o,

dialogando com ele, retomando-o ou mesmo opondo-se a ele. Nesse sentido, os discursos marcados pela ironia são interpretados como uma pluralidade de vozes, orientadas nos eixos da contrariedade ou contradição e exigem um conhecimento partilhado pelos interlocutores (Araújo, 2002).

Vejamos, pois, as seguintes:

03 – Fazer uma reportagem sobre meditação e não mencionar em uma linha sequer o nome de Paramahansa Yogananda é o mesmo que escrever sobre psicanálise e não falar de Freud. ADILSON MAFRA JÚNIOR, Blumenau, SC

A carta acima permite-nos inferir que a matéria publicada abordou um assunto que trata da saúde, cujo autor da linha naturalista não fora citado. Ofendido, certamente, com isso, o leitor-autor manifesta o seu desgosto em : [...] *não mencionar em uma linha sequer o nome de Paramahansa Yogananda*, e, através da ironia [...] *escrever sobre psicanálise e não falar de Freud*, procura fazer uma crítica à revista pela incompletude e falta de fundamentação da matéria, pois a referência à autoridade seria imprescindível, na opinião do leitor-autor da carta. Aqui, ele utiliza-se da ironia para criticar atitudes e pensamentos de um interlocutor (autor da matéria publicada), pela falha em não citar uma autoridade da área da meditação. Para que o enunciado atinja o efeito desejado será necessário que o interlocutor seja capaz de realizar uma ligação do discurso proferido – *fazer uma reportagem sobre meditação e não mencionar em uma linha sequer o nome de Paramahansa Yogananda* – com outro existente em circulação - *escrever sobre psicanálise e não falar de Freud*. Em outras palavras, é necessário entendermos que Freud é considerado o pai da psicanálise, cuja teoria alastrou-se por toda o ocidente, constituindo-se uma linha que fundamenta o trabalho de muitos analistas, e, portanto, um nome consagrado. E, sendo Paramahansa Yogananda também uma grande referência na teoria da meditação, deveria, na opinião do enunciador, ser citado. A carta, então, é uma forma de manifestação de decepção do leitor-autor em relação à revista.

Como já observamos no seção III, “ironizar é sempre, mais ou menos, escolher um alvo que se trata de desqualificar” (Kerbrat-Orecchioni, 1986; apud Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 291), e, nesse sentido, a matéria em questão constitui o alvo a ser desqualificado. Mas a ironia só terá efeito se o interlocutor for capaz de realizar uma ligação do discurso proferido com outros existentes em circulação (Fiorin, 1990).

Vejamos, os seguintes enunciados, que também nos deixam entrever a ironia presente.

William da Matta, ao fumar com uma folha da revista, provou que a Super não é droga. Legal! (Superleitor, abril, p.14)  
DIOGO PARRA, por e-mail.

70 - O leitor William da Matta demonstrou o que vários não conseguiram: fumar maconha causa burrice. Onde já se viu arrancar uma página da Super para fumá-la? É quase um sacrilégio...  
Flávio Rennhack Belchior, por e-mail.

Nas cartas 69 e 70, o assunto é sobre o caso do rapaz que fumou maconha, enrolando a erva num papel da Superinteressante (vide anexo, carta 63), por falta do papel de seda. Diante disso, o autor da carta 69 faz uma ironia, dizendo que a “*Super não é droga*”, já que a maconha foi preparada com ela. Podemos observar a ambigüidade manifesta no enunciado, pois a expressão “*droga*” permite-nos inferir tanto o sentido de *erva*, como sendo também algo depreciativo, desqualificado. Mas ao afirmar que no ato de fumar *a droga* dessa forma, ou seja, utilizando-se uma folha da Super por falta de papel de seda, foi comprovada que “*a Super não é droga*”, não é ruim para fumar. E o outro sentido é que a revista não é desqualificada, mas sim uma boa revista. Com isso, pode haver uma implicação de uma premissa de que a revista poderia não ser uma revista de qualidade, mas o leitor comprovou o contrário, ao prová-la. De qualquer forma, o enunciador da carta estaria ironizando o autor da carta 63, que faz uma declaração, dizendo que sentiu dores de cabeça e ânsia de vômito ao fumar maconha com uma folha de papel da Superinteressante.

E a revista, por sua vez, comenta na carta 64 (vide anexo), sobre a química utilizada no processo de prensagem, confirmando que o uso do papel para esse fim – o ato de fumar maconha enrolada nesse papel – seria nocivo à saúde.

Assim, também na carta 70, o autor faz uma referência sobre o mesmo indivíduo que escrevera para a revista, afirmando haver usado uma página da Superinteressante para enrolar a maconha para fumar. Certamente, se lêssemos apenas o enunciado: “*O leitor William da Matta demonstrou o que vários não conseguiram*”, poderíamos depreender que William conseguiu algo inédito, o que ninguém antes teria pensado: enrolar a erva no papel da Super, e, por isso, ele teria direito à menção honrosa. Mas o enunciado segue após os dois pontos: “*fumar maconha causa burrice*”. Com isso, o autor ironiza a William, chamando-o de “burro” por usar um papel inadequado para o fumo, e implica também que, por ser usuário de droga, a maconha comprometeu sua inteligência.

Nas duas cartas, podemos observar claramente a atividade responsiva, referida por Bakhtin, entre os discursos dos autores-leitores da carta 67 e 70, incluindo outros sujeitos, os da carta 63 e 64, cujo ato de interação se manifestou devido à carta enviada por William (63)

e de diferentes formas, seja pelo discurso ironizante, seja pela participação de outros leitores e da própria revista, que respondem (vide carta 64 no anexo).

Vejamos, pois, a carta seguinte, que também apresenta um tom de ironia.

#### NOVOS ANÚNCIOS

84 - O novo anúncio da SUPER com a loira é divertido, jovem, inteligente e de rápido raciocínio. Acho que a revista poderia colocá-lo para download no site.  
MICHAEL FOLK

A carta 84 foi utilizada para exemplificar o “senso-comum”, mas achamos que ela poderia se enquadrar em um outro gênero: irônico.

Ao falar do valor pragmático da ironia, esta viola ostensivamente uma das máximas conversacionais de Grice, ou seja, **ser claro**. Ironizar é sempre, mais ou menos, escolher um alvo que se quer desqualificar (Kerbrat-Orecchioni, 1986; apud Charaudeau e Maingueneau, 2004). Nessa perspectiva, havemos de fazer a leitura de um texto anterior, que se convencionou a chamar as loiras de burras, ou seja, bonitas, corpos bem feitos, mas vazias intelectualmente. A partir desta leitura, o autor faz um “deboche” sobre a loira com *jovem, inteligente e de rápido raciocínio*, pois vai contra ao que se convencionou popularmente: “as loiras são burras”. Sendo um caso raro, o autor da carta sugere à revista que se coloque no *download* no *site* da internet. Com essa afirmação, o autor reforça a expressão *jovem, inteligente e de rápido raciocínio*, como algo que se deva ser registrado pelo ineditismo.

A “loura burra” já pertence ao senso comum, mas a emissão, pelo autor da carta, sobre *jovem, inteligente e de rápido raciocínio*, quando se refere à loira, constitui o foco da ironia, porque quebra toda uma expectativa, ou seja, se o autor dissesse *O anúncio da Super com a loira é divertido*, a leitura não nos conduziria ao humor, pois poderíamos supor sobre um anúncio engraçado em que uma loira estivesse presente. Mas o enunciado da forma como se apresenta, complementado por *jovem, inteligente e de rápido raciocínio*. *Acho que a revista poderia colocá-lo para download no site*, passa a constituir uma ironia, porque partindo de um senso comum de que as loiras são burras, ocorre uma quebra do padrão, de que uma loira é diferente das outras, merecendo, portanto, menção no site.

Como vimos em Maingueneau (2001), no capítulo III, a ironia apresenta a voz de um enunciador que deixa perceber na própria voz a voz de um outro a qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. E esse outro é desqualificado. A ironia é por essência ambígua porque se mantém na fronteira entre o que é assumido e o que é rejeitado. Nem sempre a ironia é clara a ponto de dificultar o co-enunciador de definir se o enunciador está ou não sendo irônico. É o caso da carta 82. Para as pessoas que vivem numa determinada época



em que se fez circular uma idéia como a da “loira burra”, será fácil evidenciar a ironia subjacente ao enunciado, depreciando todas as loiras, caso contrário, a desqualificação da loura não será reconhecida no discurso. Parecerá apenas um elogio a uma determinada loira.

95 – Furio Lonza (que nome mais estranho) resumiu o que penso sobre intelectuais de meia-tigela que opinam sobre tudo, sem entender de coisa nenhuma. HELENA VIEIRA, Rio de Janeiro, RJ

Na carta 95, a expressão “*que nome mais estranho*”, entre parênteses, é um comentário feito em relação ao nome do autor da matéria Celebidades Palpiteiras, na Superinteressante de julho de 2004. Para o enunciador da carta, o nome causa uma estranheza, mas a matéria foi de seu agrado, pois isso é verificado em suas palavras: “Furio Lonza,[...] resumiu o que penso sobre intelectuais de meia-tigela que opinam sobre tudo, sem entender de coisa nenhuma”. O enunciador demonstra, ainda, estar conivente com a opinião de Furio Lonza, escritor. Para este é comum, nos tempos atuais, as pessoas falarem ou escreverem de tudo; artistas de TV, políticos, pagodeiros, dançarinos, modelos e outros dão a suas dicas ou opiniões sobre os mais diversos assuntos, sejam de caráter científico, religioso, saúde, política, economia, guerras... , e, num tom irônico, Furio questiona sobre essa atitude: “*por que a mídia passou a achar que qualquer um pode expressar opiniões leigas sobre assuntos técnicos e eruditos só porque são celebridades?*”. E questiona, ainda, sobre qual seria o cabedal cultural dessas pessoas para opinar sem conhecerem a fundo temas complexos e delicados. O escritor demonstra uma preocupação sobre o prejuízo que isso poderia vir a causar na mente do povo. Para Furio, houve época em que pessoas só escreviam o que de fato dominassem com profundidade. Em outras palavras, escrevia sobre política quem houvesse estudado sociologia com pós-graduação em Sorbonne, ou economista com passagem em Harvard ou Berkeley; a arte ficava a cargo de estudiosos, críticos, pesquisadores; os editoriais, em sua opinião, ficavam a cargo de quem tivesse muita bagagem, tendo entrevistado personalidades nacionais e estrangeiras. E para terminar a matéria, Furio Lonza critica aqueles que agem dessa maneira tão descomprometida, e, segundo a sua opinião, o fazem para estar na mídia, para aparecer como celebridades: *escrevem, dão entrevistas, publicam livros, são ecléticos*. O pior para ele é que essas pessoas têm toda a liberdade, ganham bem, são endeusadas, vivem para dar opiniões, mas “*não teriam a mínima credibilidade num país sério*”, afirma ele (p. 106). O enunciador da carta, por sua vez, concorda plenamente com Furio e ironiza, chamando essas pessoas de “*intelectuais de meia-tigela que opinam sobre tudo, sem entender de coisa nenhuma*”.

Há, como vimos em Bakhtin (1997), casos de ironia extrema com uma franca desqualificação de uma dada personagem e enunciações que revestem de tom irônico, de forma sutil, sem levar o co-enunciador a perceber de forma nítida a ruptura entre os dois pontos de vista. Mas o que ocorre no enunciado acima é o exemplo do primeiro caso: o enunciador desqualifica abertamente os artistas, políticos, cantores e outros “*que opinam sobre tudo, sem entender de coisa nenhuma*”.

118 – Gostaria de saber de qual sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira, que escreveu tanta besteira. LUIZ CARLOS VIDAL,  
São Paulo, SP

Também a carta 118 é uma forma de ironizar Marcos Nogueira, autor da matéria “*A Olimpíada não tem nenhuma graça*”, publicada na seção Superpolêmico. O enunciador deprecia a matéria escrita e ironiza Marcos Nogueira com a expressão “*Gostaria de saber de qual sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira, que escreveu tanta besteira*”. A palavra *sarcófago* usada como metáfora serve para ironizar o autor da matéria, pois desqualifica-o como alguém com idéias ultrapassadas, obsoletas, algo não mais em voga, ou seja, referindo-se a alguém que seja considerada uma múmia. Da mesma forma, a expressão “*escreveu tanta besteira*” comprova não haver agradado à leitora-autora da carta. *Sarcófago e besteiras* são palavras com valor disfórico, depreciativas, que servem para expressar a ironia.

Certamente, Marcos Nogueira declarou-se não admirador dos Jogos Olímpicos por se tratar de um evento que não atinge os seus objetivos primeiros, o verdadeiro espírito olímpico. Isso mais outras afirmações sobre esses jogos desagradaram ao enunciador da carta. Em outras palavras, o autor da matéria, Marcos Nogueira, afirma que, no site de COB (Comitê olímpico Brasileiro), o “espírito olímpico” é relacionado às seguintes palavras: compreensão mútua, amizade, solidariedade para o desenvolvimento do mundo e na igualdade da ordem econômica, social e cultural. E, ainda, ironiza: “Bonito, não?” (agosto de 2004, p.98). Isso porque, explica ele, em 1980, os Estados Unidos resolveram boicotar os primeiros jogos disputados em solo socialista. Também os soviéticos, em 1984, deram o troco e não enviaram seus times. Para o autor da matéria, o belo discurso da amizade, da solidariedade, da igualdade, tem efeito nulo no mundo, ao redor do circo olímpico. Ele afirma, ainda, que a Olimpíada ficou parecendo com a Fórmula 1 na era Ferrari, sem graça, pois só dava Schumacher.

No final da matéria, Marcos Nogueira faz uma ironia, dizendo que “quase todo mundo, movido pelo ‘espírito olímpico’ vai sintonizar a TV nos jogos. E imbuída desse

espírito atlético, muita gente vai se convencer de que precisa de um tênis com solado air-flex-power-system (próprio para corredores), mas que acabam sendo gastos nos shoppings centers” (idem, p. 98).

A crítica de Marcos Nogueira está clara, pois as finalidades primordiais dos jogos não parecem ser alcançadas. Quando ele compara, também, os jogos à Fórmula 1, deixa transparecer o seu desagrado; tanto na corrida de carros como nos jogos, os resultados são os mesmos esperados. E a ironia serve para as pessoas que, motivadas pelos jogos, saem para comprar tênis americano nessas épocas. Diante dessas declarações, o autor da matéria deixa, de certa forma, entrever a sua antipatia pelos Estados Unidos.

Em contrapartida, o enunciador da carta pode ter sido afetado pelos comentários de Marcos Nogueira, o que poderia ter levado à ironizá-lo com um discurso que o deprecia: “*de qual sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira*”. Em outras palavras, o enunciador da carta não aceita o tom irônico usado para falar das Olimpíadas, e ele, por sua vez, faz outra ironia a Marcos Nogueira com termos como “*de que sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira*”.

#### 4.8 Discurso da consciência crítica

Como já observamos na seção III, a consciência crítica é uma forma de relação com o mundo que busca compreendê-lo de modo concreto, analisando-o na base e não pelas aparências. O indivíduo dotado de consciência crítica não aceita as interpretações subjetivas, fantasiosas, enganosas, místicas e outras formas ilusórias de encobrir a realidade. Ele está sempre à procura das causas dos fatos observados, interessando-se pelos porquês mais profundos e reais das coisas.

Uma consciência crítica observa, experimenta, problematiza e crítica os fatos, procurando derrubar as falsas imagens, as suposições levianas, as crenças alienantes, as idéias preconceituosas, para estabelecer a razão, as causas e o sentido das coisas.

Nesse sentido, selecionamos algumas cartas que poderão ser consideradas cartas de manifestação da consciência crítica.

Na carta 06, por exemplo, o enunciador demonstra ter um senso crítico, partindo de determinado conhecimento sobre o assunto, e não concordando com o que a revista lhe apresentara.

#### INEXPLICÁVEL

06 - É lamentável que haja pessoas tentando explicar o amor como se fôssemos compostos apenas de células, hormônios e ligações químicas (“Amor no laboratório”, outubro, pág. 86). SILVANA SALGADO, Campinas, SP

Na carta 06, o enunciador critica a Superinteressante pela matéria publicada, e não concorda com a visão apresentada sobre o amor: “*É lamentável que haja pessoas tentando explicar o amor como se fôssemos compostos apenas de células, hormônios e ligações químicas*”. Em amor no laboratório, a Superinteressante aborda recentes pesquisas feitas com um hormônio chamado *ocitocina*. “Para os cientistas, a ocitocina é uma proteína produzida no sistema límbico cerebral – a estrutura do cérebro envolvida no processamento de sentimentos e sensações. Ela age especificamente na região que comanda o mecanismo de recompensa” (Superinteressante, outubro de 2004, p. 87-8). Em outras palavras, a ocitocina é o elixir do amor. O trabalho de parto e o toque do filhote nas glândulas mamárias da mãe estimulam a produção do hormônio no cérebro em vários mamíferos, inclusive nos seres humanos. O instinto maternal que leva uma fêmea a proteger o filhote, mesmo que isso custe a sua vida, é consequência desse detalhe químico. Para os cientistas, não só a ligação entre mães e filhos é facilitada pela liberação de ocitocina, mas também por quase toda ligação social e formação de laços entre mamíferos. E, segundo eles, não há razão para duvidarmos de que isso inclua o amor entre nós humanos. “Tanto o amor quanto as ligações sociais servem para facilitar a reprodução, nos dar senso de segurança e reproduzir a ansiedade e o estresse” (id, out de 2004, p.88). A ocitocina não é liberada apenas com o parto e a amamentação, mas outras ocasiões induzem a sua produção, tais como: calor, toque, carinho, cheiros agradáveis e o orgasmo. Em outras palavras, a ocitocina é responsável pelo prazer. O estudo sobre esse hormônio foi efetuado primeiramente num laboratório com cobaias – Martin e Robin. Daí se justifica o título “Amor em laboratório”. Quando bloqueados os receptores desse hormônio, os animais não conseguem formar casais. Mas admitem os estudiosos que os estudos sobre a ação do hormônio em gente ainda estão engatinhando. Isso porque não há tecnologia suficiente para investigar o cérebro humano sem esbarrar em barreiras éticas.

Diante desses fatos, o enunciador da carta 06 faz um comentário crítico sobre O amor em laboratório: “*É lamentável que haja pessoas tentando explicar o amor como se fôssemos compostos apenas de células, hormônios e ligações químicas*”.

Para alguns cientistas, o amor não é nem um pouco romântico. O amor emana do cérebro e o cérebro é algo físico. Nessa perspectiva, o amor é tema para discurso científico como qualquer outro evento químico. Mas não foram descobertos ainda métodos para se chegar à essência do amor.

Certamente, a autora-leitora da carta não aceita as assertivas expostas, talvez, pois o que ao longo dos anos o senso-comum vem apregoando sobre o amor não coincide com o que acabamos de observar sobre o amor. O amor sempre esteve ligado com o coração, pois um encontro com alguém que se ama ou um fato importante na vida faziam acreditar que os batimentos cardíacos se tornavam acelerados, deixando, por vezes, as pessoas ruborizadas. Esses motivos levaram também a crer que o coração era o órgão mais importante do corpo humano, até que veio a descoberta do cérebro humano que comanda a maioria de nossos atos e emoções, como visto na revista.

#### QUANTA ABOBRINHA

16 - O texto traz conclusões em absoluto descompasso com a maioria das referências bibliográficas e científicas sobre vegetarianismo (**Superfantástico**, outubro, pág. 46).

FLÁVIO GUILHERME HERNANDEZ,  
São Paulo, SP

A carta acima (16) é uma manifestação do inconformismo do autor quanto à matéria veiculada na Superinteressante, referente ao vegetarianismo. Ao dizer “*Quanta abobrinha*”, logo no título, o enunciante da carta deprecia a matéria ( de Manuela Aquino) sobre o vegetarianismo, desqualificando-a, pois o conteúdo não está de acordo “*com a maioria das referências bibliográficas e científicas sobre vegetarianismo*”. Com isso, o leitor-autor da carta demonstra também que é alguém que conhece sobre o assunto, está a par da literatura existente e é capaz de comentar sobre o ponto de vista “*da maioria das referências bibliográficas e científicas*”.

De acordo com a matéria publicada, se nossos ancestrais tivessem preferido alface no lugar da carne, não estaríamos aqui lendo a revista, pois seríamos macacos. Foi o consumo de gordura e proteína que possibilitou o desenvolvimento do cérebro, até chegar no desenvolvimento atual. Segundo o professor de antropologia da USP, Rui Murrieta, citado na revista em questão, o cérebro humano consome um quinto da energia que ingerimos diariamente, e a carne constitui uma importante fonte de calorias, sem a qual não conseguiríamos alimentar esse órgão. Isso era, no entanto, uma verdade no passado distante, pois hoje existem vegetais capazes de substituir a carne.

Além disso, a caça foi um dos maiores incentivos para que os homens se organizassem em sociedade; a caça de búfalos, por exemplo, exigia um grupo de pessoas, com divisão de tarefas e estabelecimento de hierarquias.

Mesmo a agricultura surgiu do consumo da carne, ou seja, o pastoreio foi um passo para que o homem se estabelecesse em um lugar, sem precisar sair para a caça. Isso promoveu a ocupação de um espaço e tempo para a sua dedicação, o que, conseqüentemente, deu margem ao desenvolvimento do plantio, há 10 mil anos.

Se a escolha do homem fosse optar por deixar o consumo da carne, depois de evoluídos e assentados nas cidades, as conseqüências seriam as mais diversas, conforme o período histórico.

No século XVIII, por exemplo, o governo português decidiu doar fazendas (sesmarias) para povoar lugares, evitando, dessa forma, a invasão espanhola. E a criação de gado foi uma importante atividade no processo de ocupação do Sul do Brasil, na segunda metade do século XVIII.

Caso a adoção de consumo vegetal ocorresse nos tempos atuais, haveria um grande impacto na economia mundial, pois o gado movimenta bilhões de dólares anualmente em termos de economia mundial.

No Brasil, a queda do PIB seria algo muito marcante, sem contar as conseqüências no plano sócio-econômico, como a queda no emprego e na renda de muitas famílias.

Por outro lado, o Brasil poderia ser beneficiado pela mudança, porque o mundo consumiria mais grãos, aquilo de que o país é considerado o maior produtor mundial. Caso o Brasil investisse na produção de soja para fazer carne vegetal, ocorreria a transferência da renda para outros setores alimentares.

O impacto ambiental também seria enorme: hoje, dois terços das áreas agrícolas são destinadas à criação, no mundo, e a troca para a plantação forneceria mais espaço para o plantio, diminuindo a pressão sobre áreas preservadas (como a Amazônia). Isso porém, ocasionaria o aumento de consumo do petróleo, para fabricar fertilizantes, tecidos sintéticos e de animais. Não sabemos, com certeza, se tudo isso implicaria alterações no corpo humano, se a dieta vegetariana limitaria ou expandiria o crescimento, a saúde e a longevidade.

Se, por um lado, os especialistas que defendem o consumo de carne afirmam que o vegetarianismo restringe o acesso a um grupo de nutrientes concentrados na carne, por outro lado, os vegetarianos afirmam que o ferro e a proteína da carne podem ser substituídos por vegetais. Para os últimos, uma dieta de vegetais reduz o risco de doenças (Superinteressante, Outubro de 2003).

É diante dessa matéria que o enunciador da carta demonstra total discordância, para quem o conteúdo exposto não passa de falsidade, de bobagens: “*Quanta abobrinha*”.

Os discursos – do autor da matéria e do autor da carta – demonstram pertencer a diferentes formações ideológicas, havendo sempre quem defenda o vegetarianismo ou o consumo de carne, mas não há ainda uma prova concreta de que a opção dentre um ou outro seja melhor para o ser humano. Existem diversas contradições em relação a um e ao outro, mas nem as ciências conseguiram comprovar o que realmente seja o melhor, até o momento, havendo muitas verdades a serem desveladas sobre o assunto. É sabido, porém, que, por trás de toda essa polêmica, subjazem interesses econômicos, visando ao fator lucrativo no comércio de um como de outro produto, pois, como foi mencionado na matéria, a queda de consumo de carne traria conseqüências graves para a economia mundial.

#### NÃO É BEM ASSIM

17 – A produção de seda no Brasil se consolidou antes mesmo da Segunda Guerra Mundial (Superintrigante, outubro, pág.38). Entre 1908 e 1950 já se produzia seda na Estação Sericícola em Barcelona, MG.

DEMILSON JOSÉ MALTA VIGIANO,  
A LEI DE GÉRSO

#### CHAMADO DE CHARLATÃO.

18 - Por que vocês consideram a lenda da seda fantasiosa se no Ocidente acreditamos que Newton descobriu a teoria da gravidade quando lhe caiu uma maçã na cabeça? JORGE LUIZ LIBANIO, São Paulo, SP

#### S

19 - Jorge, não é possível provar a veracidade de nenhuma dessas narrativas. O único fato nessa história toda é que Isaac Newton tinha uma macieira no jardim de sua casa em Woolsthoupe Manor, Inglaterra.

O enunciador da carta 17 está refutando a matéria apresentada na *Superintrigante* (outubro de 2003): “NÃO É BEM ASSIM. *A produção de seda no Brasil se consolidou antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. Entre 1908 e 1950 já se produzia seda na Estação Sericícola em Barcelona, MG*”.

Na matéria “*Como é fabricado a seda?*”, seu autor expõe que a seda é fabricada do casulo da lagarta de diversas mariposas, sendo a mais comum o bicho da seda da amoreira (95% da produção mundial). E teve origem com os chineses. Diz que a descoberta da seda é repleta de lendas. Para Confúcio (551-479 aC), a honra coube à imperatriz Hsi-Ling-Shi em 2640 aC. Quando saboreava o seu chá da tarde, a imperatriz viu cair um casulo do bicho da seda na bebida fervente. E ela notou que, amolecido, o casulo poderia ser desenrolado, formando um fio. Segundo a revista, a lenda é tão fantasiosa que pode ser até verdadeira. E os chineses tiveram exclusividade na fabricação por três milênios. O governo chinês proibiu a

exportação de ovos de mariposas e sementes de amoreiras, condenando à morte os traficantes. Segundo a Super, ainda, os europeus só desvendaram o mistério em 552, quando o imperador Justiniano enviou alguns monges à China, em missão de espionagem. Os espiões trouxeram ovos de bichos-da-seda dentro dos bordões de bambu. Com isso, Constantinopla tornou-se o primeiro centro de seda da Europa. NO Brasil, por ordem de dona Maria I, a Louca, as primeiras amoreiras foram plantadas entre 1777 e 1792. Mas a produção de seda teve início apenas no segundo Império. Em 1703, Portugal assinou um tratado com a Inglaterra, obrigando suas colônias a importar tecidos ingleses, o que protelou o surgimento da indústria no Brasil. A sericicultura nacional começou a desenvolver-se após a Segunda Guerra Mundial, sendo o Brasil, hoje, o quarto produtor na escala mundial, provindo dos chineses a metade da produção comercializada nos diversos continentes.

Diante do visto, o enunciador da carta 17 discorda que a sericicultura nacional tenha se desenvolvido após a segunda Guerra Mundial. Para ele, isso ocorreu “*antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, na Estação Sericícola em Barcelona, MG*”.

Já o enunciador da carta 18 está criticando a revista Super por haver publicado que a descoberta da seda é cheia de lendas, ou em outras palavras, fantasiosa. Ele discorda dessa postura, porque, ao seu ver, a lenda contada pode ser real.

Às vezes, podemos observar que, em algumas cartas, os autores apresentam um senso-crítico, mas, muitas vezes, ele é infundado, como podemos ver na carta 18, em que o autor refuta a revista por não aceitar a veracidade da lenda da seda, justificando que ela pode ser tão verdadeira como a história da maçã de Isaac Newton, ou seja, sobre a queda de uma maçã em sua cabeça, donde poderia ter surgido a teoria da lei da gravidade. Embora essa história seja muito conhecida, não passa de uma invenção, apenas, para justificar ou exemplificar a teoria do físico inglês. Nada comprova a veracidade dessa história, e, para muitos estudiosos da área, é um fato inconsistente, mas serve para ilustrar as aulas dos professores de física principalmente.

Portanto, o enunciador que comprovar a existência de algo, utilizando-se de uma premissa falsa, o que torna improcedente a sua defesa. Vemos, aqui, um exemplo de uma crítica inválida, como comentamos no capítulo anterior. Inclusive, a resposta da Superinteressante também sugere que nada disso seja verdadeiro: “[...] *não é possível provar a veracidade de nenhuma dessas narrativas O único fato nessa história toda é que Isaac Newton tinha uma macieira no jardim de sua casa em Woolsthoupe Manor, Inglaterra*”, como podemos observar na carta 19.



Sabemos que muitos acontecimentos estão vinculados a mitos e crenças do passado, cuja origem verdadeira nem sempre as ciências conseguem desvendar. Para uns, o fato apresentado na revista pode constituir uma verdade como também uma falsidade, resultando discursos distintos, de formações discursivas diferentes, cujos pontos de vista podem se identificar quando provas mais concretas forem alcançadas.

#### TUDO OU NADA

36 – Ao mostrar que o Universo é quase todo feito de vazio, a reportagem (“O Nada É Quase Tudo”, janeiro, pág. 68) provou que, se somente existisse o que somos capazes de observar ou conceber, a vida seria infinitamente pobre.

ROMILDO VASCONCELOS

Recife, PE - Via Internet

40 – Quando dediquei um trabalho de pós-graduação ao nada, muita gente me questionou. Respondi que o nada é o começo de tudo e, em sendo assim, fazemos parte, como tudo que existe, da infundável alma do nada. Ou seja, nós somos o próprio nada.

JÂNIO SÉRIGIO GURJON

Monte Azul Paulista, SP

A carta 36 refere-se à matéria intitulada “O nada é quase tudo”, (por Flávio Dieguez), cujo conteúdo trata-se do Universo, que, segundo as pesquisas, é formado de puro vazio. E esse vazio – o nada – é mais pesado que todo o cosmo.

De acordo com a matéria, o sol – símbolo das divindades em épocas passadas – não passa de um grão de poeira brilhante entre infinitas estrelas.

Para os leigos é difícil acreditar que isso seja fato, mas também praticamente impossível de contestar que, eliminando todo o tipo de matéria ou radiação, até os gases mais rarefeitos e as menores partículas atômicas, temos um Universo vazio. Como explica a revista, é como uma laranja sem gomos e sem casca. Se tirarmos tudo do cosmo (toda a matéria, todos os micróbios, as rochas, animais, galáxias, átomos, luz), ainda continua pesando três quartos do que pesava antes; restam, precisamente, 73% da massa original. Nenhuma pessoa aceitaria a sugestão de que essa é a massa do nada.

Aos físicos, cosmologistas e astrônomos cabe investigar o cosmo com todo rigor e descobrir do que ele é feito realmente. E eles estão convencidos de que, mesmo num lugar vazio, existe alguma coisa; porém, nem eles esperavam que essa alguma coisa fosse a maior coisa, capaz de carregar sozinha três quartos da massa do Universo. Esse é o grande sonho da humanidade: o de decifrar os segredos do cosmo. Se nós estamos incluídos nos 27% quando excluímos o nada, temos de considerar que os 23% são constituídos de matéria estranha, escura, como os

buracos negros, dos quais pouco sabemos. Dessa forma, apenas 4% restantes representam os planetas, estrelas, galáxias e as pessoas, que são feitos de átomos. Somos, portanto, grãos de poeiras suspensos no nada (Superinteressante, janeiro de 2004).

Conforme a divulgação da revista, ainda, o cosmo, que nasceu há quatorze bilhões de anos, numa explosão chamada de Big Bang, vem crescendo de forma acelerada, e a aceleração cósmica pode ser uma das maiores descobertas de todos os tempos. “As porcentagens da composição do Universo são a demonstração mais espetacular de que o nada é um poço sem fundo, cheio de energia cósmica cristalizada” (Superinteressante, jan. 2004, p. 71). Para melhor compreensão, a revista esclarece sobre essa energia, fazendo uma comparação com água, que, em estado de baixa temperatura, tem os seus átomos calmos e suas propriedades mudam, virando gelo. E os físicos acreditam que algo semelhante acontece também com o nada. No início, quando o Big Bang deixou o Universo extremamente aquecido (1, seguido de 30 zeros, graus Celsius), o nada ainda não existia. O que existiam eram pequenos pedaços de matéria se movendo em alta velocidade, mas que se foram acalmando à medida que o Universo foi esfriando, como ocorre com a água congelada. O nada é então o resultado disso, uma energia cristalizada. E o nada está congelado, desde segundos depois da ocorrência do Big Bang, o que significa que a matéria de que ele é feito sumiu, passando a não ter a menor interferência ao seu redor. Por isso é que ela é nada no Universo de hoje; está calmo, armazena a imensa energia do Big Bang, virando o esqueleto do cosmo. Para alguns, no entanto é exagero afirmar que o nada sumiu para sempre, devido à aceleração cósmica existente, mostrando que pode haver um resíduo do nada ainda ativo. Outro motivo, ainda, como o gelo, basta o reaquecimento do vácuo, para que a “matéria- esqueleto saia do seu abismo para o andar de cima do Universo” (id., p. 71).

Na tentativa de descobrir de que é feito o nada, os Estados Unidos investiram 360 milhões de dólares em uma máquina, instalada no Laboratório Nacional de Brookhaven, chamada colisionador Relativístico de Íons Pesados, com a função de fazer núcleos do átomo de ouro colidir a quase 1 bilhão de quilômetros por hora. Elevando a temperatura no ponto de colisão, certamente os estudiosos conseguiriam forçar que um pedacinho do nada se manifestasse (id., ibid, p.71).

No final da matéria, seu autor cita um astrônomo americano Sten Odenwald, para quem o homem ainda não aprendeu a lição de humildade que a ciência impõe. Não apenas porque somos insignificantes diante do cosmo, mas pela falta de respeito pelos seus mistérios, o que já não acontecia com os incas que, vendo as constelações nos espaços sem estrelas do céu, consideravam tão importante quanto o conhecimento em si.

E em relação à matéria publicada, o enunciante da carta 36 faz uma referência, considerando talvez o aspecto imaterial e metafísico, ao afirmar o seguinte: *“Ao mostrar que o Universo é quase todo feito de vazio, a reportagem [...] provou que, se somente existisse o que somos capazes de observar ou conceber, a vida seria infinitamente pobre”*. Tal afirmativa nos leva a compreender que a vida, vista apenas no aspecto científico, do que é experimentado, do que é mensurado, tornaria o ser humano um nada, apenas grãos de poeira, como observa a matéria da revista em questão. Mas, pela expressão *“se somente existisse o que somos capazes de observar ou conceber, a vida seria infinitamente pobre”*, o autor da carta demonstra acreditar que existem outras formas de conceber, de observar a vida, e que não são fenômenos nem sempre visíveis a todos os humanos. Isso demonstra que, para ele, o homem é mais que um grão de poeira no universo, possibilitando uma visão diferente do que fora publicado, havendo de considerar o aspecto da matéria, mente e espírito. Nesse sentido, para o enunciante, a vida não é infinitamente pobre, como poderiam sugerir os estudiosos das ciências.

Como sempre, as descobertas científicas colocam em cheque determinadas crenças, convicções, que ao longo da vida acompanham o homem, derrubando, muitas vezes, os mitos que os levaram a determinadas escolhas e práticas. Mas, a fé, a crença na existência de Deus é algo tão natural e muito forte, que têm conduzido os homens em seus caminhos, e que nem as ciências conseguem convencer ou fazer mudar o rumo, porque o homem busca sempre uma compreensão além do visível, experimentável, provável. É o que o torna diferente de outros seres existentes. Nesse sentido, certos preceitos da religião demonstram influenciar a visão de mundo do enunciador da carta, o que, muitas vezes, nos cientistas encontramos destituídos de tais influências.

A carta 40 também é uma manifestação acerca do mesmo tema – O nada é quase tudo.

Nela, o seu autor demonstra ser um estudioso da área de astronomia ou alguma área afim, pois declara haver feito um trabalho de pós-graduação (embora não explicita em que nível) sobre o mesmo assunto. Ele demonstra dominar bem o conteúdo divulgado na revista, aquilo que a nós, muitas vezes, é muito abstrato por não constituir um conhecimento com o qual a maioria costuma contactar. Como a revista, a afirmativa de que o nada é o começo de tudo, e que os seres fazem parte do nada, o enunciador da carta apresenta um pensamento compatível com o dos estudiosos americanos.

51 – Não deveríamos ter orgulho do nosso lado Macunaíma (**Superpolêmica**, fevereiro, pág. 98). Otários somos nós. A esperteza brasileira não é produtiva. Ela é fruto de nossos principais defeitos – a displicência, a irresponsabilidade e a arrogância. E faz com que sejamos desonestos e incompetentes.

THIAGO GRUNEWALD,  
Por e-mail

52 – Meu receio é que, ao fazermos apologia da esperteza, o mau-caratismo se considere justificado, criativo e empreendedor. E que, mais uma vez, tudo acabe em samba. Ziriguidum, esquindô, esquindô.

ANGELA FONSECA  
Por e-mail

Na carta 51, o enunciador faz uma crítica, dizendo que “*não deveríamos ter orgulho do nosso lado Macunaíma*”. Afinal, sabemos que o escritor Mário de Andrade, ao criar este personagem, procura nele representar a formação da etnia nacional através da miscigenação das três raças – índio, branco e o negro. O personagem Macunaíma foi denominado o “herói sem caráter”, visto que no Brasil não existe uma raça única na sua formação étnica, com uma identidade única que o caracteriza.

Acreditamos, porém, que o enunciador da carta 51 não está considerando este aspecto suscitado na obra de Mário de Andrade, pois quando nos reportamos a Macunaíma como *herói sem caráter* não significa o que quer o enunciador da carta: o mau caratismo. Nessa perspectiva, a expressão “*Não deveríamos ter orgulho do nosso lado Macunaíma*” torna-se um tanto equivocada, pois qual seria então o lado Macunaíma?

Tanto o autor da carta 51 como a autora da 52, certamente, estão considerando o lado Macunaíma como sinônimo de mau caratismo, levando-os a proferir expressões como: “*A esperteza brasileira não é produtiva. Ela é fruto de [...] defeitos – a displicência, a irresponsabilidade e a arrogância. E faz com que sejamos desonestos e incompetentes*” (51) ou “*ao fazermos apologia da esperteza, o mau-caratismo se considere justificado, criativo e empreendedor*”(52). Mas, ao nos reportarmos para o passado, encontraremos uma resposta para os processos discursivos que vão provendo o brasileiro de uma definição, como parte do

funcionamento imaginário da sociedade brasileira. Tudo isso, na verdade, são nada mais que efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao espírito de colônia, negando historicidade e nos apontando como seres culturais (singulares), a-históricos.

O uso de termos como: *a esperteza, o mau-caratismo* e acrescentemos, ainda, superficial, lógico, alegre, folgazão, indolente e sensual, inteligente, mas desperdiça sem objetividade, são julgamentos pelas “qualidades” do brasileiro (Orlandi, 1990). São discursos que definem o brasileiro e constituem processos de significação, fazendo parte do imaginário da sociedade brasileira, que funcionam como forma de exclusão.

Citemos, pois, como exemplo, a saída de muitos brasileiros em busca de oportunidades pelos países afora, partindo de situações irregulares, ou seja, com a entrada em países estrangeiros sem o visto de permanência, o que tem levado o país a uma baixa credibilidade; somado a essa condição, observamos outras atitudes nada louváveis em algumas situações, o que os torna marginalizados, sendo estigmatizados como pobres, desonestos, displicentes, irresponsáveis e outros adjetivos mais, seguidos de uma famosa expressão : *o brasileiro sempre dá um jeitinho*.

Para a autora da carta 52, ainda, com “*tudo acabe em samba*”, permite-nos inferir que ninguém é julgado e condenado, ficando os crimes impunes, acabando tudo num “final feliz”, certamente, para os maus caráter da sociedade. É comum observarmos uma afirmação como esta: *Tudo acaba em pizza*.

A carta 62 é a manifestação de um leitor preocupado com a situação dos índios do Brasil, aliás do que lhes resta como raça em extinção.

#### ÍNDIOS

62 - Um dia a sociedade globalizada só conhecerá os índios através de livros e da Internet (Os novos índios, março, pág.66). Será o fim de mais uma civilização, como ocorreu com os incas, os maias e os astecas.

LUIZ PAULO DA SILVA,  
Alvorada do Oeste, RO

A reportagem sobre *Os novos índios*, publicada na Superinteressante, fala sobre os índios do Xingu na era da globalização. Hoje eles já não se “despem” como antes, pintando seus corpos com urucum, mas substituíram as penas e as tangas por calças jeans e camisetas de grifes, por vezes; usam tênis e já não são mais aqueles silvícolas como costumamos lembrar. Falam o português, utilizam-se do computador, ouvem rock e reggae. As tabas que ficavam cheias com a presença de muitos índios, no final do dia, para ouvir os caciques e pajés contarem as histórias dos antepassados, já não recebem mais que dez ou quinze índios, pois a maioria está ocupada com outros interesses; muitos vão às cidades vizinhas, onde novas

civilizações foram chegando em torno da área da preservação indígena, para comprar bebidas ou para buscar outros prazeres. Nesse sentido, a reportagem explica que é impossível mantê-los em redoma, para que a cultura indígena não se esvaia, desaparecendo para sempre.

Portanto, segundo o autor da carta 62, “*Um dia a sociedade globalizada só conhecerá os índios através de livros e da Internet*”. A tendência realmente é de extinguir as últimas civilizações indígenas, pois até na política de liderança poderá ocorrer mudanças, uma vez que os índios mais jovens já falam em escolha de líder por eleições, como ocorre nas sociedades não-primitivas. Sabemos, pois, que na tribo dos silvícolas, o chefe é escolhido, segundo a tradição, respeitando a idade e a sabedoria, uma hierarquia, enfim. Mas a exemplo dos brancos, alguns índios já estão sugerindo uma mudança em seu sistema político, o que, certamente, num futuro próximo, causará grandes mudanças de onde advirão também conseqüências nem sempre benéficas.

Cabe, portanto, ao governo do Brasil decidir se conserva a nação indígena, propondo-lhe auxílio, defesas territoriais, proteção contra invasores, interesseiros na exploração de madeiras, ouro e minérios, sistemas ecológicos e outros. O que vai ser difícil é evitar a manutenção do contato com o branco, o que, na maioria das vezes, causa danos irreversíveis, pois doenças e vícios são os mais comuns exemplos do que os índios herdaram dos brancos no passado.

Diante do que fora publicado na revista, o enunciador da carta mostra-se bastante preocupado com os índios e sua cultura que estão em fase de extinção, tendo a globalização como uma das causas: “*Um dia a sociedade globalizada só conhecerá os índios através dos livros e da Internet*”. Esta constitui não somente uma observação e um alerta feitos por um leitor, mas como de muitos estudiosos da antropologia, da sociologia e outras áreas, que vêem na globalização uma forma de igualar os povos, de extinguir a diversidade cultural, a étnica, as diferentes formas de pensar e de criar, interferindo no modo de vida como o que está acontecendo com os índios. É a ideologia capitalista, que tende a globalizar tudo.

A carta seguinte (67) também faz parte do senso crítico, abordado um assunto muito polêmico, que coloca em confronto diferentes teorias, seja no aspecto científico ou seja no ponto de vista religioso.

#### EVOLUÇÃO

67 - Desde a publicação do livro *A Origem das Espécies* vários cientistas tentaram derrubar a idéia de seleção natural (O Detetive da Evolução”, Abril, pág.66). Acho difícil alguém conseguir provar que Darwin estava errado. Ele só não foi totalmente

perfeito, pois desconhecia a ocorrência de mutações, que só foram estudadas posteriormente com o avanço da genética.  
RAFAEL MORETTO,  
Por e-mail.

O enunciador apresenta o seu ponto de vista, assim como vários estudiosos, que consideram a teoria evolucionista de Darwin algo insuperável, como observado na carta: “*Acho difícil alguém conseguir provar que Darwin estava errado*”. A expressão “*vários cientistas tentaram derrubar a idéia de seleção natural*”, pode ser conferida na matéria publicada, intitulada O Detetive da Evolução, onde há referência de um discípulo de Darwin – Stephen Jay Gould -, dentre muitos, que desvendou enigmas que atormentavam seus colegas, desde que Charles Darwin criou a teoria da evolução das espécies, em 1859.

Gould era paleontólogo e especializou-se como biólogo evolucionista. Ele era conhecido como o mais conhecido pesquisador da evolução das espécies desde Darwin, despertando sentimentos contraditórios entre os cientistas. Ele iniciou três debates polêmicos em sua vida, que levaram seus colegas a repensar as idéias formuladas por Darwin.

O primeiro, em 1970, quando estudava fósseis com seus colegas, para entender como a evolução se operava no passado, não consegue achar mudanças graduais nas espécies, como eram previstas na teoria darwinista, ou seja, que os organismos de uma mesma espécie competem entre si, e o mais bem adaptado ao ambiente sobrevive, passando para os seus descendentes suas características lento e gradualmente, causando mudanças imperceptíveis que só seriam relevantes após muito tempo, à medida que as gerações se acumulam. Em vez disso, Gould e seu colega Eldredge encontram longos períodos de quase total estabilidade, sem nenhuma alteração.

Outro fato ocorreu em 1972, quando Gould e Eldredge criam a polêmica teoria do equilíbrio pontuado, segundo a que as espécies dão saltos evolutivos, mudando profundamente de um momento para outro, após ficarem estáveis por muito tempo.

Em 1979, como professor de Harvard, abalou novamente os alicerces da evolução. Ele afirma que as características de alguns organismos são simplesmente consequência da forma como eles evoluíram, e não necessariamente fruto da seleção natural, como querem os darwinistas ortodoxos. Em outras palavras, nem tudo nos seres vivos existe porque traz alguma vantagem evolutiva; algumas coisas são simplesmente efeitos colaterais da evolução. Um exemplo disso é o raciocínio humano. Nossa capacidade de resolver problemas matemáticos não interessava aos ancestrais das cavernas, que tinham a preocupação com a

caça e com os animais ferozes. Assim, a capacidade de ler, contar piadas, construir casas, formar uma vida espiritual veio de brinde, como afirma (Superinteressante, Abril de 2004).

Uma terceira idéia de Gould, a mais incendiária, era que o naturalista deu a entender que existe uma outra força poderosíssima, agindo na seleção das espécies, ou seja, o acaso. Através de um fóssil de 500 milhões de anos de um animal pré-histórico, parecido com um peixe, ele vê a possibilidade de que, se esse bichinho tivesse sido varrido da Terra, por alguma extinção em massa, nós os humanos não estaríamos aqui. Para Gould, a evolução ocorre similarmente à história: não se pode prever o seu desenrolar, e merecimento conta muito pouco no resultado final.

Todas essas idéias – a do equilíbrio pontuado, a do efeito colateral e da evolução pelo acaso -, eram uma forma de humilhar e demonstrar a superação da teoria do cientista inglês, Darwin. Embora tenham vivido em épocas diferentes, a relação entre os dois cientistas foi conflituosa.

Segundo o autor desta matéria (Alessandro Greco), as pessoas acreditam que a visão de Gould é mais aceita, entre os cientistas, mas não é. Ao contrário, ele representa a voz de uma minoria incômoda (Superinteressante, Maio de 2004).

Diante de tais explicações, o leitor-autor da carta observa *que “vários cientistas tentaram derrubar a idéia de seleção natural”*. Com *“Acho difícil alguém conseguir provar que Darwin estava errado. Ele só não foi totalmente perfeito, pois desconhecia a ocorrência de mutações, que só foram estudadas posteriormente com o avanço da genética”*, o enunciador da carta demonstra estar convicto da teoria de Darwin, assim como o autor que publicou a matéria, que afirma Gould ser menos popular que Darwin, representando a voz da minoria.

Logo, a carta é uma manifestação de que ele compactua com o que fora apresentado na revista, reconhecendo a autoridade de Darwin. Só não podemos saber se o autor da carta já era partidário da teoria de Darwin, antes mesmo de ler a matéria, ou após ser convencido pela leitura, onde fica explícito que as idéias de Gould não eram muito aceitas pelos cientistas e que representavam as da minoria incômoda.

Como afirma o autor da carta, ainda, Darwin *“só não foi totalmente perfeito, pois desconhecia a ocorrência de mutações, que só foram estudadas posteriormente com o avanço da genética”*. Isso implica a aceitação total da teoria do velho inglês, reconhecendo que a ocorrência de certas mutações não eram previstas em seus estudos.

A carta 72 é uma crítica ao homem – *“ser vivo parecido com chimpanzé”*- e a sua atitude ao destruir o meio ambiente por questões de *“ganância, poder e riqueza”*.



## ATÉ O OSSO

72 - É quase inacreditável que um ser vivo parecido com o chimpanzé esteja nos levando à destruição da fauna, flora e recursos hídricos (“A economia vai devorar o planeta?”, maio, p.66). Tudo por causa de ganância, poder e riqueza.

Rosinaldo Silva, Rio de Janeiro, RJ.

A veracidade da carta não é algo previsto apenas pelos ambientalistas, mas por muitos meteorologistas, cientistas, que há tempos vinham fazendo previsões sobre as catástrofes que estariam para acontecer e que agora apresentam sinais dessas previsões.

Na matéria intitulada *A economia vai devorar o Planeta?*, seu autor (Bruno Versolato) afirma que, segundo a “economia tradicional”, os recursos do Planeta podem ser desfrutados sem limites (Superinteressante, Maio de 2004). Afirma, também, que daqui a 20 anos, o mundo vai estar assolado por guerras, fomes e epidemias, em consequência direta do aquecimento do planeta. Grandes mudanças ocorrerão, tanto no meio ambiente, como no sistema político, tais como: a militarização das regiões do Nilo, Danúbio e Amazonas; a disputa da água vai ser muito intensa; a queda da produção de alimentos vai ocorrer em função das chuvas torrenciais e ondas de calor insuportável; parte da Europa vai se tornar congelada e outra parte, submersa; com o calor intenso do planeta, as geleiras polares vão derreter, reduzindo a salinidade do mar, o que, por sua vez, vai fazer parar a corrente submarina que leva água quente à costa da Inglaterra; a Grã-Bretanha vai ter um clima como o da Sibéria, e os campos da França vão se tornar campos de neve. Nessa perspectiva, a Terra não vai ser capaz de produzir tanto alimento para sustentar 6 bilhões de pessoas, e a luta pela sobrevivência pode fazer retornar as ameaças nucleares.

Tudo isso não consiste em uma simples opinião de ambientalistas, mas de um estudo feito pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, um órgão altamente conceituado. Durante longo tempo a maior potência do mundo negou a ameaça ambiental, mas com a queda do muro de Berlim (1989) e a queda do comunismo pela economia de livre mercado e pelas democracias liberais, a história pode ser outra. O modelo ocidental tão apregoado pelo mundo capitalista pode trazer consequências nada agradáveis, segundo o ambientalista Lester Brown, citado por Versolato (Maio de 2004). Para Brown, devemos considerar os sistemas econômicos, que simplesmente ignoram o fator ambiental de seus cálculos, na origem dos problemas. Não há uma explicação sobre o derretimento do gelo do mar Ártico na teoria econômica e nos indicadores econômicos. E, como uma saída para a Terra e para a espécie humana, ele apresenta uma proposta: “que os princípios ecológicos ecoem na economia

mundial, numa reforma urgente que foi batizada de economia ecológica” (Maio de 2004, p. 67).

O conceito de economia ecológica surgiu entre as décadas de 60 e 70, e afirma que a economia mundial é um subsistema do meio ambiente e só deve crescer dentro dos limites físicos da Terra. Mas, em contrapartida, existem outros estudiosos da economia que vêem o crescimento como algo que torna as coisas mais abundantes para todo mundo. E essa visão criou uma economia que distoa com o ecossistema do qual depende.

O aumento da temperatura, com o lançamento de carbono na atmosfera e o aumento da população já vem causando o esgotamento de recursos hídricos e de alimentares para a manutenção de um padrão mínimo de vida na maior parte do planeta.

Há quem defenda que não há nada de errado com o nosso planeta, como ocorre com o estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, ex-militante do Greenpeace. Para este, a demografia segue seu próprio mecanismo de auto-regulação, reduzindo nascimentos conforme a melhoria no padrão de vida. E quanto ao aquecimento do mundo, é visto como bom, reduzindo gastos com calefação; em relação ao desaparecimento das geleiras, isso favorecerá diminuindo as enchentes provocadas pelo degelo.

As opiniões como as de Lomborg são raras. Para a maioria dos ecologistas, o impacto das atividades humanas sobre a natureza é fato real. A sobrevivência humana, a salvação do Planeta exigem necessariamente o fim dos crescimentos econômicos e populacionais, além de adoção de uma economia ecológica, com a reforma dos sistemas de produção alimentares, materiais e energéticos. E uma economia ambientalmente sustentável seria movida por fontes renováveis de energia (eólica, solar e geotérmica). A indústria de reciclagem substituiria as atividades extrativas.

Todas as mudanças só terão efeito quando a população mundial estacionar, pois quanto mais pessoas, mais água, mais comida, mais energia, mais espaço, mais bens serão necessários.

Para passar para o estágio da economia ecológica, a humanidade teria que assumir os riscos de falência em massa, crises de governo e dos sistemas financeiros. A reforma de todo o sistema mundial é uma idéia radical e seus efeitos colaterais dificilmente serão aceitos; por outro lado, o modelo vigente também não propõe perspectivas alentadoras em termos econômicos (maio de 2004). Nessa perspectiva é nos questionado se o homem mudará o rumo de desastre econômico e ambiental. O que já fora, anteriormente, perguntado, e um dos pais da economia, Nicholas Georgescu-Roegen, que na década de 70, concluiu que o destino da

humanidade seria ter uma vida curta, mas ardente, extravagante e excitante, em vez de uma vida longa, uma existência vegetativa (maio de 2004).

Diante de tais perspectivas para o futuro, o enunciador da carta 72 faz uma crítica ao homem, destruidor do planeta, com o seguinte: *“Tudo por causa de ganância, poder e riqueza”*. A idéia de posses materiais tem sido ligada à idéia de poder, de riqueza, de status social, no mundo capitalista, o que provoca um desejo exagerado na aquisição de bens de consumo. O homem do mundo capitalista vem se preocupando com o “ter”, tornando-se um consumidor desenfreado; se, por um lado, isso é um incentivo à produção e à economia, por outro lado, constitui-se uma economia que se isenta da responsabilidade com os problemas do meio ambiente, gerando grandes danos ao planeta. Prova disso é que a produção de materiais vem aumentando cada vez mais, gerando maiores quantidades de lixo, que nem sempre é submetido ao processo de reciclagem, constituindo um grande problema para o meio ambiente.

No Brasil, por exemplo, a produção de lixo é de aproximadamente 100 mil toneladas por dia, o que implica dizer que cada indivíduo gera 500g por dia, chegando até 1Kg em grandes centros urbanos. Havemos de considerar que nem todos os países se comprometem com a Coleta Seletiva.

A Coleta Seletiva, baseada em um documento universal (a Agenda 21), que é uma proposta de como alcançar um desenvolvimento sustentável, ou seja, de como desenvolver os países sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social, não é ainda prática rigorosa pela maioria dos países (SEMA, 2005).

Diante de tais fatos, podemos concluir que o enunciante da carta é um indivíduo dotado de senso crítico; a sua compreensão de que *“um ser vivo parecido com chimpanzé”*, referindo-se ao homem, desqualificando-o como um animal que não pensa, que não tem consciência, nem responsabilidade, *“esteja nos levando à destruição da fauna, flora e recursos hídricos”*, demonstra ter senso crítico.

E quanto ao título usado pelo enunciante da carta – ATÉ O OSSO – é uma metáfora, que nos remete à idéia de que tudo é destruído pelo homem, que nada perdoa, nem mesmo o mínimo do que poderia permanecer intacto.

A carta 73 também pode ser considerada de teor crítico, como veremos.

### A MORTE COMO ELA É

73 - A SUPER fez uma reportagem sobre um tema sério como a morte, mas com muito humor (“O que você quer ser quando morrer”, maio, pág 72). Isso causa muito

mais impacto do que as propagandas e conselhos dramáticos exibidos na televisão, praticamente obrigando pessoas a doarem órgãos. A doação de órgãos é importante, sim, mas por que não tratá-la com bom humor? Foi uma tacada genial.  
BRIANA MEIRA.

Com a expressão “*A SUPER fez uma reportagem sobre um tema sério como a morte, mas com muito humor*”, o enunciador da carta refere-se sobre a matéria de Rafael Kenski (Superinteressante, Maio de 2004), que faz uma abordagem sobre os diferentes usos do corpo após a morte, com um tom de humor, intitulado : O que você quer ser quando morrer?

Segundo Kenski, os cadáveres são responsáveis por inúmeros avanços científicos, desde novas técnicas médicas até equipamentos de segurança para carros, salvando milhões de vidas.

E as possibilidades de utilização dos cadáveres são múltiplas, como aparecem em um livro (Stiff) de uma jornalista americana, Mary Roach, citado pela Superinteressante (Maio de 2004), tais como: peças de museu, como ocorrem com milhares de cadáveres que passeiam pela Europa, para apresentar uma recente técnica de conservação de corpos, por até 100 mil anos. Ainda os corpos que não tiveram oportunidades de praticar esportes podem (mortos) cair de um prédio, praticando esporte radical, como dublês, sobre cacos de vidro, ou levar pancadas nos joelhos até quebrar, servindo para testes de carros. Outra área também utiliza os cadáveres com muita frequência – a ciência forense -, observando a decomposição natural, nos campos das universidades americanas, com o objetivo de analisar a velocidade e os vários estágios desse processo, para obter informações que conduzam à solução de assassinatos.

No passado, a técnica para saber quando um corpo não mais estava vivo consistia na observação dos batimentos cardíacos, o que foi superado com o tempo, por causa do surgimento de aparelhos que fazem retornar à vida pessoas com paradas cardíacas, mesmo quando o cérebro não tem chances de recuperação.

Atualmente, um outro critério é utilizado para traçar o fim da vida: a morte encefálica. Esse processo foi muito útil para trazer novos avanços na medicina, ou seja, a sua contribuição no transplante de órgãos, que constituem uma forma sensata de transformar a morte em um benefício (Superinteressante, Maio de 2004).

Tudo isso justifica a afirmação da enunciador da carta: “*A SUPER fez uma reportagem sobre um tema sério como a morte, mas com muito humor*”. Com a expressão “*Isso causa muito mais impacto do que as propagandas e conselhos dramáticos exibidos na televisão, praticamente obrigando pessoas a doarem órgãos*”, a leitora refere-se aos anúncio vistos na mídia televisiva, onde veiculou, durante muito tempo, a obrigatoriedade da doação, exceto em casos em que a própria pessoa declarasse ser contrária, na carteira de identidade.

Caso contrário, todos seriam doadores potenciais. Em sua opinião, a forma como a matéria aborda a doação de órgãos, com muito humor, leva à conscientização das pessoas sobre a doação, sem causar aquele sentimento de pressão e de obrigatoriedade.

Para a autora da carta “*A doação de órgãos é importante, sim*”; ela demonstra ser partidária da doação, reconhecendo a sua importância em praticar boas ações para salvar outras vidas. Leva-nos a inferir também que a sua postura não é a de determinadas religiões, que abominam tais práticas, por acreditarem que o corpo deve permanecer na integridade, após a morte, pois as retalhações não permitiriam alcançar o paraíso. E “*Foi uma tacada genial*” é uma expressão utilizada por jovens principalmente, o que pode confirmar a apreciação da maneira como fora abordada a matéria sobre a doação de órgãos.

As próximas cartas relacionam-se a uma matéria - *Armas: o que fazer com elas?* – veiculada pela revista em questão.

#### DEBATE ARMADO

79 - A Colômbia restringe armas e é o país mais violento. A Suíça permite e é um dos mais pacatos.

São dois exemplos de que a questão não é a proibição ou liberação de armas, e sim resolver problemas estruturais crônicos como a corrupção e o narcotráfico (“*Armas, o que fazer com elas?*”, junho, pág.72).

IGOR MOURA ARAÚJO - Salvador, BA

80 - Proibir a venda de armas a civis não resolve nada. Não são apenas elas que matam. Tomei um tiro no peito de um sargento da Polícia Militar de Alagoas que era meu namorado e não aceitou o término da relação.

LEIDIANE BRANDÃO

As cartas 79 e 80 referem-se à questão do desarmamento, e os autores das cartas acreditam não ser a venda de armas a responsável pelo alto índice de criminalidade, como veremos.

A carta 79, embora enviada em julho de 2004, remete-nos a um assunto muito discutido hoje em nosso país, tanto através da mídia como nos meios comunitários (escola, igreja, sociedade em geral): **o referendo**. O governo brasileiro fez, no dia 23 de outubro de 2005, portanto há quase um ano e meio após a carta ser escrita, uma votação para verificar a opinião do povo brasileiro sobre a proibição de venda de armas de fogo e munição, vencendo o “não”, com mais de 50% dos votos. A carta de Igor nos remete à campanha nacional de desarmamento, que ocorreu em 2004, cujo objetivo era recolher armas dos cidadãos (honestos), e, para tanto, o governo pagou determinados valores, conforme o estirpe da arma, como recompensa. Para muitos como Igor Moura Araújo, não é a proibição ou a liberação que vai solucionar o problema da violência no Brasil, como podemos conferir : “*não é a proibição*

*ou liberação de armas, e sim resolver problemas estruturais crônicos como a corrupção e o narcotráfico*". Esse é o discurso predominante dentre a classe mais escolarizada, por assim dizer, pois, por um lado, o armamento só poderia trazer conseqüências desastrosas à sociedade, porque, segundo o texto, muitas armas que passam a posse dos marginais são armas legalizadas, que foram roubadas. Mas não é só por essa via que as armas vão parar nas mãos de criminosos; o tráfico de armas e ainda policiais corruptos são meios de armamento que encontram os marginais. Nesse sentido, a crítica do enunciador torna-se justificada, pois o problema não está em proibir ou liberar, segundo o enunciador.

O desarmamento, simplesmente, como querem os políticos, causaria outros danos à sociedade, pois os "bandidos" continuariam a ter acesso a armas, fragilizando ainda mais a população. Portanto, o discurso do autor da carta demonstra um senso crítico ao deduzir que a resolução estaria no ataque aos problemas estruturais, através do combate à corrupção e ao narcotráfico, pois o comércio de armas, com a proibição ou não, certamente, continuaria em alta escala.

Na carta 80, também, a autora não acredita na eficiência do desarmamento : *"proibir a venda de armas a civis não resolve nada"*. E com *"Não são apenas elas que matam. Tomei um tiro [...] de um sargento da polícia militar [...] não aceitou o término da relação"*. A realidade é outra, pois não são os civis que cometem a maior parte dos crimes, e sim os policiais, os maus profissionais, que abusam do poder, ou quando não estão trabalhando em cumplicidade com os traficantes de drogas.

A autora da carta nos observa que um policial, seu namorado, tentou matá-la, o que indica que, como temos observado na sociedade, os policiais psicologicamente descontrolados, profissionalmente desqualificados, constituem perigo, pois, ao invés de oferecerem proteção à sociedade, eles são ameaça. Podemos verificar neste caso um duplo crime; um de caráter passional e outro porque, partindo de um policial, demonstra abuso de autoridade.

Tanto em um como no outro discurso sobre desarmamento, a situação é bem mais complexa do que poderíamos imaginar. Num país é liberada a venda e o povo é pacifista, ou, ao contrário, onde a proibição ocorre, existe maior número de crimes.

Sabemos, pois, que muitos países investem grandes quantias em produções armamentistas, e esses têm grandes interesses em comercializá-los. Tomemos, por exemplo, os Estados Unidos, cujo saldo com a venda de produtos bélicos é altíssimo, de onde advêm interesses na sua comercialização. O país apresenta um alto investimento em publicidades, e a sua população tem acesso a armas. Talvez seja o país onde maior número de armas esteja em

posse de civis, e o índice de criminalidade, talvez, seja o mais elevado do mundo, o que não confere muito com a afirmação na carta 76: “*A Colômbia restringe armas e é o país mais violento*”. Os Estados Unidos, como país que libera e incentiva o porte de armas, também são considerados os mais violentos. Por outro lado, a expressão “*A Suíça permite e é um dos mais pacatos*” vai ao encontro do que ocorre em Canadá, onde a arma é liberada e o índice de crimes é baixíssimo.

Logo, acreditamos não ser a proibição ou a liberação da venda de armas o âmago do problema. O fato deve ser visto como um todo complexo, que vai além de fatos da superfície. Cada povo, a sua cultura, a educação, a ética, sua condição sócio-econômica de vida, sua formação como ser humano dentro do respeito ao próximo podem fazer parte de um todo, que podem determinar maior ou menor tendência para a violência.

Nesse sentido, as cartas 79 e 80 enquadram-se como manifestações do senso crítico, pois os enunciadores procuram não absolutizar as coisas, ou seja, percebem que a questão do desarmamento ou não envolve fatores outros que não são ditos ou mostrados.

Como observa Souza (1989), ao absolutizar as coisas, não se perceberia que ao lado do dito existe o não dito, ao lado da fala há o silêncio, ao lado das promessas existem as impossibilidades que dificultam a realização de muitas promessas. Nesse sentido, não podemos também desconsiderar o fato de que, no mundo capitalista, os países mais potentes têm seus próprios interesses econômicos e procuram controlar os demais, colocando-os na sua dependência. É a ideologia do dominante impondo sobre os dominados, com intenções muito claras, ou seja, a de comercializar armas em alta escala.

Ainda, segundo o autor supracitado, a consciência crítica desmistifica as coisas, tornando o indivíduo mais atento, mais alerta, mais comprometido. Comprometido com a sua responsabilidade de “ser histórico”, de agente de mudança do mundo, que luta pela mudança, preservando por um futuro melhor.

Nesse sentido, observamos que, na carta 76, o seu autor, ao manifestar que “*a questão não é a proibição ou liberação de armas, e sim resolver problemas estruturais crônicos como a corrupção e o narcotráfico*”, demonstra fazer uma leitura daquilo que não está dito claramente no texto da Superinteressante, e faz uma crítica ao governo a partir de sua análise do plebiscito. Para ele, o governo procura demonstrar a importância da participação na decisão sobre armas (liberação ou não), como se estivesse atribuindo a responsabilidade ao povo, quando ele próprio deveria conduzir o país dentro daquilo que é do direito do povo: a segurança.

Consideramos a carta seguinte como um discurso crítico, em que seu autor apela, de certa forma, para agressão verbal.

#### YOGA NERVOSO

81 - Patife é o tal do Pedro Kupfer ao difamar uma pessoa sem dizer de quem se trata, o que dificulta a resposta. Esse comportamento tem nome: covardia (**Superpolêmica**, junho, pág. 98).

LÚCIO FLÁVIO DIAS

Em “*Patife é o tal do Pedro Kupfer ao difamar uma pessoa sem dizer de quem se trata, o que dificulta a resposta*”, o leitor-autor da carta mostra-se ofendido com a matéria elaborada por Pedro Kupfer, intitulada “Perigo do yoga vira-latas” (junho de 2004). Na carta, ele manifesta uma insatisfação com o que fora dito na revista, provavelmente porque certas afirmações publicadas chegaram a ferir esse leitor; desde o título já é agressivo, principalmente quando o discurso atinge a alguns praticantes do yoga com o perfil descrito, denominados yogues vira-latas, ou, em outras palavras, yogues sem qualificação, sem competência.

Por outro lado, o autor da matéria (Kupfer) é um praticante de Yoga há mais de 25 anos, e havia voltado da Índia, após uma temporada de estudos. Segundo ele, o yoga é uma prática baseada em princípios filosóficos milenares, que tem como objetivo a melhoria do mundo, ou seja, o princípio filosófico do yoga é tentar amenizar o sofrimento da humanidade, procurando melhorar a vida dos carentes, mantendo hospitais e escolas, gerando empregos através do karma Yoga, ( yoga da ação social). Na Índia, os yogues dedicam suas vidas à prática e ao estudo da filosofia. No Brasil, no entanto, em raríssimos casos, os yogues fazem isso, havendo “profissionais” que, segundo Kupfer, envergonhariam os sábios yogues do passado (Superinteressante, Junho de 2004).

Segundo o autor da matéria, no Brasil, o yoga constitui uma prática de ginástica com incenso, na maioria das vezes, o que se torna um fato abominável, pois facilita o aparecimento de charlatães e oportunistas, que visam a enganar e extorquir dinheiro das pessoas, quando também não aproveitam para obter benefícios e satisfazer seus desejos.

Nesse panorama de vale tudo, existem seitas que tratam essa antiga filosofia com fins apenas lucrativos, oferecendo produtos que vão desde formação profissional (lavagem cerebral) a sexo tântrico (lascívia, desenfreada), sobre a supervisão totalitária do mestre. Especializam-se principalmente nos jovens por serem pessoas mais manipuláveis. E quando ocorrem questionamentos em relação ao autoritarismo, ou quando a pessoa se afasta da faixa etária ideal, ela é impedida de continuar o curso, sendo dispensada. Muitos jovens são atraídos



por essas seitas, porque se identificam com a linguagem e atividades usadas por elas para persuadi-los a serem adeptos. Existem também algumas exigências, que devem ser cumpridas pelos que adotam a seita: obediência, doutrinamento e devoção ao mestre, estabelecidas por juramentos.

Kufter observa também que as palavras yoga e seita são, por princípio, contraditórias; ele vê a impossibilidade de encontrar yogues verdadeiros em seitas; outro motivo também, porque um ser ditatorial, sedento pelo poder, não pode ser yogue. Além disso, o yoga é uma ciência complexa e profunda que busca a realização do potencial humano, chamado de *nirvana* – sem desejos, em sânscrito -, exigindo mudanças nas práticas, desde ações conscientes até relacionamentos com aprimoramento de virtudes.

Pelo que observamos, o autor da matéria é alguém que foi buscar nas fontes os estudos sobre o Yoga, e demonstra estar muito revoltado com muitos yogues do Brasil, que ele denomina de vira latas, ou seja, sem qualificação. Nesse sentido, o enunciador da carta pode ter-se ofendido, ou porque ele é um praticante do yoga, que se enquadra na descrição feita acima, ou porque é um profissional com outros conceitos, diferentes do da tese apresentada.

O leitor-autor da carta acusa Kupfer de não dizer de quem se trata, mas fica claro na matéria que “yoga vira latas” refere-se àqueles que o praticam sem nenhuma base filosófica, tratando-o como se fosse apenas ginásticas com incenso, ou que o limitam ao exercício respiratório. Isso ocorre também com as inúmeras academias de artes marciais, que funcionam sem nenhuma base, sem nenhuma orientação filosófica, acarretando tantos desastres no meio social. Sem o princípio filosófico e ético que os regem, essas práticas tornam-se algo mecânico, uma arma perigosa, com utilização para fins não pacíficos, ou seja, que não para a educação do espírito, para o auto-controle, em situações adversas.

Continuando, o enunciador da carta afirma o seguinte: “*Esse comportamento tem nome: covardia*”. Essa afirmação pode ser considerada muito ofensiva, embora os interlocutores não se conheçam; isso pode ser considerado irônico, demonstrando que, se por um lado, Kupfer mantém um diálogo com os leitores, de maneira também ofensiva, principalmente se eles se identificam com o que fora descrito (yoga vira latas), por outro, o leitor responde, também de forma agressiva, somente porque se sentiu atingido. Não haveria razão de réplica ofensiva, caso um leitor absorvesse as informações como uma novidade, como um fato que poderia ser real.

Vejamos a carta abaixo que também pode ser categorizada nesta unidade.

117– A energia gasta na Olimpíada deveria ser dirigida para preservação do ambiente e corrida contra o analfabetismo.  
OSIAS GONÇALVES,  
Rio de Janeiro, RJ

Na carta 117, seu autor, ao utilizar-se da expressão “*energia gasta na Olimpíada*”, refere-se a todo o trabalho dispensado aos Jogos Olímpicos, desde o preparo físico dos atletas, o custo para os países participantes até a preparação com a participação de diversos segmentos da sociedade do país escolhido para sediar os jogos. Sabemos, pois, que a organização e o desenvolvimento de Jogos entre as diferentes nações mundiais é um fato dispendioso, de alto custo na economia dos países. Levando isso em consideração, o enunciador faz uma crítica a esse grandioso evento, pois, em sua opinião, esses gastos deveriam ser canalizados para a conservação do meio ambiente e para a erradicação do analfabetismo.

Tal comentário demonstra que o autor da carta não aprecia o esporte, mas é um indivíduo preocupado, por um lado, com o meio-ambiente e sua conservação, e, por outro, com a educação, citando a luta contra o analfabetismo.

De certa forma, o autor da carta compactua com as idéias do autor da matéria, Marcos Nogueira (Superinteressante, Agosto de 2004), que, antes de apreciar os jogos, faz mais uma crítica irônica às Olimpíadas, afirmando que esse evento não tem nenhuma graça, porque perdeu o seu verdadeiro espírito, ou seja, compreensão mútua, solidariedade, amizade e “fair-play”, como é apregoado pelo COB (Comitê Olímpico Brasileiro). Continua Nogueira, ainda, que “O movimento Olímpico se fundamenta na liberdade civil e política, na solidariedade para o desenvolvimento do mundo e na igualdade da ordem econômica, social e cultural” (id., p. 98). Bem longe de tudo isso, em 1980, os Estados Unidos resolveram boicotar os primeiros jogos disputados em solo socialista (Moscou). E, em resposta, os soviéticos também não enviaram seus times aos Estados Unidos, em 1984. Daí o motivo de insatisfação do autor da matéria, pois esses sentimentos de solidariedade, de igualdade, de humanidade não existem na prática.

Além disso, o jornalista faz uma outra crítica na reportagem, dizendo que, com o desmoroamento do bloco socialista, levando junto suas fábricas de atletas, os Estados Unidos passaram a ser o único país a conseguir tantas medalhas de ouro, o que dá um tom de monotonia aos jogos.

Todos esses comentários, certamente, surtiram um efeito no leitor-autor da carta, ou seja, Nogueira, apresentando idéias nada favoráveis em relação aos Jogos Olímpicos, leva os leitores a compactuar com as suas idéias desfavoráveis a esse acontecimento mundial. E a

expressão “*A energia gasta na Olimpíada deveria ser dirigida para preservação do ambiente e corrida contra o analfabetismo*” deixa claro que, se o autor da carta era favorável aos jogos que ocorrem de quatro em quatro anos, passou a não mais apreciar o evento.

Deparamos, portanto, com uma mesma formação discursiva entre o jornalista e o leitor-autor da carta, pois ambos são contrários a gastos tão grandes em função de demonstração de poder. Os países mais potentes economicamente competem entre si, para superar os adversários (ou inimigos), garantindo o *status* de melhor, procurando a hegemonia também através do esporte.

E, nesse sentido, o jornalista deixa bem claro em sua reportagem que os Estados Unidos mantêm sempre as melhores classificações nas olimpíadas, assim como na Fórmula 1, na era Ferrari, o que tornava o esporte monótono.

A matéria poderia, realmente, ter influenciado o leitor-autor da carta, para que ele escrevesse o que escreveu, levando-o à manifestação contra o grandioso evento esportivo, principalmente porque exige um gasto dispendioso, em todos os sentidos, que poderia ser aplicado para a verdadeira prática da solidariedade, solucionando alguns dos problemas mais emergentes no mundo. É, de certa maneira, uma crítica muito coerente, quando são observados alguns fatos de interesse particular que ocorrem e que não condizem com o verdadeiro espírito olímpico.

A carta seguinte já é uma crítica negativa sobre a posição de um meteorologista em relação ao aquecimento da Terra.

122 - John Christy tenta amenizar uma triste realidade sobre a situação do aquecimento global, que exige reação, não acomodação (**Superpapo**, agosto, pág. 88). Embora correta em seu ponto de vista, a análise que ele faz é incompleta. Se observasse a questão por todos os lados, não estaria tão calmo.

ODO PRIMEVESI, São Carlos, SP

O autor da carta acima faz uma crítica ao meteorologista John Christy, que defende a idéia inusitada de que quanto mais quente a terra, melhor será, trazendo-nos algumas vantagens. Para esse estudioso americano, a terra está se aquecendo, mas, segundo ele, em ritmo lento e normal. As conclusões de seus estudos não coincidem com as de outros estudiosos, contrariando na maioria dos casos, porque seus adversários baseiam-se em dados de termômetros espalhados próximos à superfície do planeta. Para Christy, essa metodologia é inadequada, pois ele tem por base a medida da temperatura da atmosfera por satélites, que permite verificar o

aquecimento do planeta como um todo, em todas as camadas. E as temperaturas atmosféricas mostram, segundo ele, que temos um aquecimento modesto, equivalente a 30% do que afirmam os modelos climáticos mais populares, utilizadas pelos ambientalistas. Para Christy, satélites são capazes de medir todo o planeta de maneira sistemática e diária e, portanto, fazem um retrato melhor da situação do que os termômetros.

Na entrevista à Superinteressante, o meteorologista americano, quando questionado sobre a causa do aquecimento, atribui a culpa à natureza, afirmando que a temperatura da natureza nunca é estática, mudando sempre. O aquecimento ou o resfriamento, segundo ele, é resultado de uma série de forças que atuam no clima, como variações solares, erupções vulcânicas, gases de efeito estufa ou alterações da superfície terrestre.

Quando o leitor-autor da carta diz: *John Christy tenta amenizar uma triste realidade sobre a situação do aquecimento global, que exige reação, não acomodação*, certamente, ele se opõe ao fato de o pesquisador haver afirmado que o aquecimento é modesto. Para o enunciador, a atmosfera está quente e mudanças estão ocorrendo, o que justifica a expressão “*Se observasse a questão por todos os lados, não estaria tão calmo*”. O discurso que ultimamente tem sido circulado realmente é que o planeta está se aquecendo numa velocidade rápida, havendo a necessidade de conscientização dos povos sobre os problemas relacionados com o meio ambiente. Desta forma, muitos países propuseram assinar um acordo, como o Protocolo de Kyoto, por exemplo, com fins de preservar o meio ambiente, diminuindo o lançamento de gases tóxicos na atmosfera, o que tem causado o efeito estufa.

Como os discursos que circulam são referentes ao aquecimento terrestre e, em consequência, a conservação do meio ambiente, o enunciador da carta critica o ponto de vista de Christy, que se opõe ao senso comum, dizendo que não é agravante o crescimento da temperatura. O enunciador critica, ainda, o trabalho do pesquisador como incompleta (*a análise que ele faz é incompleta*), mas não nos permite conferir qual o seu grau de domínio sobre o assunto para emitir tal afirmação. Se fosse um enunciado proferido por um outro pesquisador, haveria a possibilidade de atribuirmos crédito no que está sendo criticado, mas não sabemos se ele parte de alguns conhecimentos empíricos, apenas, o que poderia justificar a sua crítica como infundada, ou que o seu discurso seja apenas a repetição dos discursos existentes sobre o meio ambiente, que circulam em nosso meio: a

necessidade de conservar as florestas para se evitar o aquecimento terrestre e outros desastres ecológicos.

Como vimos em outra unidade desse capítulo, o discurso de autoridade tem o poder de credibilidade, de certa forma, porque partindo de alguém a quem é outorgado o direito de dizer o que diz, justifica uma posição diante de fatos como esse. Entretanto podemos observar que o discurso do leitor-autor confere com a maioria dos discursos que circulam por aí, e demonstram preocupações quanto ao futuro do planeta Terra, como vemos em: “*Se observasse a questão por todos os lados, não estaria tão calmo*”. Realmente, quanto a isso, o enunciador tem razões bastantes para fazer tais afirmações, pois a natureza tem-se mostrado enfurecida com tantas agressões que o homem vem praticando contra ela. Basta observarmos os grandes acidentes, em consequência das agressões, como os vendavais, as chuvas torrenciais que têm causado grandes alagamentos das cidades, a elevação do nível do mar com o derretimento das geleiras, podendo citar o Monte Kilimanjaro, na Tansânia, por exemplo, que passou a ficar descoberto do gelo por causa do aquecimento do planeta, e muitos outros desastres ecológicos que vêm ocorrendo no mundo.

Se levarmos em conta todas essas ocorrências, realmente o argumento do enunciador da carta 122 é bastante convincente. Realmente as pessoas não estariam calmas. Haveriam de tomar atitudes emergentes, começando pela conscientização dos indivíduos. É o que ocorre aqui em nosso país, pois na educação já vem ocorrendo a inclusão de temas sobre o meio ambiente, como assunto interdisciplinar. Nesse sentido, podemos observar, que o discurso da conservação do ecossistema, das florestas, dos rios e outros mais que circulam no Brasil, por exemplo, parece ser um discurso determinado pelos países hegemônicos, demonstrando uma ideologia do controle, que devem ser seguidos principalmente por países que possuem grandes reservas ecológicas, como é o caso do Brasil. Falamos de uma ideologia imperialista, daquele que dita e exige obediência. É a lei do “faz o que mando, mas não faça o que faço”, como é o exemplo dos Estados Unidos, que nem sempre cumprem aquilo que é apregoado no discurso de conservação, haja vista o seu descomprometimento com o Protocolo de Kyoto, recusando-se a participar. Como país poderoso e autosuficiente, de certa maneira, os Estados Unidos impõem a obediência de suas exigências impostas por parte de

países menos potentes, o que por vezes tem criado grandes atritos e provocações de grandes efeitos no mundo atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, envolvendo desde a escolha do tema, a seleção do material a ser analisado, as leituras para a fundamentação teórica, ou para inteiração com os conteúdos da revista Superinteressante às quais se referem as cartas, e a análise das cartas, foi-nos de grande valia, pois proporcionou-nos um conhecimento sobre mais este gênero - cartas de leitores -, o que não é ainda muito explorado tanto nos meios dos pesquisadores como nas instituições de ensino.

Embora o tempo de que dispúnhamos não fosse extenso, foi-nos possível a verificação de algumas características específicas desse gênero que, como instrumento de interação, é utilizado hoje por inúmeros jovens e adultos – mídia expressa -, para manifestar suas opiniões.

Em função do espaço limitado, as cartas de leitor estão sujeitas ao resumo ou paráfrase, sem contar que são submetidas ao processo de editoração. Mesmo assim, não deixam de constituir um espaço onde um número cada vez maior de jovens e adultos vêm se engajando, para manifestar opiniões, pela facilidade com que o fazem por meio eletrônico.

As cartas de leitor, como parte do gênero primário, constituem um meio de interação entre os sujeitos envolvidos, que se inserem em uma atividade responsiva, de réplicas, ora entre os autores das cartas e o editor, ora entre leitores. Nesse sentido, muitos escrevem para elogiar a editora Abril pelas informações fornecidas nas revistas através das matérias publicadas, outros escrevem para criticar, para pedir opiniões, para ironizar, para demonstrar empatia e muitas outras intenções.

E, ao analisarmos as cartas de leitores(as), pudemos constatar que, por meio delas, é possível depreender muitas informações sobre os sujeitos do discurso: seus gostos, suas crenças, suas aspirações, seus sentimentos, seus preconceitos, a forma como percebem a realidade, os padrões de conduta de determinada classe social e sua visão de mundo. Se, por um lado, a ocorrência de elogios ou de críticas, advindas de leitores aos autores das matérias e ao editor, foram constantes, e, em contrapartida, as respostas da revista também. Constatamos que em alguns casos os leitores manifestam suas opiniões em relação às cartas de outros leitores, através de edições posteriores, estabelecendo também uma atividade dialógica entre eles, como observamos.

E algumas práticas sociais (opinar, questionar, refutar e outras mais) tornam-se mais fáceis, também porque entre os autores das cartas e o editor não existe qualquer relação amistosa, ou seja, são pessoas que não se conhecem, facilitando a interlocução. Em outras palavras, por meio de cartas de leitor, abre-se possibilidade de abordar um determinado assunto com um desconhecido pelo fato de um indivíduo não se sentir inibido. É o que vimos principalmente nas cartas com tom confessional, onde os seus enunciadores falam de assuntos que revelam suas escolhas e que poderiam lhes trazer algumas conseqüências, se revelados a familiares e conhecidos, dependendo do grau de preconceito da comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, o ato de escrever para uma revista pode trazer maior liberdade para quem o faz, pois um autor de carta dificilmente incorreria no risco de ser criticado pelo editor, embora tenhamos observado um único caso dentre as várias analisadas, o que não é comum (carta nº 70), e o tom debochado parte de outro leitor, como no exemplo: fumar maconha causa burrice.

Quanto aos temas veiculados pela revista, observamos que se tratam dos mais diversos – política, religião, medicina e saúde, tecnologia, curiosidades, meio ambiente, física, biologia e outros –, sendo que a característica maior da *Superinteressante* é a divulgação científica. E os diferentes temas são abordados em seções denominadas *superleitor*, *supernovas*, *superfantástico*, *superzoom*, *superpôster*, *supertech*, *superpapo* e outras, de acordo com o conteúdo.

Como observamos, o prefixo *super* agregadas aos nomes serve como um meio de a revista reforçar a imagem que dela se quer passar, ou seja, uma revista superior às outras, até porque o uso da palavra *superleitor*, na seção cartas de leitor, é um nome que enaltece e valoriza aqueles que a lêem e escrevem e são considerados superiores aos outros pela escolha feita.

Havemos de acrescentar também que nos foi possível observar que leitores de diferentes níveis sócio-culturais são enunciadores das cartas de leitores, desde jovens até cidadãos adultos, de ambos os sexos. E muitos têm uma visão crítica aguçada sobre determinados assuntos, fato esse, talvez, por pertencerem a uma categoria de leitores mais maduros, pela prática mais intensa da leitura, ou porque são especialistas de determinadas áreas do saber. São também chamados leitores bem informados e críticos pelo seu nível sócio-econômico e cultural maior e que, portanto, nem sempre aceitam as matérias como foram publicadas, ora na sua incompletude, ora numa visão que não coincidissem com sua formação ideológica. Isso vem confirmar que a editoração, pela qual passam as matérias antes de serem publicadas, é uma forma de evidenciar que determinadas formações ideológicas que



permeiam o jornalismo determinam o que pode ser dito e o que não deve ser dito, ou dito de outra maneira, no caso.

Quanto à linguagem utilizada, principalmente pelos autores jovens das cartas, é a modalidade coloquial, mesclada de gírias, presença de clichês, com argumentos breves, característica própria desse gênero. As cartas de pessoas especializadas em determinadas áreas do conhecimento, porém, revelam o domínio do assunto pelos argumentos fundamentados em determinadas correntes, com citação de nomes de autoridades, e o uso de jargões técnicos, em alguns casos. Ainda pela linguagem, foi-nos possível reconhecer alguns atos de demonstração de aceitabilidade e receptividade, outras, de rejeição até de agressividade, como podemos observar, respectivamente: achei muito esclarecedora a matéria; recomendo a super a todos, ou quanta abobrinha; patife é o tal de Pedro Kupfer. Algumas linguagens também nos revelam um tom irônico, como vimos nas cartas assim categorizadas, em pequeno número: de qual sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira; anúncio [...] da loira é divertido, jovem, inteligente e de rápido raciocínio.

E quanto à linguagem presente nas matérias publicadas, sendo a Superinteressante uma revista de veiculação de artigos científicos, ela se torna a mediadora entre as ciências e o jornalismo. Em outras palavras, a ciência tornou-se do domínio público, deixando de ser de interesse apenas de pequenos grupos, e a abordagem científica, em se tratando de jornais ou revistas, recebe um tratamento diferente do de uma revista de circulação para especialistas da área, havendo de sofrer uma adaptação na linguagem. Não somente a linguagem, mas a matéria em si haveria de sofrer uma adaptação, trazendo em seu bojo apenas temas em geral, com segmentação em partes. As descobertas tecnológicas devem ser divulgadas gradativamente, sem grande aprofundamento, como se elas fizessem parte de uma série iniciada e que tende a continuar indefinidamente.

E, nesse sentido, em se tratando de uma revista direcionada para jovens e adultos de uma certa camada sócio-cultural, a linguagem da Superinteressante, embora permeada por jargões técnicos, ora mais, ora menos, conforme o assunto, não dificulta a compreensão de seus textos pelos leitores. A maioria das reportagens possibilita fácil acesso ao entendimento, pois isso é de interesse da própria editora. A revista deve ser, de certa forma, acessível às camadas sociais que a adquirem, para cumprir o objetivo do jornalismo - o de informar -, mas ela almeja, principalmente, ser reconhecida como a melhor, para atingir um potencial maior de venda.

Quanto aos cortes aos quais estão sujeitos os artigos científicos conduzem as publicações a direções nem sempre aceitas por seus leitores, principalmente por aqueles tidos

como críticos, o que levam à revolta, motivando a escrita das cartas. São leitores que demonstram ter certo domínio do assunto e, portanto, refutam algum aspecto na abordagem da matéria, como podemos ver em: descompasso com a maioria das referências, não se pode atribuir aos antibióticos e às vacinas a queda [...] da mortalidade; a ciência não consegue entender a homeopatia [...] usando parâmetros da alopatia. Esses são comentários feitos geralmente por pessoas especialistas da área da saúde, mas pudemos verificar outras ocorrências em diferentes áreas.

Embora tenhamos efetuada a classificação das cartas com diferentes nomes (carta de empatia, afloração de sentimento, do senso-comum, e outras mais), é importante que esclareçamos, mais uma vez, o princípio teórico que norteou o nosso trabalho. Partindo da concepção de que a linguagem é um fenômeno social, como vimos em Bakhtin, é por meio dela que se manifesta a ideologia de determinada sociedade. Nessa perspectiva, apesar da classificação de algumas cartas como *discurso ideológico*, as demais não fogem dessa visão; todas as cartas constituem a expressão da visão de mundo dos sujeitos enunciadorees, todas são ideologicamente marcadas. Apenas escolhemos um item denominado *discurso ideológico* e agregamos algumas cartas a essa categoria, pelo fato de a ideologia estar muito claramente evidente.

E considerando a linguagem como forma de veiculação das ideologias, levando em conta a situação sócio-histórica de produção, as cartas revelam, por meio de marcas de escolhas lingüísticas, muitas informações sobre o leitor-autor, a intenção por que escreve, sua visão de mundo, a forma de pensar de uma coletividade. Nesse sentido, alguns escrevem porque demonstram estar satisfeitos com a revista a ponto de agradecerem, o que podemos conferir com as expressões: parabéns; a Super é um mito, é coisa dos deuses; recomendo a Super a todos; nunca empreguei meu dinheiro tão bem. Essas e outras são expressões que elevam o nome da revista, e servem para reforçar seu ethos, configurando-a como um meio de comunicação de credibilidade e aceitabilidade.

A revista apresenta, ainda, outras cartas de pessoas indignadas com determinadas matérias, como podemos ver em: veículo de alienação; a Super foi infeliz; a qualidade tem decaído; fiquei desolada com a mediocridade da notícia; minha indignação aumenta cada mês que recebo a revista. E quando ela cita essas cartas, mesmo que em menor quantidade que aquelas que tecem elogios, consegue obter um efeito de sentido de veracidade, de fidedignidade, de seriedade, pois a apresentação de cartas tecendo só elogios poderia

suscitar um efeito negativo. Portanto, a edição de cartas com elogios servem também para neutralizar o efeito negativo das que desapreciam a revista.

Como já prevista, a editora procura manter o controle das cartas e das matérias publicadas na revista, através do processo de filtragem, como ocorreu, por exemplo, com uma antropóloga que dizia arrependida de haver dado a entrevista sobre uma tribo de índios Wajãpis, pois a revista deixou entrever um efeito outro que aquele pretendido. Isso é prova de que a manipulação tanto das entrevistas, das matérias, como das cartas de leitores ocorre na prática, para que a ideologia subjacente à instituição jornalística, nem sempre visível, esteja em predominância, fazendo-se valer através deste instrumento midiático.

Ainda ao analisar as cartas, aquelas que expressam a opinião de seus autores sobre determinado conteúdo pareceram-nos mais interessantes que aquelas de simples manifestação de empatia ou de afloração de sentimento, que expressam a subjetividade do enunciador, na relação leitor/editor. As cartas categorizadas como a de senso comum, ideológicas, de autoridade, da consciência crítica constituem um exemplo mais evidente dessa categoria. Isso talvez pelo fato de que essas exijam uma inteiração maior com determinados assuntos, requerendo maior leitura, maiores conhecimentos, portanto. E dentre as que se enquadram nas classificações acima, foram as de consciência crítica que em maior número puderam ser observadas e analisadas, o que é justificável pela característica da revista.

Em relação aos argumentos, é nessa categoria, ainda, que alguns de seus autores apresentam opiniões que revelam uma visão ora generalizada ora parcial de um assunto; outros demonstram um conhecimento mais aprofundado, apresentando argumentos com base científica. Exemplo disso são as cartas de autoridade, cujas opiniões não se identificam, na maioria das vezes, com as da revista. Seus autores escrevem para refutar, ora pela incompletude da matéria, com omissão de nomes e dados, ora pela forma tendenciosa de abordar um tema, criticando determinadas correntes existentes nas áreas profissionais. Isso serve para confirmar a constatação contínua de formações discursivas e ideológicas distintas nas cartas. E muitos são especialistas que, ao identificar o nome da profissão ou o local de trabalho a que pertencem, manifestam sua opinião como autoridades que têm o direito de falar da forma que o fazem.

A Superinteressante, por sua vez, procura responder às cartas de maneira como se justificasse as questões levantadas pelos leitores, porém nem sempre conseguindo isso de forma convincente, como ocorreu com a carta 48, justificando que a matéria fora escrita com finalidade de apresentar diferentes ramificações de uma determinada religião. O autor da

matéria, no entanto, apresenta, de forma muito clara, a sua opinião, levando até a desacreditar uma determinada religião os que lêem a matéria. E alguns exemplos dão-nos a impressão de que a revista parece estar totalmente descomprometida; vejamos alguns: nem sempre dá para agradar a todos; não é possível provar a veracidade de nenhuma dessas narrativas; não endossamos as teses que apresentamos.

Se por um lado há quem fale porque domina o conhecimento de determinada área, há também aqueles que opinam com base em uma visão disseminada pelo senso-comum, o que comprova que certas idéias são veiculadas em função da ideologia de determinada classe social. E as cartas que se enquadram nas de senso comum e nas ideológicas têm relação entre si, pois aquelas podem ser consideradas um fenômeno cultural, cuja função é estar à mercê da classe dominante, ou seja, é através do senso-comum que uma determinada ideologia - o da classe dominante - veicula, de forma quase imperceptível, suas idéias em meio a massa da população. E essas idéias, quando massificadas, acabam sendo aceitas como axiomas, fazendo parte do imaginário coletivo. Daí que algumas noções de senso comum nos chamaram a atenção, demonstrando como idéias acabam se fixando como verdades na sociedade, fortalecendo certas ideologias. Vejamos, pois, um exemplo: faça o que eu digo, mas não o que eu faço, em relação aos Estados Unidos e à sua prática política; e somos apenas selvagens que gostam de dançar, em relação à imagem que o Brasil exporta pelo mundo. Observamos poucas cartas que se encaixam no primeiro exemplo.

Se por um lado, verificamos opiniões com argumentos que revelam visões ingênuas, quando acreditam, por exemplo, na imparcialidade do autor das matérias publicadas, pelo fato de desconhecerem alguns leitores que a aparente imparcialidade seja efeito de sentido, obtido através de algumas estratégias discursivas que podem representar um recurso valioso para o jogo de poder, por outro lado, houve casos em que leitores demonstram ter consciência da manipulação à qual estão sujeitas as matérias e das formas tendenciosas de publicação. É o que podemos conferir em: desservidos pela notícia inconsistente e preconceituosa; várias atitudes estadunidenses foram maquiadas para aliviar a barra do país.

Pudemos constatar, ainda, que nesse sub-gênero de um gênero maior – carta -, pode coexistir mais de uma característica, ou melhor, uma carta de leitor pode, ao mesmo tempo, enquadrar-se na categoria do senso comum, como, ao mesmo tempo, na de discurso de ironia; é o que ocorre com a carta 84.

Para concluir, observamos que este trabalho trouxe-nos muitas informações interessantes sobre esse gênero – cartas de leitor. Através das diferentes formações discursivas, pudemos constatar a existência de diferentes formações ideológicas que norteiam a conduta dos indivíduos na sociedade, ora com visões de mundo que circulam em uma determinada classe, ora com visões mais críticas, demonstrando uma certa compreensão da existência de forças coercivas, cujo sujeito do discurso demonstra, às vezes, uma certa singularização, fugindo ao que é determinado institucionalmente, não sendo, no entanto, essa atitude o que ocorre na maioria das práticas do cotidiano.

Esses aspectos nos permitiram conhecer melhor o estudo deste gênero, porém acreditamos que muitos outros podem motivar novas pesquisas, tendo como seu objeto cartas de leitor. E, nesse sentido, ficam algumas sugestões: a) a categorização de cartas de leitor da revista em questão em discurso feminino/masculino e análise dos argumentos pela utilização de escolhas lexicais; b) a influência do grau de escolaridade ou da faixa etária sobre os argumentos manifestados nas cartas de leitor; c) o aspecto irônico nas cartas de leitor.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antonio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho ideológico de Estado**. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1978.

ARAÚJO, Antonia Dilamar. Uma análise da polifonia discursiva em resenhas críticas acadêmicas. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs). **Gêneros textuais e práticas discursivas**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

AZEREDO, José Carlos de. **Letras & Comunicação – uma parceria no ensino de língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucite, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. BEZERRA, Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso: relatar; notícia**. São Paulo: FTD, 2001.

\_\_\_\_\_. Do Professor Suposto pelos PCNs Ao Professor Real de Língua Portuguesa: São os PCNs Praticáveis? In: ROJO, Roxane (org). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: Praticando os PCNs**. São Paulo: Educ & Mercado de Letras, 2002.

BARROS, D.L.P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 3.ed. Curitiba: UFP, 2001.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 a.

\_\_\_\_\_. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 b.

BONINI, Adair. **Ensino de gêneros textuais: a questão das escolhas teóricas e metodológicas**. Trabalho de Lingüística Aplicada. Campinas: 2003. (37): 7-23. Jan-Jun

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001.

BRANDÃO, Helena Nagamine (Coord). **Gêneros do discurso na escola**. Vol.5. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRONCKART, J-P; **Atividades de linguagem, textos e discurso**. São Paulo: Educ, 2003

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 35. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. Texto jornalístico e educação. In: AZEREDO, José Carlos (Org.) **Letras e comunicação –Uma parceria no ensino de língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DELEUZE, Guilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DIONISIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita: Elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona)**. Tradução de Roxane Rojo & Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004

FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FAUSTO NETO, Antonio. **Comunicação & mídia impressa. Estudo sobre a aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1997.

FONTANINI, Ingrid. Cartas ao editor: a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: **Gêneros textuais**. MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs). Bauru, SP: Edusc, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 23. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** 7. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 15. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREITAS, M. T. A. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 13.ed. Trad. Bethânia S. Mariani; Eni Pulcinelli Orlandi; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** 13.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

GERALDI, J.W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder.** 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GREGOLIN, M.Rosário Valencise. **Análise do Discurso: Materialidade do Sentido.** 4ed. São Paulo: Unicamp, 1996.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da Enunciação ao Acontecimento. Discurso em Análise de Discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). **História e Sentido na Linguagem.** Campinas, SP: Pontes, 1989.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto.** 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

GUIRAUD, Pierre. **A linguagem do corpo.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991.

HOFFNAGEL, Judith C. Entrevista : uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

INDURSKY, Freda. Relatório Pinotti: O jogo Polifônico das Representações no Ato de Argumentar. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP : Pontes, 1989.

KATO, M. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

LONARDONI, Marinês. **Cartas de leitores: um estudo do discurso e da construção argumentativa das cartas de leitores em revistas**. Tese de doutorado. Araraquara, SP: UNESP, 2004.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté, SP, 2002.

MACHADO, A.R. A perspectiva interacionista sócio-discursiva e Bronckart (artigo no prelo) In: MEURER, J.L.; BONINI, A; MOTTA-ROTH, Desirée. **Gêneros em diferentes perspectivas** (2004).

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação.** Trad. Cecília P. de Souza e Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARCONDES, Danilo. Linguagem e Ideologia. **Filosofia, Linguagem e Comunicação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **Gêneros textuais e ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sociologia Política Marxista.** São Paulo: Cortez, 1995.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO, C.R.B. **Cartas à redação: uma abordagem discursiva.** Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée. **Gêneros textuais.** Bauru, SP: Edusc, 2002.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Subjetividade e formação de opinião na mídia impressa. In: GHILARDI, Maria Inês; BARZOTTO, Valdir Heitor (orgs). **Nas telas da Mídia.** Campinas,SP: Alínea, 2002.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Lógica aplicada à advocacia: técnica de persuasão**. São Paulo: Saraiva, 1981.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. Silêncio e Implícito (Produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (org). **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista. Discurso de Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Gestos de leitura: da História no Discurso**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto – Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PEREIRA, J.S.V.; ALMEIDA, M.B. Sabe tudo sobre tudo: análise da seção de cartas-pergunta em revistas femininas para adolescentes. In: MOTTA-ROTH, Desirée. (org). **Gêneros textuais**. Bauru. SP: Edusc., 2002.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PLATÃO, S.F.; FIORIN, J.L. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1995.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTAELLA, L. **Produção de Linguagem e Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Cortês, 1996.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. **A carta e as cartas de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Helena Rodrigues Rojo e Glaís S. Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA). **Desperdício Zero**. Curitiba, PR: 2005.

SILVA, V.L.P.P. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I.V. e BARROS, K.S.M.(orgs). **Tópicos em lingüística do texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997.

SOUZA, Ari Herculano. **A ideologia**. São Paulo: Brasil, 1989.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produções de Sentidos no Cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TAKAZAKI, Heloisa Harue. **Linguagens no século XXI**. Vol.8 São Paulo: IBEP, 2002.

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. 3. ed. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, Discurso e interação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VÉRON, Eliseo. **A Produção de Sentido**. Trad. Alceu Dias Lima; São Paulo: Cultrix, 1980.

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Trad. Pietro Nasseti. Série Ouro. São Paulo: Martin Claret, 2003.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

### **Jornais e Revistas**

JB Online, 30/09/2002. Seção Opinião.

SUPERINTERESSANTE. (Out/2003). **Meditação**. Edição 193.

SUPERINTERESSANTE. (Nov /2003). **Hitler-como ele pôde acontecer.** Edição 194.

SUPERINTERESSANTE. (Jan /2004). **Medicina alternativa.** Edição 196.

SUPERINTERESSANTE. (Fev / 2004). **Evangélicos.** Edição 197.

SUPERINTERESSANTE. (Mar / 2004). **Como o Pop matou o seu rei.** Edição 198.

SUPERINTERESSANTE. (Abr /2004). **Quem matou Jesus?** Edição 199.

SUPERINTERESSANTE. (Mai / 2004). **Tróia.** Edição 200.

SUPERINTERESSANTE. (Jun / 2004). **Google.** Edição 201.

SUPERINTERESSANTE. (Jul / 2004)**Casamento gay.** Edição 202.

SUPERINTERESSANTE. (Ago / 2004). **Medicina Ayurvédica.** Edição 203.

SUPERINTERESSANTE. (Set / 2004). **A ciência de comer bem.** Edição 204.

ANEXOS



**Revista Superinteressante – edição 194 – Novembro de 2003 – SUPERleitor pág 20 e 21**

Quem lê é ...

01 – “Fiz a assinatura da super há pouco e agora percebo quanto tempo perdi não tendo assinado antes”.

FERNANDA PEDRO,  
Leme, SP

02 – EXERCITANDO A ALMA E A MENTE

A matéria contou tudo o que eu precisava saber sobre meditação (“É só respirar”, outubro, pág. 56) até o design das páginas me trouxe equilíbrio interior.

RONY CARLOS DOS SANTOS,  
Manhuaçu, MG

03 – Fazer uma reportagem sobre meditação e não mencionar em uma linha sequer o nome de Paramahansa Yogananda é o mesmo que escrever sobre psicanálise e não falar de Freud.

ADILSON MAFRA JÚNIOR,  
Blumenau, SC

04 – A meditação foi abordada de forma muito superficial, como sendo uma prática limitada à respiração.

JOSÉ MURILO SANTAMARIA,  
Campinas, SP.

Eu leio!

05 - “Deparo-me sempre com o inusitado, que me enriquece de boas idéias”

SABRINA PARLATORE

INEXPLICÁVEL

06 - É lamentável que haja pessoas tentando explicar o amor como se fôssemos compostos apenas de células, hormônios e ligações químicas (“Amor no laboratório”, outubro, pág. 86).

SILVANA SALGADO,  
Campinas, SP

PARANÓIA DELIRANTE

07 - Vivo no Japão e fico indignado com a imagem que os japoneses têm do Brasil (Superpolêmica, outubro, pág. 106). Para eles somos apenas selvagens que gostam de dançar. Também as únicas imagens brasileiras na televisão japonesa são das favelas, das florestas e do Carnaval.

FÁBIO FUJIMAHARUO,  
Via Internet

ELE É BOM

08 - Ao ler a reportagem “O que está acontecendo com os Estados Unidos?” (outubro, pág. 74), ficou claro para mim que nem sempre a SUPER opta por reportagens “em que o leitor não consegue descobrir a crença pessoal do repórter”. Varias atitudes estadunidenses foram maquiadas para aliviar a barra do país.

RENAN PICCORETI,  
Vila Velha, ES

09 – Já li muitas matérias sobre os Estados Unidos e como eles impõem sua cultura sobre o mundo. Porém todas elas poderiam ser substituídas pela reportagem de Denis Russo. Poucas vezes li um texto tão completo.

CARLOS ROBERTO BABO,  
Via Internet

10 – A matéria toda poderia ser resumida em uma só frase: faça o que eu digo, mas não o que eu faço. Tendo o dinheiro, entenda-se poder econômico, pode-se fazer de tudo com todos.

ELKE MARTINI SAHB  
Belo Horizonte, MG

AMOR, I LOVE YOU

11 - Espero você chegar todos os meses. Quando os dias se aproximam fico alerta, à sua espera. Meu coração dispara quando ouço dizerem: a SUPER chegou. Que alegria me percorre a alma. Não sei o que seria da minha vida sem você. Eu a amo.

CRISTIANE CONDÉ,  
Recife, PE

MUDOU POR QUE?

12 – Tudo bem que a SUPER é “a melhor revista jovem do Brasil”. Mas o slogan antigo, “SUPER, quem lê é”, é muito mais atraente.

HÉDER BEZERRA,  
Crateús, CE  
Eu leio!

VELHOS TEMPOS

13 – A qualidade do conteúdo da SUPER tem decaído ultimamente. Atribuo o fato ao mercantilismo que gerou o desmembramento da revista em muitas outras de qualidade duvidosa.

CARLOS RAMIRES,  
Rio de Janeiro, RJ

S

14 – Carlos, os filhotes da SUPER não podem significar o enfraquecimento da revista-mãe. Seria muita canhestrice nossa. A idéia dos especiais é mergulhar em temas que a SUPER não tem espaço para tratar com mais profundidade. **Aventuras na História** não determina piores matérias de história na SUPER, Vida Simples não determina que não possamos mais dar uma capa sobre meditação na revista-mãe, e assim por diante. A revista está deixando de lado temas científicos para dar espaço a assuntos de cunho religioso e espiritual.

SÉRGIO MEGALE,  
Via Internet

S

15 - Procuramos editar a SUPER com a lente única do interesse presumido do leitor, Sérgio. Nem sempre dá para agradar a todos todo o tempo. Mas temos buscado o equilíbrio entre temas e áreas de conhecimento.

QUANTA ABOBRINHA

16 - O texto traz conclusões em absoluto descompasso com a maioria das referências bibliográficas e científicas sobre vegetarianismo (**Superfantástico**, outubro, pág. 46).

FLÁVIO GUILHERME HERNANDEZ,  
São Paulo, SP

NÃO É BEM ASSIM

17 – A produção de seda no Brasil se consolidou antes mesmo da Segunda Guerra Mundial (Superintrigante, outubro, pág.38). Entre 1908 e 1950 já se produzia seda na Estação Sericícola em Barcelona, MG.

DEMILSON JOSÉ MALTA VIGIANO,  
Via Internet

18 - Por que vocês consideram a lenda da seda fantasiosa se no Ocidente acreditamos que Newton descobriu a teoria da gravidade quando lhe caiu uma maçã na cabeça?

JORGE LUIZ LIBANIO,  
São Paulo, SP

S

19 - Jorge, não é possível provar a veracidade de nenhuma dessas narrativas. O único fato nessa história toda é que Isaac Newton tinha uma macieira no jardim de sua casa em Woolsthoupe Manor, Inglaterra.

QUE INTIMIDADE É ESSA?

20 - Chamar o honrado profeta Mohammad Ibn Abdallah Abdel Muttâleb Ibn Háchem Ibn Abed Mannáf Ibn Qossai de Maomé, por corruptela, é humilhante e desrespeitoso.

MOHAMMAD JAMAL PADILHAH,  
Ilhéus, BA

**Revista Superinteressante – edição 197 – Fevereiro de 2004 – SUPERleitor pág 16 e 17**

Quem lê é

21 – “Vai chegar o dia em que não haverá elogios suficientes para a SUPER. Parabéns pelo **Superpôster**. A SUPER é um mito. É coisa dos deuses.”

ADSON MAMEDE,  
Divinópolis, MG

MEDICINA EM DEBATE

22 - Como podem chamar de placebo técnicas milenares de cura (janeiro, pág. 52)?

LAUREN ARCHILLA,  
Por e-mail

S

23 - Lauren, o fato de uma terapia ser antiga não significa necessariamente que ela seja eficiente. Há que se levar em conta o avanço do conhecimento. A propósito, a homeopatia, que foi considerada por uma de nossas fontes um placebo, não é milenar. Ela existe desde o século 18.

24 - Achei muito esclarecedora a matéria sobre medicina alternativa. Estou com problemas de saúde e já fui parar nas mãos de terapeutas duvidosos.

SOLANGE LIMA,  
Por e-mail

25 – A ciência não consegue compreender a homeopatia porque insiste em analisá-la usando parâmetros da alopatia. Como entender algo que é composto de energia, e não matéria, com espectômetros de massa e análises químicas?

ALEXANDER JORGE SALIBA,

Homeopata, por e-mail

26 – Como estudante de naturologia e interessada pelas filosofias religiosas pagãs, aviso-os que Scott Cunningham é um bruxo, nunca um terapeuta. A fitoterapia mágica é religiosa, não medicinal, e não deveria ter sido citada nessa reportagem.

RAQUEL LUNA,

Por e-mail

27 – A medicina trouxe avanços inegáveis. Porém não se deve atribuir aos antibióticos e às vacinas a queda vertiginosa da mortalidade infantil ocorrida nos últimos 200 anos. Ela deveu-se ao acesso melhor à alimentação adequada, infra-estrutura médico-sanitária e outros fatores socioeconômicos e culturais.

JOÃO RICARDO YAMASITA,

Homeopata e acupunturista, por e-mail

Eu leio!

28 – “SUPER é uma revista praticamente para pôr a cabeça do jovem no lugar.”

JOSÉ MOJICA, o Zé do Caixão

POR ZEUS

29 – O **Superpôster** sobre mitologia grega (janeiro, pág.36) foi um show. Aposto que estimulou muita gente a correr para saber mais sobre o assunto. Acertaram em cheio, principalmente em ano de Olimpíadas.

CARLOS VALENTE,

Sertãozinho, SP

QUEIMEM SUTIÃS

30 – Não sei a que tipo de mulher vocês se referem quando dizem que bastam 15 minutos num salão de beleza para fazer confissões ao cabeleireiro. O comentário foi sexista, colocando em risco a seriedade de toda a reportagem (“Que Mulher é Essa?”, janeiro, pág. 74).

DANIELA MENDES

Vitória, ES

LAMENTÁVEL

31 - Fiquei desolada com a mediocridade da notícia “Índio apita” (janeiro, pág. 26). Lamento muitíssimo ter dado essa entrevista. Mais uma vez, quem paga são os índios, desservidos pela notícia inconsistente e preconceituosa que foi publicada.

DOMINIQUE T. GALLOIS,

Antropóloga da USP

S

32 – A nota citada registra com orgulho o fato de que os índios wajãpis tiveram suas histórias e pinturas consideradas Obra-Prima do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade pela Unesco. Foi um texto curto, mas correto. De maneira nenhuma podemos concordar com a afirmação de que a matéria tenha sido preconceituosa.

### O PAPA NÃO

33 – **Superpolêmica** sempre se caracterizou por conter teses ousadas e bem sustentadas, entretanto, ao degradar a imagem imaculada do papa João Paulo II (janeiro, pág. 98), foram usados tese e argumentos absurdos.

ROGER CARPES PONTEL,  
Cruz Alta, RS

34 – Quem não se enquadra nas regras do catolicismo - ao defender, por exemplo, o fim da proibição das camisinhas ou o sacerdócio feminino – deve rever seus conceitos ou não pode participar da Igreja.

FELIPE KANAREK BRUNEL,  
Criciúma, SC

35 – Quando condena o papa por negar o sacerdócio às mulheres, a senhora Maria José Rosado Nunes se esquece de que Jesus Cristo sagrou homens, e não mulheres.

MARIA TERESA GARCIA,  
Por e-mail

### TUDO OU NADA

36 – Ao mostrar que o Universo é quase todo feito de vazio, a reportagem (“O Nada É Quase Tudo”, janeiro, pág. 68) provou que, se somente existisse o que somos capazes de observar ou conceber, a vida seria infinitamente pobre.

ROMILDO VASCONCELOS  
Recife, PE

37 – Se tudo é nada, o que impede o nada de tomar tudo de volta? O que evita que a matéria retorne para o estado original e volta a fazer parte do nada?

DAVI EDUARDO,  
Por e-mail

### S

38 – Nada, Davi. Pois é... Nós também ficamos assustados quando pensamos nisso.

39 – É impressionante como a SUPER consegue fazer assuntos chatos como a física ficarem tão incrivelmente interessantes.

RENATA SILVA,  
Por e-mail

40 – Quando dediquei um trabalho de pós-graduação ao nada, muita gente me questionou. Respondi que o nada é o começo de tudo e, em sendo assim, fazemos parte, como tudo que existe, da infundável alma do nada. Ou seja, nós somos o próprio nada.

JÂNIO SÉRIGIO GURJON  
Monte Azul Paulista, SP

### PAPAI NOEL

41 – Neste Natal, ganhei a coleção completa da SUPER em CD-ROM do meu pai. Sinceramente, nunca esperei por um presente – e nunca fiquei tão feliz com ele.

ELLEN ARAUJO,  
Volta Redonda, RJ PAPAI NOEL

**Revista Superinteressante – edição 198 – Março de 2004 – SUPERleitor pág 16**

Quem lê é

42 - “Recomendo a SUPER a todos que gostam de fazer uma pergunta básica, que ensinarei a meu filho a vida inteira: por quê?”

ANDRÉ AVANZO,

Por e-mail

EVANGÉLICOS

43 – Sou evangélico há quatro anos e sempre me entristeci com a maneira debochada e o desdém que muitas publicações dedicam à minha fé (“Evangélicos”, fevereiro, pág.52). fico muito grato pela maneira como o assunto foi abordado na SUPER, com clareza e imparcialidade.

ROGÉRIO DE ANDRADE,

São Paulo, SP

44 – A árvore da fé foi muito bem elaborada. A frase “Deus é um Office-boy” também é muito legal e expressa bem a realidade. Posso acrescentar, na mesma linha, Deus- porteiro (o que abre a porta dos céus) e Deus-segurança (que livra dos perigos).

WANDIR DE CESARE,

Ministério Creciendo en Gracia, por e-mail

45 – De maneira preconceituosa, a reportagem ignora que o crescimento evangélico beneficia a sociedade e as pessoas. Parece que a única coisa que realmente importa é dinheiro, dinheiro e dinheiro.

ROGÉRIO SOUZA DA SILVA

São Paulo, SP

46 – Nossos líderes estudam, fazem faculdade de teologia e freqüentam seminários. Eles são doutores em divindade e não deveriam ser excluídos da matéria.

PRISCILA BARROS,

Rio de Janeiro, RJ

47 – Sou da Congregação Cristã e nossa doutrina não estipula valor para o dízimo. Dá quem pode e quanto quer.

JOÃO LIMA,

Por e-mail

S

48 – Você está certo, João. O quadro que representa o pentecostalismo e neopentecostalismo é apenas uma referência para entender as diferenças entre essas correntes.

Eu leio!

49 – “A SUPER é um manual que eu carrego para estar bem informada e conectada. Faz parte da minha comunicação, faz parte da minha vida”.

SUZANA ALVES,

Atriz e cantora

## AVENTURA GELADA

50 – Terminei de ler o livro *Piratas no Fim do Mundo* e gostaria de dizer ao autor Denis Russo que já estou com saudades de ver a Antártida pelos olhos dele. Fiquei muitas noites lendo até tarde e cheguei a sonhar que estava no barco com toda aquela tripulação.

ANA LÚCIA IMPERATRIZ,

Por e-mail

## A LEI DE GÉRSO

51 – Não deveríamos ter orgulho do nosso lado Macunaíma (**Superpolêmica**, fevereiro, pág. 98). Otários somos nós. A esperteza brasileira não é produtiva. Ela é fruto de nossos principais defeitos – a displicência, a irresponsabilidade e a arrogância. E faz com que sejamos desonestos e incompetentes.

THIAGO GRUNEWALD,

Por e-mail

52 – Meu receio é que, ao fazermos apologia da esperteza, o mau-caratismo se considere justificado, criativo e empreendedor. E que, mais uma vez, tudo acabe em samba. Ziriguidum, esquindô, esquindô.

ANGELA FONSECA

Por e-mail

## AOS MESTRES

53 - A leitora Renata Silva diz que a física é chata (**Superleitor**, fevereiro, pág. 17). Chatos são os professores que insistem em não ensinar física, e sim matemática.

PAULO ROBERTO POLI,

Jundiaí, SP

## DECEPÇÃO

54 – Minha indignação aumenta a cada mês que recebo a revista. A SUPER se tornou um veículo de alienação popular. Minha assinatura não será renovada.

LUANAA MAÍRA,

Por e-mail

## EM MÃOS

55 – Muito “prazerosa” a matéria sobre a masturbação (“O prazer em suas mãos”, fevereiro, pág. 74)

LEÔNIDAS SAÚDE,

Por e-mail

## SUPERTURMA DA MÔNICA

56 – Tenho orgulho de ter aprendido a ler com os gibis da Turma da Mônica (**Superpôster**, fevereiro, pág. 34). É incrível como Mauricio de Souza conduz uma leitura divertida e que não cansa.

ANDERSON SÉRGIO,

Por e-mail

57 – Sabem a sensação de encontrar alguém que não vemos há tempos? Dá vontade de chorar de emoção! Foi o que senti ao ver o **Superpôster** com produções do Mauricio de Sousa. A renovação da minha assinatura está garantida.

ALLISSON PAIXÃO,

Por e-mail

**Revista Superinteressante – edição 199 – Abril de 2004 – SUPERleitor pág 14 e 15**

**O REI DO POP**

58 - Vocês uniram em uma só reportagem o interesse do povo pela vida de Michael Jackson, uma ligação entre ele e o mundo em que vivemos e o humor disso tudo no jogo do pop (“Peão do pop”, março, pág.46). Sensacional.

ANA DOS ANJOS,

Por e-mail

59 - A análise da SUPER foi infeliz ao isentar a mídia pela queda de um mito do século 20. O processo de destruição a que Michael Jackson foi submetido mostra como podemos ser mesquinhos, arrogantes e preconceituosos com pessoas que não compartilham do nosso padrão de “normalidade”.

NAGIB DEMES,

Por e-mail

S

60 - O livro Vegetarianismo, da coleção “Para Saber Mais”, aprofunda o debate sobre a questão ética de aproveitar animais para a satisfação humana.

**BEATLES PARA SEMPRE**

61 - Brincar com a notícia da morte de uma pessoa chega a ser irresponsabilidade (**Supernovas**, março, pág. 24). Ainda mais alguém tão famoso e querido como o boa-praça Ringo Starr.

CARLOS LAURIA,

Rio de Janeiro, RJ

**ÍNDIOS**

62 - Um dia a sociedade globalizada só conhecerá os índios através de livros e da Internet (Os novos índios, março, pág.66). Será o fim de mais uma civilização, como ocorreu com os incas, os maias e os astecas.

LUIZ PAULO DA SILVA,

Alvorada do Oeste, RO

**SUPER SEDA**

63 - Há poucas semanas fiquei sem o papel de seda que utilizo para enrolar meus cigarros de maconha. Lembrando que a SUPER sempre defendeu a natureza, utilizei uma página da última edição para confeccionar o “baseado”. Após fumá-lo senti dores de cabeça e ânsia de vômito. Fumo maconha há quatro anos e isso nunca havia acontecido. Associei o ocorrido ao papel da SUPER. É seguro fumar uma página da revista?

WILLIAM DA MATTA,

Por e-mail

S

64 - A resposta é de Wagner Pastrello, gerente de qualidade da gráfica Abril. “Para branquear o papel é utilizada soda cáustica. As tintas são compostas por pigmentos petroquímicos, vernizes, tolueno e aditivos como plastificantes e espessantes. Nenhum desses produtos traz malefícios à saúde quando manuseados para leitura. Mas, apesar de não existirem estudos



sobre as conseqüências de fumar esses compostos, qualquer gás resultante da combustão é potencialmente nocivo”.

**Revista Superinteressante – edição 200 – Maio de 2004 – SUPERleitor pág 16 e 17**

65 - Apesar do tema ser tão polemico, a reportagem está escrita de maneira clara, objetiva, extremamente respeitosa e imparcial.

MIRIAM CALMANOVITZ,  
São Paulo, SP

66 - Os repórteres deixaram o ponto de vista imparcial característico da publicação e adotaram um posicionamento pró-semita e anticristão.

BERNARDO MIORANDO,  
Erechim, RS

EVOLUÇÃO (no disc. DISPUTA)

67 - Desde a publicação do livro *A Origem das Espécies* vários cientistas tentaram derrubar a idéia de seleção natural (Ô Detetive da Evolução”, Abril, pág.66). Acho difícil alguém conseguir provar que Darwin estava errado. Ele só não foi totalmente perfeito, pois desconhecia a ocorrência de mutações, que só foram estudadas posteriormente com o avanço da genética.

RAFAEL MORETTO,  
Por e-mail

O POP PENSA

68 - Confesso não ser fã de leitura. Mas foi impossível resistir à matéria sobre Michael Jackson (“Peão do pop”, março, pág 46). Poucas vezes vi reportagens como essa, que me fizeram parar e refletir por um tempo.

GISELLE WAUTERS,  
Por e-mail

69 - QUEM TEM SEDA?

William da Matta, ao fumar com uma folha da revista, provou que a Super não é droga. Legal! (Superleitor, abril, p.14)

DIOGO PARRA, por e-mail.

70 - O leitor William da Matta demonstrou o que vários não conseguiram: fumar maconha causa burrice. Onde já se viu arrancar uma página da Super para fumá-la? É quase um sacrilégio...

Flávio Rennhack Belchior, por e-mail.

UM BEIJO, GATA

71 - Adorei as ilusões de óptica (**Superzoom**, abril, pág. 72). Levei a revista para a escola e todos ficaram fascinados. Minha namorada falou que iria comprá-la só por causa das imagens. Aliás, dá para mandar um beijo para ela? A gata atende pelo nome de Natália.

LUCAS,  
Por e-mail

**Revista Superinteressante – edição 201 – Junho de 2004 – SUPERleitor pág 16 e 17**

**ATÉ O OSSO**

72 - É quase inacreditável que um ser vivo parecido com o chimpanzé esteja nos levando à destruição da fauna, flora e recursos hídricos (“A economia vai devorar o planeta?”, maio p.66). Tudo por causa de ganância, poder e riqueza.

Rosinaldo Silva, Rio de Janeiro , RJ.

**A MORTE COMO ELA É**

73 - A SUPER fez uma reportagem sobre um tema sério como a morte, mas com muito humor (“O que você quer ser quando morrer”, maio, pág 72). Isso causa muito mais impacto do que as propagandas e conselhos dramáticos exibidos na televisão, praticamente obrigando pessoas a doarem órgãos. A doação de órgãos é importante, sim, mas por que não tratá-la com bom humor? Foi uma tacada genial.

BRIANA MEIRA,

Por e-mail

74 - Sempre achei show a seção **SuperRetrô**, mas a matéria de maio foi a melhor de todas. Que bacana conhecer as histórias dos bastidores da revista. Saí correndo para vasculhar meus CDs da SUPER e conferir aquelas matérias inesquecíveis.

JULIA DIMER,

Por e-mail

**POP E POLÊMICO**

75 - Não entendi como Peter Singer mereceu uma reportagem elogiosa, com formulação de perguntas simpáticas a ele (Ö filósofo pop”, maio, pág. 84). Ora, alguém que é contra bebês, que apregoa o assassinato de crianças no local em que elas se sentem mais seguras, é um perigo. Se essas idéias vigorassem, quem estivesse fora do padrão de beleza aceitável seria morto.

EHUSSON CHEQUER,

Por e-mail

**S**

76 - A posição da Super, Ehusson, é não ter posição. Não endossamos as teses que apresentamos ao leitor. Somos repórteres e nossa função é reportar. As crenças pessoais de quem faz a SUPER são irrelevantes. E acreditamos que na entrevista com Peter Singer esses valores foram respeitados.

**É PAU, É PEDRA**

77 - Quando adotei a SUPER minha esposa ficou enchendo para eu assinar também aquelas revistas de fofoca. Claro que não fiz a vontade dela e por isso brigamos por três dias seguidos. Mas bastou ela ler uma edição da SUPER para virar fã de carteirinha. Hoje tem briga para ver quem vai ler primeiro. Foi por isso que resolvi assinar Mundo Estranho.

CÍCERO RODRIGUES,

Tamboril, CE

**ESTATÍSTICA DIVINA**

78 - Fiz um cálculo bayesiano e descobri que o físico Stephen Unwin tem 67% de chances de ser um grande charlatão (“Deus existe?”, maio, pág.22). Notícias como essa deveriam ficar restritas à seção “Ciência Maluca”.

CRISTIANO NACARRO,  
Por e-mail

**Revista Superinteressante – edição 202 – Julho de 2004 – SUPERleitor pág 16 e 17**

DEBATE ARMADO

79 - A Colômbia restringe armas e é o país mais violento. A Suíça permite e é um dos mais pacatos.

São dois exemplos de que a questão não é a proibição ou liberação de armas, e sim resolver problemas estruturais crônicos como a corrupção e o narcotráfico (“Armas, o que fazer com elas?” ,junho, pág.72).

IGOR MOURA ARAÚJO  
Salvador, BA

80 - Proibir a venda de armas a civis não resolve nada. Não são apenas elas que matam. Tomei um tiro no peito de um sargento da Polícia Militar de Alagoas que era meu namorado e não aceitou o término da relação.

LEIDIANE BRANDÃO

YOGA NERVOSO

81 - Patife é o tal do Pedro Kupfer ao difamar uma pessoa sem dizer de quem se trata, o que dificulta a resposta. Esse comportamento tem nome: covardia (**Superpolêmica**, junho, pág. 98).

LÚCIO FLÁVIO DIAS

82 - Pensei em convidar a repórter Bárbara Soalheiro para comer uma pizza, mas acabei mudando de idéia.

GUSTAVO LUIS RIOS ABDALA  
São Paulo, SP

S

83 - Melhor assim, Gustavo. O repórter Sérgio Gwercman, namorado da moça, não iria gostar da sua idéia.

NOVOS ANÚNCIOS

84 - O novo anúncio da SUPER com a loira é divertido, jovem, inteligente e de rápido raciocínio. Acho que a revista poderia colocá-lo para download no sit.

MICHAEL FOLK

Revista Superinteressante – edição 203 – Agosto de 2004 – SUPERleitor pág 16 e 17  
Quem lê é

85 – “Nós, gays, não somos um primo do interior morando de favor com parentes da capital. Esta casa também é nossa por direito – até porque custeamos as despesas.”

ALAN PIRES,  
Belo Horizonte, MG

CASAMENTO DO BARULHO

86 – Não é possível ser contrário aos homossexuais a não ser à luz de alguns preceitos religiosos (“Sim”, julho, pág.46). Como o estado brasileiro é laico, faltam argumentos para questionar direitos gays.

MARVIN SAVARIS,  
Porto Velho, RO

87 – Legalize-se tudo, menos a adoção. Não seria lógico para a criança dizer “ele é minha mãe” ou “ela é meu pai”. É um erro de concordância nominal!

CARLOS WILKËN,  
Carpina, PE

88 – Gays formam uma minoria que quer impor idéias em detrimento da maioria.

DJAIR ALVES,  
Brasília, DF

89 – Não posso concordar que meus filhos cresçam achando que ver um homem ou uma mulher beijando alguém do mesmo sexo na rua seja uma coisa normal.

ALCIDES FARIA,  
São Paulo, SP

90 – Negar direitos a uma pessoa pelo simples fato de uma opção sexual mostra como vivemos numa sociedade hipócrita.

MÁRCIO ALVES,  
Jaú, SP  
Eu leio!

91 – Sou homossexual e vivo uma relação estável há três anos. Não sabia quase nada Daniel Rosa.

sobre meus direito. Essa edição marcou minha vida, e vou guarda-la para sempre.

92 – “Trazendo lados diferentes, a SUPER deixa o leitor livre para ter opinião própria”.

MAU MAU  
DJ

BABADOR ESTELAR

93 – Eu babeeeeeei ao ver o pôster “Star Wars”(Superpôster, julho, pág.32). Vou guardar para poder mostrar ao meu filho quando ele crescer.

LEONIDAS SILVA,  
Recife, PE

DIA DE FURIO

94 – Um deleite de texto, Furio. Tão bom que abandonei a SUPER e vim ao computador elogiá-lo (Superpolêmica, julho, pág.106).

ROSANA FREMPONG,  
Salvador, BA

95 – Furio Lonza (que nome mais estranho) resumiu o que penso sobre intelectuais de meia-tigela que opinam sobre tudo, sem entender de coisa nenhuma.

HELENA VIEIRA,  
Rio de Janeiro, RJ

96 – No começo, fiquei na dúvida. O cara é bem apessoado. Imaginei que minhas olheiras tivessem deixado o departamento constrangido, sei lá. Vai saber o critério de qualidade da Abril, não é? Depois, verificando bem e mostrando a imagem para outras pessoas mais isentas e frias, cheguei à conclusão de que a foto que vocês publicaram não é minha.

FURIO LONZA,  
Rio de Janeiro, RJ

S

97 – O vacilo aconteceu porque sua editora nos enviou, por engano, a foto do italiano com pinta de galã Furio Monicelli, autor do livro *Lágrimas Impuras* ainda bem que você percebeu!

#### EDUCAÇÃO FAMILIAR

98 - A matéria sobre o Dendrogene ficou ótima (“Amazônia desconhecida”, julho, pág.64). Finalmente meus familiares conseguiram entender qual é exatamente o meu trabalho.

MILTON KANASHIRO,  
Coordenador do projeto Dendrogene e vencedor do *GRANDE PRÊMIO SUPER*,  
BELÉM, PA

#### INVESTIMENTO DO MÊS

99 – Nunca empreguei meu dinheiro tão bem quanto neste ano, ao decidir assinar a SUPER. Foi por meio da revista que recuperei o prazer da leitura.

CLARISSA VIDO

#### A AMÉRICA E O CONSUMISMO

100 – Custo a acreditar que “a União Soviética jamais se interessou em estimular a revolução nas Américas porque a repartição do mundo em blocos e áreas de influência já estava dada”, como disse a pesquisadora Cláudia Furiati em “E se...Cuba houvesse sido anexada pelos americanos?” (*Superfantástico*, julho, pág.36). No mínimo ela desconhece o que estuda. Ou, então, está tentando reescrever a história, prática tão em moda atualmente, e tão desprovida de ética.

LEO SCHOEPKE

#### AULA DE SAUDADE

101 – Tenho 17 anos e sempre que via a seção **Seperretrô** me perguntava quando sentiria saudade das imagens publicadas. Na edição 202, ao ver personagens japoneses como Jaspion e o guerreiro com cabeça de pelúcia, finalmente entendi o que significa nostalgia.

GUSTAVO DE ALMEIDA BATISTA  
Brasília, DF

#### **Revista Superinteressante – edição 204 – Setembro de 2004 – SUPERleitor pág 18 e 19**

Quem lê é

102 - “A medicina ayurvédica nos permite escolher entre saúde e doença. Nosso corpo tem inteligência para se curar.”

MATHIAS FULDA

PODEMOS VENDER

103 – Sou contra a legalização da prostituição (“Vende-se sexo” agosto, pág. 66). Autorizá-la seria validar a venda da própria pessoa humana. Mais ou menos como vender um rim, ou um filho, para pagar uma dívida.

FABIO BURCH

104 – Como sempre a SUPER teve coragem para tratar, de forma séria e isenta, um assunto cercado de hipocrisia, descaso e preconceito. Só não entendi porque a reportagem ficou restrita à prostituição feminina. Será que apenas as mulheres sofrem com ela?

VINÍCIUS CARVALHO,

Paranavaí, PR

S

105 – Vinícius, a questão central da prostituição – o direito de alugar o próprio corpo – vale para ambos os sexos.

106 – Para nós, católicos, o corpo é um presente divino. Devemos zelar por ele e tentar mantê-lo puro, com o exercício da castidade, recusando os prazeres carnavais.

VALÉCIO DA SILVA VIANA,

Russas, CE

107 – Adoro quando vocês tocam nas “feridas” da sociedade, como casamento gay e prostituição.

EDUARDO DIAS,

Juiz de Fora, MG

108 – Maravilhosos os bordados que ilustram a reportagem. Finalmente algo criativo e artístico em uma revista. A escolha das cores e texturas está perfeita para o tema.

SILVANA ROSALEN

S

109 – Silvana, o belo trabalho foi da ilustradora Lonit.

Eu leio!

110 – “Só a SUPER tem temas alternativos e reportagens dinâmicas.”

DUDU NOBRE,

Músico

AYURVEDA

111 – As técnicas de tratamento do *panchakarma*, desde que realizadas por profissionais competentes e com a escolha adequada de óleos e ervas, são agradáveis e confortáveis (“Ayurveda”, agosto, pág.52). Bem distantes do pesadelo que a reportagem descreveu.

CÉSAR DEVEZA,

Clínica Ayurveda YAM

112 – Seguir os mandamentos da medicina ayurvédica sempre trouxe bons resultados para minha saúde.

LEONARDO HENRIQUE,

Ituituba, MG

113– Parabéns pela linda matéria. Ficou clara e fundamentada.

MARTA LUCONI,  
São Paulo, SP

#### ATENAS EM CHAMAS

114 – Concordo com as opiniões de Marcos Nogueira ( **Superpolêmica**, agosto, pág.98). Mas, para mim, pior mesmo foi ser acordada no meio da noite por um marido entusiasmado porque o “Brasil do Felipão” estava ganhando de não sei quanto de não sem quem na Copa do Mundo de 2002. Haja amor ao marido!

ANA BETINA JAHN

115 – Marcos Nogueira faz natação por ser um esporte individualista. Isso explica suas idéias antiolímpicas.

MARCEO RUFINO

116 – Finalmente encontrei alguém normal, que pensa como eu sobre ficar olhando os outros praticarem esporte.

OSIAS GONÇALVES,  
Rio de Janeiro, RJ

117– A energia gasta na Olimpíada deveria ser dirigida para preservação do ambiente e corrida contra o analfabetismo.

OSIAS GONÇALVES,  
Rio de Janeiro, RJ

118 – Gostaria de saber de qual sarcófago vocês tiraram Marcos Nogueira, que escreveu tanta besteira.

LUIZ CARLOS VIDAL,  
São Paulo, SP

#### ESPECIAIS

119 – Quero agradecer pela edição especial da SUPER Grandes Expedições. É uma das melhores e mais bem realizadas que vocês já fizeram.

EVANDRO CAVALCATE DE SÁ,  
Palmeira dos Índios, AL

S

120 – Obrigado, Evandro. Que bom que você gostou. Não perca “As 30 Maiores Descobertas da Ciência”, nossa nova edição especial.

#### CIÊNCIA MALUCA

121 – Como todo adolescente curioso, quis saber como se determina o número do sapato (“Como se mede o número do sapato?”, agosto, pág. 48). Com uma fita métrica, descobri que a medida que ia do osso da “joanete” até o osso do dedinho, dando a volta no calcanhar e excluindo os dedos, era igual ao número do sapato. Medi vários pés e a precisão variava de meio a 1 centímetro. Passei a acreditar que assim se media o número do sapato. A SUPER acabou com minha descoberta. Mas acreditem: a técnica funciona. Experimentem!

ANDRÉ LUÍS SARMENTO,  
Marília, SP

#### DEBATE AQUECIDO

122 – John Christy tenta amenizar uma triste realidade sobre a situação do aquecimento global, que exige reação, não acomodação (**Superpapo**, agosto, pág. 88). Embora correta em seu ponto de vista, a análise que ele faz é incompleta. Se observasse a questão por todos os lados, não estaria tão calmo.

ODO PRIMEVESI,  
São Carlos, SP

#### FAMÍLIA ATRAPALHA

123 – Sou assinante da SUPER há seis anos e estou com um problema. Antes, a revista era só minha. Então veio meu irmão, depois meu pai, e agora até meus avós querem lê-la. Às vezes chego a pensar que a SUPER nem foi entregue em casa. Depois, de repente, encontro a revista escondida no quarto de alguém.

ANGÉLICA SARTORI,  
Alfenas, MG

#### PROLE DE OURO

124 – Depois que a SUPER deu à luz filhos tão bonitos e inteligentes, como *Mundo Estranho e revista das religiões*, todo mundo quer engravidar. Só que é preciso ter superleitores!

ANDRÉ FRANCISCO DOS SANTOS

#### S

125 – Verdade, André. Quem faz o sucesso dos nossos filhotes são leitores como você. E esses só a SUPER tem.